IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MARCELO JACOB

A SAÚDE DO PROFESSOR: um estudo investigativo sobre as principais causas de afastamento de professores da sala de aula em período pandêmico

ILHOTA - SC
2024

MARCELO JACOB

A SAÚDE DO PROFESSOR: um estudo investigativo sobre as principais causas de afastamento de professores da sala de aula em período pandêmico

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação.

Linha de pesquisa: Metodologias e Práticas na Educação Básica.

Orientador/a: Profª Drª Thayza Felipe

Presidente

IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
JOSUÉ CLAUDIO DANTAS
REITOR

ILHOTA - SC
2024

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

Jacob, Marcelo.

J15s A saúde do professor: um estudo investigativo sobre as principais causas de afastamento de professores da sala de aula em período pandêmico. [recurso eletrônico] / Marcelo Jacob. – Dados eletrônicos. – Ilhota: 2024.

147 f.: il.
Orientação: Thayza Wanessa Silva Sousa Felipe.
Tese (Doutorado) - ENBER/PPGCE.

1. Professores. 2. Saúde mental. 3. *Burnout*. 4. *COVID-19*. I. Felipe, Thayza Wanessa Silva Sousa. II. Título.

ENBER/BC CDU 371.78

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980

MARCELO JACOB

A SAÚDE DO PROFESSOR: um estudo investigativo sobre as principais causas de afastamento de professores da sala de aula em período pandêmico

Aprovada em: 16/05/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Thaysa Wanessa Silva Souza Felipe
(Orientadora/PPGED/ENBER)

Prof.(a) Dr.(a) Dafiana do Socorro S.V. Carlos
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

Prof.(a) Dr.(a) Miriam Espíndula dos Santos
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

Prof.(a) Dr.(a) Veridina Xavier Dantas
(Membro-externo/Programa/UFCG)

Prof.(a) Dr.(a) dayanny Leyse Leite
(Membro-externo/Programa/UFPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço essa jornada de conhecimento e aprendizado primeiramente a Deus por ter me dado força para continuar estudando com entusiasmo, a minha família pelo apoio incondicional ao longo de todos os anos de estudo. Vocês sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu duvidava das minhas próprias capacidades. Eu sou quem sou hoje por causa do amor e do incentivo que recebi de vocês.

Aos meus orientadores, agradeço por compartilharem seu conhecimento e sabedoria comigo. Sua orientação e paciência ajudaram a moldar minha pesquisa e a expandir minha visão acadêmica. Sou grato por sua dedicação em me ajudar a alcançar meus objetivos.

Aos colegas de estudo, obrigado pela colaboração e pelo apoio ao longo dessa jornada. Nossas discussões e debates enriqueceram minha pesquisa e me tornaram um pesquisador melhor. Sou grato por ter compartilhado essa experiência com vocês.

Aos meus amigos, obrigado por estarem ao meu lado durante os momentos de desafio e celebração. Seus sorrisos, abraços e palavras de encorajamento foram essenciais para me manter motivado e determinado.

Por último, mas não menos importante, dedico esta conquista a mim mesmo. Aos inúmeros dias de estudo solitário, às noites em claro e aos desafios que enfrentei ao longo do caminho. Essa jornada me tornou mais resiliente e confiante, e me mostrou que sou capaz de alcançar grandes realizações.

Esta dedicação é um reflexo de todas as pessoas e momentos importantes que contribuíram para minha jornada acadêmica. Agradeço a todos vocês por tornarem este sonho possível.

Muito obrigado!

RESUMO

O trabalho docente tem enfrentado, historicamente, intensificação e precarização, exacerbadas pela pandemia. Nesse quadro, esta pesquisa investigou os principais motivos de afastamento de professores da 16ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Catarina por licença de saúde e readaptação funcional durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental dos registros de afastamento dos anos de 2021, 2022 e 2023, para identificar padrões e tendências. A análise documental identificou padrões de adoecimento e a possível correlação com a COVID-19, destacando problemas como a síndrome de Burnout e a depressão. O estudo revelou condições precárias de saúde mental entre os docentes, ligadas às suas condições de trabalho. O absenteísmo aumentou globalmente após a pandemia, impulsionado por carga horária excessiva, baixa remuneração e condições de trabalho inadequadas. A Burnout, estresse, depressão e ansiedade impactaram significativamente a saúde dos professores, evidenciando a necessidade urgente de melhorar o ambiente de trabalho e implementar programas de prevenção com apoio especializado. Concluiu-se que a legislação em Santa Catarina define a readaptação funcional, mas a prática enfrenta desafios devido à desprofissionalização e precarização do trabalho docente. A pesquisa destacou a importância de políticas públicas para promover um ambiente escolar saudável e o papel fundamental da saúde dos professores no processo de ensino-aprendizagem. A readaptação funcional ainda precisa de mais estudos e uma implementação eficaz para apoiar a saúde dos trabalhadores e melhorar suas condições de trabalho.

Palavras-chave: Professores; SaúdeMental; *Burnout*; COVID-19.

ABSTRACT

The teaching profession has historically faced intensification and precariousness, exacerbated by the pandemic. In this context, this research investigated the main reasons for the absence of teachers from the 16th Regional Education Coordination of Santa Catarina due to health leave and functional readjustment during the COVID-19 pandemic. The research utilized a qualitative approach, based on documentary analysis of absence records from the years 2021, 2022, and 2023, to identify patterns and trends. The documentary analysis identified patterns of illness and the possible correlation with COVID-19, highlighting issues such as Burnout syndrome and depression. The study revealed precarious mental health conditions among teachers, linked to their working conditions. Absenteeism increased globally after the pandemic, driven by excessive workload, low remuneration, and inadequate working conditions. Burnout, stress, depression, and anxiety significantly impacted teachers' health, highlighting the urgent need to improve the work environment and implement prevention programs with specialized support. It was concluded that legislation in Santa Catarina defines functional readjustment, but practice faces challenges due to the deprofessionalization and precarization of teaching work. The research emphasized the importance of public policies to promote a healthy school environment and the fundamental role of teachers' health in the teaching-learning process. Functional readjustment still requires more studies and effective implementation to support workers' health and improve their working conditions.

Keywords: Teachers; Mental Health; *Burnout*; COVID-19.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Período médio de dias concedidos nas patologias de maior prevalência no serviço pericial - Gerência de Perícia Médica - GEPEM 67
Quadro 2 - Benefícios concedidos 88
Quadro 3 - CID´s transtornos mentais mais diagnosticados..... 90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACT – Admitidos em Caráter Temporário

CID – Código Internacional deDoenças

EJA– Educação de Jovens e adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LTS - Licença para Tratamento de Saúde

LM – Licença Maternidade

RF – Readaptação Funcional

GEPEM – Gerência de Perícia Médica

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

SED – Secretaria do Estado da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 METODOLOGIA 14
2.1 Categorias de análise 17
3 A DINÂMICA DO TRABALHO E O TRÂMITE DE AFASTAMENTOS DE DOCENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA 19
4 DESEMPENHO DO PROFESSOR 28
4.1 A questão do absenteísmo docente 34
5 *BURNOUT* EM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA 39
5.1 ESGOTAMENTO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO 45
5.1.1 Demanda de trabalho excessiva 49
6 OUTRAS SÍNDROMES RELACIONADAS À EXAUSTÃO PROFISSIONAL 53
6.1 DEPRESSÃO DOCENTE 53
6.2 ESTRESSE, ANSIEDADE E MEDO 57
7 A SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES ESCOLARES NO PERÍODO PANDÊMICO 61
7.1 LICENÇAS MÉDICAS 66
7.2 CONSEQUENCIAS DO AFASTAMENTO DE PROFESSORES DAS SALAS DE AULA 77
7.3 RESILIÊNCIA DOCENTE EM TEMPOS PANDÊMICOS 81
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO 88
CONSIDERAÇÕES FINAIS 94
REFERÊNCIAS 102
ANEXOS 119

INTRODUÇAO

Esta pesquisa investiga os principais motivos de afastamento do trabalho de docentes da 16ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Catarina por licença de saúde e readaptação funcional durante a pandemia de COVID-19.

O processo de trabalho, compreendido como atividade humana direcionada a um objeto, que utiliza meios particulares para produzir um determinado produto, é uma categoria analítica útil para estudar a relação entre saúde e emprego. Dado que a análise do processo de trabalho é mais visível ao tratar a transformação de produtos primários em produtos industriais, passou-se muito tempo antes que atividades não industriais fossem vistas e analisadas como processos de trabalho e especificamente conceituadas como fatores que poderiam afetar positiva ou negativamente o bem-estar e a qualidade de vida daqueles que as praticavam. Este tem sido o caso do Ensino (Parra, 2005).

Um fator importante na forma como o trabalho dos professores é realizado - com efeitos subsequentes em sua saúde - é que o local de trabalho dos professores não é fixo. Eles se movem de um ponto a outro para além do microespaço da sala de aula. Mas o processo de trabalho não se limita a esse microespaço. Nem mesmo a escola em si - geralmente separada de seu entorno por paredes - é capaz de confinar o processo de trabalho dos professores. Frequentemente, seu trabalho não pode ser separado do ambiente físico e social da escola. Com mais frequência, o trabalho dos professores acaba sendo concluído dentro de suas casas (Parra, 2005).

No Brasil, os professores que atuam nos níveis de ensino Infantil, Fundamental e Médio, que compreendem a Educação Básica, são reconhecidos como uma das categorias profissionais mais suscetíveis a problemas de saúde relacionados ao trabalho, incluindo ausências por motivos de saúde (Maia; Claro; Assumpção, 2019).

Nesse contexto, o absenteísmo por motivo de doença não está ligado apenas à pessoa que adoece, mas também às condições do ambiente, à organização do trabalho e à forma como as atividades laborais são desenvolvidas. Por exemplo, as causas podem estar relacionadas à supervisão inadequada, à falta de desafios nas tarefas, à ausência de incentivo e motivação, e às condições insatisfatórias de trabalho (Alves; Godoy; Santana, 2006).

A partir de pesquisas com professores, Zaponi e Silva (2009) identificam-se algumas possíveis causas do absenteísmo: organização e acompanhamento do trabalho, longas jornadas, sobrecarga, padrões estabelecidos nas escolas, insatisfação salarial e com benefícios, descontentamento com o ambiente e a estrutura de trabalho, relacionamento com colegas e

gestão ineficaz. Por outro lado, Abreu, Coelho e Ribeiro (2016) destacam quatro principais fontes de estresse entre os professores: comportamento dos alunos, condições de trabalho ambiente e clima, e nível de supervisão e apoio.

Antes da pandemia, os números de afastamento de professores na rede pública estadual de Santa Catarina, *lócus* desta pesquisa, já eram consideráveis, segundo matéria do G1SC (2019) que apontou uma média de 25 pedidos de afastamentos de professores por dia.

A Secretaria de Estado da Educação instituiu uma comissão para realizar uma avaliação da situação, e a previsão é concluir o levantamento até o final de novembro.Com mais de 42.876 mil professores na rede estadual de ensino, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC) relata que há educadores trabalhando mesmo estando doentes (G1SC, 2019).

Segundo o diretor do sindicato, Aldoir José Kraemer, os professores muitas vezes se esforçam sobremaneira para ir trabalhar mesmo estando doentes, cientes das consequências tanto para sua carreira quanto para o resultado de seu trabalho. Oficialmente, o governo confirma que atualmente quase 2,5 mil professores estão fora da sala de aula, o que representa 2% dos professores efetivos e 2,75% dos temporários.Em 2017, houve 6.986 pedidos de afastamento por motivos de saúde, resultando em uma média de 34 por dia letivo. Em 2018, foram 6.201 pedidos, com média de 30 por dia letivo. Até setembro de 2019, foram 3.891 pedidos, resultando em uma média de 25 solicitações de licenças por dia letivo (G1SC, 2019).

Apesar da média estar diminuindo, o número ainda é significativo. A Secretaria de Educação afirma que os dados contabilizam o número de atestados e não de professores que se afastaram para cuidar da saúde, pois um mesmo educador pode ter se ausentado mais de uma vez (G1SC, 2019).

O estado não possui estatísticas sobre os motivos que levam aos afastamentos. O diretor de Gestão de Pessoas da secretaria, Marcos Vieira, afirmou que estão buscando informações junto aos dados disponíveis para compreender todos esses afastamentos, a fim de levantar os motivos que levaram esses profissionais a se ausentarem, no propósito de conhecer esse cenário e propor ações para proteger a saúde dos professores e, posteriormente, tentar reduzir o número de afastamentos (G1SC, 2019).

Baseado nesse contexto, esta pesquisa fará uma reflexão importante sobre o absenteísmo docente em escolas de municípios do estado de Santa Catarina, uma vez que não existem muitos trabalhos e pesquisas nessa delimitação, e ainda, por ser o cenário da pandemia da COVID-19 um aspecto relevante e ainda muito recente, e cuja discussão está sendo feita no panorama atual,

uma vez que os afastamentos do local de trabalho multiplicaram-se nos últimos meses quando as atividades pedagógicas voltaram para o presencial.

Todavia, é importante ressaltar que o estresse docente não é um fenômeno apenas da pandemia, mas antes da COVID-19 o ensino já era observado na literatura como um trabalho estressante (Adrião; De Micheli, 2023; Aragão, 2022; Robinet-Serrano; Pérez-Azahuanche, 2020; Santos *et al*., 2023).

Infere-se que, se as causas desse fenômeno forem descobertas, serão possíveis os apontamentos de condutas que ajudem a conduzir, de maneira mais saudável, a longa jornada de trabalho típica de cada professor. Além do corpo, o professor deve estar bem consigo mesmo para encarar os desafios da profissão, portanto os aspectos emocionais e biológicos podem afetá-lo, sendo de suma importância abordar a saúde do servidor público.

O foco da pesquisa esclarecerá o quadro de saúde do servidor, bem como a sua implicação na qualidade da educação. Os fatores podem se apresentar de natureza biológica, psicológica e social, interdependentes e contraditórios, pois o trabalho remete para possibilidades variadas de consumo, satisfação, adoecimento e morte. De um lado, é um ambiente de reafirmação da autoestima, desenvolvimento de habilidades, onde expressa suas emoções, representando um *lócus* de constituição da história pessoal e de identidade social. Por outro lado, o local de trabalho pode produzir enfermidades ocupacionais, comprometendo a saúde física e mental do indivíduo (Araújo *et al*., 2005).

Portanto, este estudo estabelece a seguinte questão de pesquisa: Quais motivos levam os professores dos municípios que compõem a 16ª coordenadoria regional de educação do Estado de Santa Catarina (Brusque, Botuverá, Nova Trento, Tijucas, São João Batista, Major Gercino, Guabiruba e Canelinha), a se afastarem de suas funções por licença de saúde e readaptação funcional durante a pandemia de COVID-19?

Os dados sobre os afastamentos, obtidos por meio de pesquisa documental, expressam as condições de saúde dos professores que implicam de forma direta no trabalho, e espera-se que esses fatores possam trazer uma ideia acerca do estado de saúde docente, e que os indicadores possam ser usados como pistas referentes à situação após analisados, a fim de que sejam tomadas as medidas corretivas com vistas a minimização de tais problemas de afastamento da sala de aula, e no sentido de que sejam evitadas substituições que acarretam interrupção no processo de ensino aprendizagem.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de dados coletados de escolas da Rede Estadual Publica de Santa Catarina, mais precisamente nos municípios de Brusque, Botuverá, Nova Trento, Tijucas e São João Batista, Major Gercino, Guabiruba e Canelinha. Nesses municípios

estão distribuídas trinta Unidades de Ensino, todas atendidas por professores concursados da Rede, e por docentes Admitidos em Caráter Temporário (ACT's).

Infere-se que a compreensão do estado de ansiedade de professores da educação básica durante a pandemia da COVID-19 é necessária e oportuna para a compreensão do fenômeno do absenteísmo docente, e para tal este trabalho também realiza uma revisão da literatura, a fim de que se possa obter um quadro teórico conceitual dos principais impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental de professores da Educação Básica, de acordo com a literatura nacional e internacional em Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é analisar os principais motivos de afastamento de professores da Rede Pública Estadual de Santa Catarina por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) e Readaptação Funcional (RF) durante a pandemia de COVID-19.

Bem como, o objetivos específicos consistem na identificação das causas dos afastamentos de professores da Rede Pública Estadual de Santa Catarina por LTS e RF. Visa, ainda, verificar se há correlação do adoecimento de professores da Rede Pública Estadual de Santa Catarina com a COVID-19; revisar a literatura sobre a relação entre saúde docente e a qualidade do ensino, incluindo aspectos relativos a Sindrome de *Burnout* e depressão em professores; assim como, a literatura sobre o estado de ansiedade de professores da educação básica durante a pandemia de COVID-19.

Em outro aspecto deste estudo, também fundamentado em revisão de literatura, entende-se que esta pesquisa acadêmica está ligada ao avanço pedagógico nas escolas públicas de nossa região relacionado à saúde do servidor que afeta diretamente as suas funções, o que justifica a investigação desses afastamentos, que também é de interesse do Estado de Santa Catarina, no que se refere à qualidade e economia. Todavia, a extensão das mudanças causadas nas condições de saúde e de trabalho dos professores da Educação Básica no período pandêmico ainda não está clara (Silva *et al*., 2021), questão que motivou, ainda, a investigação e análise dos principais aspectos da depressão em professores escolares no período pandêmico.

O que também motivou a escolha deste tema foi a nossa observação, enquanto docente da Rede Pública Estadual de Santa Catarina, da ausência dos professores da sala de aula, por problemas de saúde, que causaram a inquietação que culminou na pesquisa realizada.

Em termos de importância social, estamos lidando com um fenômeno cujas consequências são prejudiciais para a realização de um projeto educacional sólido, que tenha como foco o processo de ensino e aprendizagem, e que busque garantir que os alunos permaneçam de forma bem-sucedida em uma escola que ofereça uma educação de qualidade.

A educação é um direito de todos os cidadãos e atender os alunos na rede estadual de

ensino garante que todos tenham acesso a oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Ao atendê-los, a rede estadual de ensino de Santa Catarina contribui para que os estudantes desenvolvam valores como respeito, solidariedade, ética e responsabilidade social.

O absenteísmo na educação representa uma situação que envolve, por um lado, doenças relacionadas ao trabalho e, por outro, custos econômicos e sociais significativos. Isso se torna ainda mais relevante ao considerar a saúde dos professores e os impactos negativos na aprendizagem dos alunos da Educação Básica.

Para essa abordagem, organiza-se esta tese da seguinte forma: na Introdução são apresentadas, contextualizadas e problematizadas as questões relativas à saúde do professor, incluidos a delimitação dos objetivos, justificativas e metodologia adotada. A metodologia discorre sobre os métodos de pesquisa utilizados para a coleta, desenvolvimento e análise das informações relativas ao objeto de estudo.

No Capítulo 3 é abordada a dinâmica do trabalho e o trâmite de afastamentos de docentes no estado de Santa Catarina, de acordo com a normativa estadual para a concessão de licenças.

O desempenho do professor é destacado no Capítulo 4, a partir das relações entre saúde e qualidade no ensino e a questão do absenteísmo docente.

Nos Capítulos 5 e 6 são relacionadas às síndromes mais comuns nos processos de afastamentos dos professores, a Burnout, Depressão, Estresse, Ansiedade e Medo.

A saúde mental dos professores escolares durante a pandemia de COVID-19 é destacada no Capítulo 7 sob os aspectos das licenças médicas, consequências dos afastamentos de professores das salas de aula, e a resiliência docente nesse período.

O Capítulo 8 traz nos resultados e discussão o contraponto entre os achados da pesquisa e os apontamentos da literatura.

Nas considerações finais são resgatados os objetivos delimitados na pesquisa em relação às conclusões do autor, de acordo com os resultados do estudo acerca dos principais motivos de afastamento de professores da Rede Pública Estadual de Santa Catarina por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) e Readaptação Funcional (RF).

2 METODOLOGIA

Quanto à abordagem metodológica, esta pesquisa utilizou a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2017) se baseia na análise de materiais já publicados, como livros, revistas, artigos científicos, relatórios, leis, entre outros. Para o levantamento de tais publicações, realizamos a busca nas bases de dados Scielo, LILACS, ERIC, além do motor de busca Google Acadêmico.

Adotamos essa forma de coleta de dados que não envolveu a interação direta com os sujeitos da pesquisa, mas sim a análise sistemática e crítica do material documental disponível nos órgão responsáveis do governo do Estado de Santa Catarina disponíveis para pesquisa, como relatórios atualizados de números de alunos, professores e servidores da educação que se encontram em licença médica dos mais variados tipos. Também realizamos um comprarativo entre os anos pós pandemico no que tange ao número de afastamentos, o que também confere a esta pesquisa um cunho documental.

Segundo Fontana e Pereira (2023), as potencialidade do uso da pesquisa documental estão relacionadas ao tipo de pesquisa a que ela pertence. Assim, a pesquisa documental é uma ferramenta importante para a investigação científica que se encaixa no âmbito dos estudos qualitativos, que buscam compreender um fenômeno em seu contexto natural. A pesquisa documental, como uma abordagem qualitativa, contribui para a compreensão histórica, cultural e científica de uma comunidade ou de um fenômeno (seja social ou natural) em um contexto específico, esclarecendo as questões que despertam a curiosidade do pesquisador (muitas vezes, já sistematizadas em uma proposta de pesquisa).

A pesquisa documental envolveu a seleção de documentos relevantes para a temática em questão, a leitura e a análise crítica desses documentos, a compilação dos dados encontrados e a elaboração de uma interpretação dos resultados. É importante ressaltar que atentamos à qualidade e confiabilidade dos documentos utilizados, verificamos sua origem, autoria, data de publicação e outros critérios relevantes.

Nesta pesquisa documental utilizamos o método de coleta de dados que consistiu na análise e interpretação de documentos relevantes para o tema de estudo. O roteiro para essa coleta de dados dependeu do objeto de pesquisa, que envolveu vários passos. Definimos o tema: A SAÚDE DO PROFESSOR: um estudo investigativo sobre as principais causas de afastamento de professores da sala de aula pós pandemia. Estabelecemos claramente o propósito da pesquisa e as informações dos documentos da Secretaria de Estado da Educação e a Gerência de Perícia Médica.

Esses documentos oficiais foram relacionados ao tema da pesquisa, em que as fontes

primárias e fontes secundárias foram fundamentais para o desenvolvimento do estudo. Para a coleta dos documentos foram pesquisadas as fontes oficiais do governo e com isso a avaliação dos documentos são confiáveis e pertinentes para a pesquisa.

Após coletar os documentos relevantes, fizemos uma análise dos mesmos, identificando informações importantes, padrões ou tendências que contribuiram para o resultado da pesquisa.

O recorte temporal da pesquisa documental foi o período pandêmico nos anos de 2021, 2022 e 2023. É importante ressaltar que essa pesquisa documental não envolveu a coleta de dados diretamente de pessoas, como em entrevistas ou questionários. Ela se basiou apenas na análise e interpretação de documentos existentes.

Morais (2005) aponta que os dados qualitativos são informações que revelam alguma qualidade, categoria ou característica que não podem ser medidas, mas sim classificadas, apresentando diversas formas de manifestação.

Nesse aspecto, Minayo (2004) aponta que a pesquisa qualitativa torna-se importante para:

> (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) para compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais; (c) para avaliação das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a que se destina, sendo que esse último aspecto não se constituiu em objetivo desta pesquisa (Minayo, 2004, p. 134).

De forma descritiva, o trabalho foi desenvolvido a partir de documentos relativos aos afastamentos de professores da Rede Estadual Publica de Santa Catarina, mais precisamente nos municípios de Brusque, Botuverá, Nova Trento, Tijucas, São João Batista, Major Gersino, Canelinha e Guabiruba. Nesses municípios estão distribuídas trinta Unidades de Ensino, todas atendidas por professores concursados da rede e por ACTs, admitidos em caráter temporário. A carga horária se distribui entre dez horas semanais a sessenta, e os professores concursados são todos habilitados em sua área de atuação, já os temporários a partir do quinto semestre da graduação em sua área de atuação, com admissão através de um processo seletivo anual que abrange prova e títulos.

As pesquisas descritivas visam descrever as características de uma população ou fenômeno específico. Além disso, podem ser desenvolvidas para identificar possíveis relações entre variáveis. Há uma grande quantidade de pesquisas que podem ser categorizadas como descritivas, e a maioria das que são realizadas tem objetivos práticos (Gil, 2017).

O número total de professores atuando nas trinta unidades de ensino está entre um mil e quarenta e oito, para atender uma demanda de dezoito mil e novecentos e noventa e quatro dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médioe EJA. A tabela em anexo

(Anexo A) informa o número e a situação de professores e alunos afastados das salas de aula por Unidade Escolar.

Nesse sentido, realizamos um comparativo do ano atual com os anos pós pandemia para avaliar as causas e consequencias dos afastamentos de professores na sala de aula. Afinal, sabemos que a importância de atender os alunos na rede estadual de ensino de Santa Catarina é grande por várias razões, sendo elas garantir que eles tenham acesso a uma educação de qualidade, com professores qualificados, infraestrutura adequada e recursos didáticos atualizados. Isso contribui para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes e os prepara para enfrentar os desafios do mundo atual.

Cabe frizar, ainda, que na pesquisa qualitativa, o investigador pode utilizar diversos métodos para garantir uma compreensão mais profunda do fenômeno em estudo. A escolha de cada método e ferramenta utilizada pode alterar a dinâmica da pesquisa. Entre os métodos frequentemente empregados em estudos qualitativos, destacam-se: o estudo de caso, único ou múltiplo; a etnografia; a história de vida; a *grounded theory*; a pesquisa-ação e a fenomenologia (Chueke; Lima, 2012).

Portanto, esta pesquisa também se enquadra como um estudo de caso, pois fornece uma compreensão abrangente do problema ao identificar os fatores que podem ter contribuído para as ausências por doença, ou que podem ter sido influenciados por elas. Ela, também, se caracteriza como uma pesquisa descritiva, uma vez que apresenta características do fenômeno do absenteísmo por doença, especialmente entre os professores, e estabelece relações com variáveis associadas, como as características e organização do trabalho, bem como as condições e o ambiente nas escolas (Gil, 2002).

O estudo de caso tem como objetivo investigar um caso particular, bem definido, contextualizado no tempo e no lugar, a fim de realizar uma busca detalhada de informações (Ventura, 2007). Como método de pesquisa, o estudo de caso é utilizado em diversas situações para contribuir para o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Não é surpreendente que o estudo de caso tenha sido um método de pesquisa comum em educação, entre outras áreas (Yin, 2009).

Em todas essas situações, a necessidade distintiva de estudos de caso surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o método do estudo de caso permite que os pesquisadores capturem as características abrangentes e significativas de eventos da vida real, como ciclos de vida individuais, comportamento de pequenos grupos, processos organizacionais e gerenciais, mudanças em comunidades, desempenho escolar, relações internacionais e o desenvolvimento de indústrias (Yin, 2009).

2.1 Categorias de análise

A análise temática nos permitiu identificar e classificar os principais temas e tópicos presentes nos documentos, de acordo com as seguintes categorias: trabalho docente, saúde mental e absenteísmo.

Utilizamos as técnicas de codificação e categorização para agrupar os dados em categorias específicas. O objetivo foi sistematizar, conforme Romeu Gomes, a "visão do conjunto e apreensão das particularidades do material da pesquisa original" (Gomes, 2010, p. 102).

Seguimosos os seguintes passos, adaptados de Gil (2017), para que a nossa análise temática ocorresse adequadamente.

1. Na fase de pré-análise, os dados são preparados para a análise, como por exemplo, transcrição de análise documental, organização de documentos ou leitura atenta dos textos. É importante se familiarizar com o material para garantir uma análise adequada;
2. Na fase de codificação, os dados são categorizados em unidades de análise. As unidades podem ser palavras, frases, expressões ou até mesmo parágrafos inteiros. O objetivo é identificar e rotular os temas emergentes presentes nos dados;
3. Durante a fase de categorização, os temas são agrupados em categorias, com base em semelhanças ou conexões temáticas. Essas categorias podem ser amplas ou específicas, dependendo da complexidade dos dados;
4. Na fase de organização, as categorias e temas são organizados em uma estrutura hierárquica ou em um sistema de matriz. Isso ajuda a identificar relacionamentos entre os temas e permite uma análise mais aprofundada dos dados;
5. Na fase de interpretação, os resultados são interpretados e analisados à luz do contexto e do objetivo geral da pesquisa. Pode-se identificar conexões entre os temas, identificar padrões ou variações, e extrair conclusões ou insights a partir dos dados.

Minayo (2004) destaca que a expressão mais frequentemente utilizada para descrever o tratamento dos dados em uma pesquisa qualitativa é a Análise de Conteúdo. Contudo, esse termo abrange mais do que apenas um procedimento técnico. Ele integra uma longa trajetória de busca teórica e prática no âmbito das investigações sociais.

> Segundo Bardin, a Análise de Conteúdo pode ser definida como: Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979, p. 42).

Portanto, ao definir as categorias de análise emtrabalho docente, saúde mental e absenteísmo, desenvolvidas nos capítulos desta pesquisa, foi adotada a técnica de Bardin de categorização, pois:

> No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples (Bardin, 1979, p. 153).

É importante destacar que a análise temática é um processo iterativo e flexível, em que é possível voltar às etapas anteriores e ajustar a estrutura ou categorias conforme necessário. Além disso, é importante garantir a consistência e a validade dos resultados, por meio da triangulação de dados, revisão por pares ou uso de software de análise qualitativa.

3 A DINÂMICA DO TRABALHO E O TRÂMITE DE AFASTAMENTOS DE DOCENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A literatura tem explorado o trabalho sob a perspectiva da dualidade entre prazer e realização, sofrimento e dor, especialmente em relação às atividades realizadas por escravos e grupos menos favorecidos da sociedade. Atualmente, o trabalho é reconhecido como uma conquista e um direito (Fernandes; Sousa, 2012).

Segundo Arendt (2007), o labor é a atividade que se relaciona com o processo biológico do corpo humano, onde o crescimento espontâneo, o metabolismo e o eventual declínio estão ligados às necessidades vitais geradas e incorporadas pelo labor na vida. A essência do labor é, portanto, a própria vida.

Por outro lado, o trabalho refere-se à atividade que representa o artificialismo da existência humana, que não está necessariamente limitada ao ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por esse ciclo. O trabalho cria um mundo "artificial" de objetos, claramente distinto de qualquer ambiente natural. Nesse espaço, reside cada vida individual, mesmo que esse mundo tenha como propósito sobreviver e transcender todas as vidas individuais. A essência do trabalho é a mundanidade (Arendt, 2007).

Do ponto de vista etimológico e histórico, nota-se que a palavra “trabalho” deriva do labor, que inicialmente não estava associado ao prazer, apresentando diversas interpretações ao longo dos séculos, em ciclos de criação e recriação.

O termo “trabalho” vem do latim tripalium, ou trepalium, que era uma ferramenta utilizada na agricultura e, a partir do final do século VI, passou a ser o nome de um instrumento de tortura romano. “Tri” significa três, e “palus” se refere a pau, resultando na expressão três paus, o que dá origem à palavra tripaliare, ou trepaliare, que quer dizer submeter alguém ao tripalium (Ribeiro; Léda, 2004).

A história do trabalho como uma forma de maldição, desde a narrativa bíblica do pecado original de Adão (“Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó”)[1], ou como algo desprezível, segundo os nobres gregos e filósofos como Platão, que o considerava degradante e vil (Ribeiro; Leda, 2004), evidencia a complexidade desse tema.

Durante a Idade Média, o trabalho estava ligado, principalmente, à atividade agrícola, e mesmo nos poucos centros comerciais existentes, as pessoas eram fortemente influenciadas

[1] Bíblia. Gênesis, 3:19.

pela vida no campo.

> Um primeiro facto, bem assente: na civilização deste tempo, o campo é tudo. Vastas regiões, a Inglaterra e quase toda a Germânia, não têm uma única cidade. Mas existem noutras regiões: antigas cidades romanas, menos profundamente degradadas no sul do Ocidente, ou então pequenos burgos de comércio muito recente, acabados de nascer ao longo dos rios, que correm para os mares do Norte. Salvo algumas excepções lombardas, estas "cidades" parecem todas elas aglomerações irrisórias, que reúnem no máximo algumas centenas de habitantes permanentes e vivem profundamente ligadas ao campo. Na verdade, nem sequer se distinguem dele. Estão cercadas por vinhas, interpenetradas com os campos; cheias de animais, celeiros e rapazes nos trabalhos da terra. Todos os homens, mesmo os mais ricos, os bispos, os próprios reis, e os raros especialistas, judeus ou cristãos, que nas cidades exercem o ofício do comércio a longa distância, todos eles permanecem rurais, e sua existência é ritmada pelo ciclo das estações agrícolas, a sua subsistência depende da terra-mãe, dela retirando no imediato todos os recursos (Duby, 1987 *apud* Oliveira, 2012, p. 118).

No período contemporâneo, o conceito de trabalho ganha uma nova interpretação com a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, marcada pela perspectiva capitalista que busca aumentar a produção através de máquinas, intensificando as atividades nas fábricas. Essa transformação se acentuou no século XX, com teorias como o Taylorismo, que afirmam que "o tempo livre, o tempo sem trabalho, começa a ser consumido pelo trabalho. A tecnologia que deveria aliviar o trabalho não está conseguindo libertar os trabalhadores" (Dal Rosso, 2008 *apud* Costa, 2011, p. 374).

Em contrapartida, Marx e Engels propuseram uma nova visão sobre o trabalho no século XIX, criticando o capitalismo e destacando as lutas de classe como motor da história, com o objetivo de superar o modelo de sociedade classista (Lombardi, 2011). O autor ressalta a conexão entre trabalho e educação, abordada por Marx e Engels sob a perspectiva da produção da vida material, que molda o modo de vida, o pensamento, a ação e a educação em um determinado contexto econômico e social.

Tardif e Lessard (2005) abordam o trabalho docente como imaterial, devido ao seu caráter cognitivo, representando uma forma específica de trabalho sobre o humano. Hypolito, Vieira e Pizzi (2009) apontam que a literatura indica a submissão do trabalho docente aos modelos pós-fordistas, que se baseiam em um modelo de gestão escolar que controla e intensifica as atividades, resultando em um sistema de precarização que afeta os aspectos emocionais e afetivos dos professores. Essas dinâmicas, associadas a uma política de auditoria que pressiona escolas e educadores como responsáveis pelo desempenho e qualidade da educação, geram um sentimento de culpa que leva a uma auto-intensificação do trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a teoria do Capital Humano, que buscava reestruturar a economia europeia, fundamentando-se na formação do indivíduo através do desenvolvimento de habilidades e competências conforme as exigências do mercado (Santos,

2017).

No Brasil, Santos (2017) destaca o pensamento social do economista Celso Furtado na era pós-Vargas, que, nas décadas de 1950 e 1960, que embora não fosse um educador, introduziu um ideal voltado para o investimento público na formação humana como essencial para o desenvolvimento econômico do país.

A Pedagogia da Libertação, inspirada nas ideias de Paulo Freire, influenciou o cenário educacional das décadas de 1960 e 1970, surgindo como uma resposta dos movimentos populares à ditadura militar e representando os anseios dos trabalhadores, educadores populares, associações de moradores de favelas e mulheres que lutavam por creches (Lima, 2018).

Nesse contexto, o ensino tecnicista voltado para as demandas industriais começou a ser criticado, dando lugar a uma abordagem pedagógica que atendia às necessidades concretas das camadas mais pobres da população, especialmente em relação à luta de classes.

Nos anos 1980 e 1990, houve um acirramento entre as ideias pedagógicas hegemônicas, representadas pelo neoliberalismo, e as correntes que defendiam a cidadania ativa durante o processo de redemocratização do país. Para Lima (2018), a partir da década de 1990, a educação passou a ser vista como uma ferramenta para o desenvolvimento de competências necessárias na nova sociedade do conhecimento.

As correntes contra-hegemônicas desse período buscaram, por meio de pedagogias críticas, orientar a prática de ensino, ainda seguindo a linha freiriana, enquanto outra vertente se baseou no marxismo, dividindo-se entre liberais e materialistas históricos, na defesa ativa da escola pública (Saviani, 2008).

No mundo do trabalho, Castells (2000) destaca um novo paradigma focado na eficiência e produtividade, fundamentado no processamento de informações e nas redes de comunicação. Moura (2014) aponta que o modelo de desenvolvimento nacional é marcado pela influência externa e por um sistema de exclusão, onde uma minoria da população tem acesso a bens e serviços.

Nesse padrão, Kuenzer (2011) enfatiza a importância do aspecto contra-hegemônico do trabalho docente, que, embora produza valor para o capitalismo ou para o Estado, também contribui na produção de conhecimento que questiona o modelo vigente. As mudanças nos processos produtivos, como o surgimento e a crise do regime taylorista, que se baseava na gestão científica voltada para a produção em larga escala, resultaram em um modelo educacional tecnicista que separa o docente do conteúdo de seu trabalho (Moura, 2014).

Rodrigues (2002) reforça essa perspectiva ao associar o trabalho docente à chamada

proletarização técnica, que implica na perda de controle e autonomia sobre o processo educativo.

Para Menezes e Gomes (2010), as dinâmicas das organizações do trabalho são articuladas ao caráter histórico e social por meio da saúde do trabalhador, a fim de que se possa entender os aspectos que determinam os fenômenos, constituindo uma nova corrente de pensamento que destaca a vertente histórico-cultural na composição humana, queune as questões biológicas e psicológicas ao quadro social em que são produzidos.

A complexidade das questões abordadas neste tópico também inclui a carreira docente da rede pública de educação do Estado de Santa Catarina, abordada aqui sob os aspectos legais relativos ao processo de avaliação da incapacidade laborativa.

Organizando as perícias em servidores do Estado de Santa Catarina, o governo aprovou um manual instituído pelo decreto n. 3.338, de 23 de junho de 2010. Esse Manual de Normas Técnicas Médico-Periciais, confere o Art.º. 71, inciso III, da Constituição do Estado, em que decretou no Art. 1o, ficando a aprovada segunda edição do Manual de Normas Técnicas Médico-Periciais, desenvolvido pela Diretoria de Saúde do Servidor (DSAS), órgão da Secretaria de Estado da Administração (SEA), que integra este decreto (Santa Catarina, 2010a).

Em 1946, a Organização Mundial da Saúde, a partir de ênfase qualitativa, introduziu um novo conceito de saúde: “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade” (WHO, 2023, online).

Percebe-se o avanço nos campos da Saúde e do Trabalho a partir da Constituição de 1988, encarando a primeira área como questão de direito, e definindo-a, não somente como a simples ausência de doença, mas sim como consequência das condições de lazer, liberdade, educação, alimentação, remuneração, transporte e acesso aos serviços de saúde. Desta forma, a saúde passa a ser considerada como direito social, e a Saúde do Trabalhador avança além do seu território de trabalho, a partir dos conceitos de higiene e segurança do trabalho (Mendes, 1999).

A condição mínima ou suficiente de saúde para o exercício do trabalho pode ser considerada como a capacidade laborativa. Neste sentido, o mercado requer que o indivíduo tenha saúde suficiente para realizar as tarefas demandadas, pois apenas com esta condição poderá vender a sua força de trabalho. O sistema produtivo não demanda por trabalhadores saudáveis, e sim necessita daqueles que possam garantir a produtividade esperada. “O que importa não é saúde do trabalhador, mas a saúde necessária à produção”, como enfatiza Ribeiro (1999, p. 203). A análise pericial da capacidade laboral destina-se a responder aos critérios definidos, de acordo com os preceitos legais contidos no manual. Para a avaliação desta

capacidade os seguintes elementos devem ser considerados: alterações mórbidas diagnosticada por anamnese; exames físicos e de laboratório, e em caso de necessidade a apresentação de laudos de outros profissionais de saúde; registro ocupacional, informações psicossociais, e a investigação do nexo causal, dentre outros fatores que possam ser considerados relevantes, assim como a observância dos aspectos legais no Decreto n. 3.338/2010 (Santa Catarina, 2010a).

A simples ocorrência da doença não implica na incapacidade para o exercício do trabalho, mas é importante a consequência do agravo no desempenho funcional. Para mensurar a capacidade laboral do indivíduo, e suas implicações, como as concessões de afastamentos para tratamento, assim como a definição do retorno ao trabalho, o médico perito precisa atentar para o nexo causal, que está entre a doença e a incapacidade para o desempenho das funções, considerando dentre outros aspectos as condições socioeconômicas do servidor (Santa Catarina, 2010). O mesmo decreto que aprova o Manual de Normas Técnicas Médico Periciais do Estado de Santa Catarina entende como incapacidade para o desempenho das funções do servidor quando esta impossibilidade é procedente das disfunções patológicas consequentes aos agravos apresentados (Santa Catarina, 2010).

Como critério de avaliação da incapacidade deverá ser levado em consideração o possível agravamento da doença, assim como o seu risco para a vida do servidor, ou para terceiros, em com implicações relativas à continuidade do trabalho nas condições verificadas, sob condições específicas em que o trabalho é realizado pelo servidor. Portanto, a definição de incapacidade deve ser avaliada de acordo com o seu grau, duração, além da profissão, ou segundo a função desempenhada (Santa Catarina, 2010). Quanto ao nível, a incapacidade laborativa pode ser parcial ou total (Santa Catarina, 2011, p. 4):

> a) considerar-se-á como parcial o grau de incapacidade que ainda permita (capacidade residual) o desempenho de atividade laboral, com restrições, porém sem risco de vida ou agravamento maior;
> b) considerar-se-á incapacidade total a que gera a impossibilidade de desempenho de atividade laboral, não permitindo atingir a média de rendimento, alcançada em condições normais, pelos servidores do cargo, função ou emprego do examinado (Santa Catarina, 2011, p. 4).

Quanto à duração, a incapacidade laborativa pode ser temporária ou permanente (Santa Catarina, 2011, p. 4):

> a) Considera-se temporária a incapacidade para a qual se pode esperar recuperação dentro de prazo previsível ou não; b) considera-se incapacidade permanente aquela insuscetível de alteração com os recursos da terapêutica, readaptação e reabilitação disponíveis à época da avaliação pericial (Santa Catarina, 2011, p. 4).

Quanto à profissão, a incapacidade laborativa pode ser (Santa Catarina, 2010, p. 4):

> a) Uniprofissional: em que o impedimento alcança apenas uma atividade específica;
> b) multiprofissional: em que o impedimento abrange diversas atividades profissionais;
> c) Omniprofissional: implica a impossibilidade do desempenho de toda e qualquer atividade laborativa. Esse conceito tem caráter teórico, salvo e objetivo, exceto em situações transitórias (Santa Catarina, 2011, p. 4).

Outra questão relevante do Manual (Santa Catarina, 2010), e que contribui para esta pesquisa é tratada no capítulo IX, acerca da licença para o tratamento de saúde, a partir do conceito e do objetivo da licença: o pedido de afastamento do servidor que, em decorrência de doença atestada, esteja temporariamente incapacitado para o exercício de suas funções.

Para a liberação de suas atividades o exame médico-pericial é indispensável, a fim de que seja determinado o prazo da licença (Santa Catarina, 2010). Consequentemente, o objetivo da licença é para o tratamento de saúde, na ocorrência de um agravo que impeça o exercício de suas atividades, devendo este ser avaliado pelo exame pericial a ser realizado pelo órgão competente. Afastamentos de até 3 (três) dias num mês não serão objetos de avaliação, devendo ser abonados pela chefia imediata (Santa Catarina, 2010). Quantos aos servidores comissionados, ou com contratos temporários, os 15 (quinze) dias de licença serão analisados pela perícia-médica, e caso seja necessária a prorrogação, a avaliação ficará a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Santa Catarina, 2010). Um fator importante para esta pesquisa é a possibilidade de readaptação funcional, benefício concedido segundo a legislação vigente, em casos de diminuição da capacidade física ou psíquica do servidor efetivo, e quando ocorrem fatores agravantes à sua doença no exercício da sua função (Santa Catarina, 2010).

Neste sentido, o Manual (Santa Catarina, 2010) assegura ao servidor o exercício de trabalhos compatíveis com a sua limitação psíquica ou física, podendo ocorrer, ou não o seu afastamento. Outros aspectos relativos ao servidor e seu agravo devem ser considerados no processo de readaptação, que consiste na possibilidade de um servidor público ser realocado para desempenhar funções correspondentes a outro cargo, desde que estejam de acordo com as limitações físicas ou mentais comprovadas por uma avaliação médica oficial (Santa Catarina, 2010b).Ainda, de acordo com o Decreto nº 3.338, de 23 de junho de 2010, não poderão ser impostas restrições às atividades desempenhadas pelo servidor adaptado, e o mesmo não poderá obter afastamento futuro para o tratamento do mesmo agravo que motivou a readaptação funcional, a não ser em casos indicados por reavaliação clínica. Aspectos relativos à idade, tempo de serviço e nível de instrução do servidor, além de sua capacidade laboral residual, devem ser levados em consideração na readaptação funcional (Santa Catarina, 2010a).

Acerca do prazo de concessão, a readaptação do servidor será outorgada por prazo delimitado, não implicando em alteração de cargo. A prorrogação poderá ocorrer nos casos em que o servidor não readquira as condições laborais normais no prazodeterminado de até 36 (trinta e seis) meses contínuos ou 48 (quarenta e oito) meses intercalados. Caso esse prazo seja ultrapassado, sem que o servidor, regido pelo Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina, readquira suas funções laborais normais, será aposentado por invalidez (Santa Catarina, 2010a).

No tramite, o servidor deve requerer a readaptação junto à sua chefia imediata, apresentando atestado de saúde com o pedido de readaptação, a não ser que tenha uma indicação do perito do quadro funcional. A chefia, por sua vez, antes do agendamento deverá preencher documento oficial, com o registro das atividades realizadas pelo subordinado até o ato do pedido, incluindo as dificuldades de trabalho apresentadas pelo requerente, e ainda, as possíveis indicações de readaptação funcional. O documento deve ser assinado pela chefia e pelo servidor solicitante da readaptação. De posse desses documentos, efetua-se o agendamento da perícia médica, serviço social e/ou psicologia, ficando a cargo do perito o pedido de exames complementares, laudo especializado ou perícia móvel, antes de indicar ou não o benefício (Santa Catarina, 2010a).

Se a necessidade de readaptação se prolongar, será necessário reiniciar todo o processo descrito anteriormente, incluindo a apresentação de um novo relatório do local de trabalho, que avalie o desempenho do servidor durante o período de readaptação. Somente o próprio servidor pode solicitar essa mudança antes do prazo legal, e a concessão de licença médica devido a atrasos nesse procedimento não é justificável. Se o pedido for recusado, o servidor pode solicitar uma reavaliação médica, por meio de um pedido fundamentado encaminhado ao gerente ou supervisor médico, que decidirá se o pedido será indeferido definitivamente ou reagendado com a Junta Médica (Decreto n. 3.338, 2010).

Para os servidores com problemas cardíacos, o Manual de Normas Técnicas Médico-Periciais do Estado de Santa Catarina (Decreto n. 4.167, 2006) estabelece que, dependendo das características da condição, como a classificação de angina de esforço e insuficiência cardíaca, o servidor deve ser readaptado, sempre que possível, para realizar atividades menos exigentes (Santa Catarina, 2010a).

Observa-se que a literatura consultada explora a complexidade do trabalho, especialmente sob a tensão entre prazer e realização, sofrimento e dor. Este tema é particularmente evidente nas narrativas que abordam as experiências de escravos e grupos marginalizados, revelando a dualidade intrínseca ao conceito de trabalho. Com a evolução

histórica, o trabalho passou a ser reconhecido não apenas como uma necessidade, mas como um direito, conforme afirmado por Fernandes e Sousa (2012). Essa transição de percepção é crucial para entender as implicações sociais e emocionais do trabalho na vida humana.

Segundo Arendt (2007), existe uma distinção fundamental entre labor e trabalho. O labor está intrinsicamente ligado ao ciclo biológico do ser humano e às suas necessidades vitais. A essência do labor é a própria vida, enquanto o trabalho é visto como a construção de um mundo artificial, que transcende a mera sobrevivência. Essa distinção é vital para compreender como a sociedade moderna valoriza o trabalho, não apenas como uma forma de sustento, mas como um meio de criação de significado e identidade.

A etimologia da palavra "trabalho", que se origina do latim tripalium, um instrumento de tortura, carrega consigo uma conotação negativa que persiste ao longo da história. Essa conexão inicial com o sofrimento ilustra a complexidade do trabalho e sua percepção, que varia de uma maldição bíblica à atividade considerada vil pelos filósofos gregos. A narrativa de Adão, que associa o trabalho ao suor e à dor, ressalta que o trabalho é muitas vezes visto como uma punição, influenciando a visão cultural sobre ele.

Ao longo da Idade Média, o trabalho estava intimamente ligado à vida agrícola, onde a subsistência dependia diretamente da terra. A falta de distinção clara entre cidades e campos reflete um modelo de vida em que o trabalho era uma extensão da natureza. No entanto, com a Revolução Industrial, a perspectiva sobre o trabalho começou a mudar. A introdução de máquinas e a maximização da produção transformaram o trabalho em um fenômeno capitalista, caracterizado pela exploração e alienação do trabalhador.

Críticos como Marx e Engels não apenas desafiaram essa visão capitalista, mas também promoveram uma reavaliação do papel do trabalho na sociedade. Para eles, o trabalho é um motor de luta de classes, fundamental na configuração das relações sociais. Essa crítica ainda ressoa hoje, especialmente em contextos onde o trabalho é visto como um meio de opressão e controle.

Na contemporaneidade, o conceito de trabalho imaterial, especialmente no contexto da educação, ganha destaque. A abordagem de Tardif e Lessard (2005) sobre o trabalho docente como uma forma de trabalho cognitivo ilustra os desafios enfrentados pelos educadores. A pressão para melhorar o desempenho e a qualidade da educação, em um sistema de gestão que prioriza resultados, resulta em uma precarização do trabalho docente. Essa dinâmica gera um ambiente de culpa e auto-intensificação que compromete a saúde emocional dos professores.

Resumindo, o trabalho é um tema multifacetado que abrange não apenas a luta pela sobrevivência, mas também a busca por significado e realização. A literatura serve como um

espelho que reflete as tensões e as complexidades do trabalho na sociedade. A compreensão dessa dualidade é essencial para promover discussões sobre os direitos dos trabalhadores e as condições de trabalho, além de fomentar um debate mais amplo sobre a relação entre trabalho, dignidade e a busca por uma vida plena. É fundamental que a sociedade reconheça o valor intrínseco do trabalho, não apenas como uma obrigação, mas como uma parte essencial da experiência humana.

Sob o aspecto normativo, observa-se que a avaliação da capacidade laborativa de um servidor público vai além da simples presença de uma doença; é crucial entender como essa condição impacta seu desempenho funcional. O nexo causal entre a doença e a incapacidade é fundamental para determinar a necessidade de afastamento para tratamento ou retorno ao trabalho, considerando também as condições socioeconômicas do servidor. O Manual de Normas Técnicas Médico-Periciais do Estado de Santa Catarina define a incapacidade como a impossibilidade de desempenhar funções devido a disfunções patológicas. Essa incapacidade pode ser classificada como parcial ou total, temporária ou permanente, e deve ser avaliada com base na profissão do servidor. A incapacidade parcial permite que o servidor realize atividades com restrições, enquanto a total impede qualquer desempenho laboral. A licença para tratamento de saúde é concedida quando um servidor está temporariamente incapacitado, e o exame médico-pericial é necessário para determinar a duração dessa licença. A legislação também prevê que afastamentos curtos, de até três dias, não necessitam de avaliação pericial.

Portanto, a readaptação funcional é um aspecto importante para servidores com limitações. O Manual garante que eles possam ser realocados em funções compatíveis com suas capacidades, respeitando suas limitações. O processo de readaptação envolve um fluxo administrativo rigoroso, onde o servidor solicita a mudança junto à chefia, que deve documentar as atividades e dificuldades enfrentadas. Em casos de problemas de saúde específicos, como condições cardíacas, o Manual orienta que os servidores sejam readaptados para funções menos exigentes. Essa abordagem visa garantir a saúde do trabalhador e a continuidade de sua contribuição ao serviço público. Em resumo, a análise da capacidade laborativa e dos processos de readaptação funcional é essencial para assegurar que os servidores públicos possam desempenhar suas funções de maneira adequada, respeitando suas limitações e promovendo seu bem-estar. Isso reflete a necessidade de uma gestão que valorize a saúde e a dignidade dos trabalhadores.

4 DESEMPENHO DO PROFESSOR

O trabalho docente, entendido como uma totalidade, não se resume apenas à soma de suas partes, mas sim às relações essenciais entre seus elementos interconectados, que definem sua natureza, produção e desenvolvimento. Para analisar o trabalho do professor dessa forma, é necessário considerar as relações entre as condições subjetivas, omo a formação do professor; e as condições objetivas, que se referem às reais condições de trabalho, abrangendo desde a organização da prática, como a participação no planejamento escolar e a preparação das aulas, até a remuneração do docente (Basso, 1998).

Diversos autores (Enguita, 1991; Apple, 1987; Pucci; Oliveira; Sguissardi, 1991) que abordam a ideia da proletarização do trabalho docente fundamentam suas argumentações na transferência direta do processo de trabalho industrial para o sistema educacional ou para o trabalho escolar. Embora esses teóricos reconheçam as diferenças entre o processo de desqualificação do operário e do professor (sendo que, no caso dos docentes, essa desqualificação não ocorre na mesma intensidade) eles não discutem em profundidade um aspecto crucial da lógica da racionalização do capital: a criação de valor e a geração de mais-valia, que são fundamentais para a transformação do processo de trabalho industrial (Basso, 1998).

O sistema fabril se objetiva ao incorporar conhecimentos científicos e técnicos, permitindo que o capital se liberte das limitações impostas pelo trabalho humano, habilidade e experiência, para acelerar a acumulação capitalista (Basso, 1998). Marx (1968 *apud* Basso, 1998) descreve esse fenômeno, destacando que, no trabalho industrial, há uma crescente objetivação do processo, o que resulta em uma menor autonomia para o trabalhador, com o objetivo de garantir uma produção de valor em constante ascensão.

No contexto da atividade de ensino, a "racionalização" não tem como objetivo principal a criação de valor. As mudanças resultantes desse processo no campo educacional ainda não provocaram alterações significativas na essência da atividade docente, mas sim uma crescente inserção de características típicas do trabalho fabril nas escolas. Contudo, essa inserção não resultou em uma maior objetivação do trabalho do professor, nem em uma perda ou eliminação de sua autonomia. Entretanto, podem ser reconhecidas as transformações que ocorreram nas condições de trabalho dos professores e suas conexões com as formas capitalistas de produção (Basso, 1998).

A ideologia prevalente no sistema capitalista flexível promove a ideia de que a mudança constante é parte da vida. O trabalhador pode fazer parte de uma equipe hoje, amanhã estar em

outra, talvez até em uma cidade ou país diferentes, e depois disso, pode optar por ser autônomo, abrindo e fechando pequenas empresas sempre que necessário. Nesse cenário, a estabilidade é vista como um fracasso ou algo a ser evitado. Não é surpreendente, portanto, que a continuidade dos concursos públicos esteja cada vez mais em risco (Carvalho, Costa e Magalhães, 2021).

Diante do exposto, Carvalho, Costa e Magalhães (2021) defendem que esse contexto histórico mais amplo das relações de trabalho contemporâneas também afeta as condições de trabalho e vida dos professores, mesmo que eles estejam em escolas públicas e não em empresas. Isso se dá porque a lógica gerencialista tem moldado a gestão das escolas desde o final da década de 1990, acompanhada por contrarreformas educacionais globalizadas. Assim, o aumento da carga horária para todas as profissões, especialmente para os docentes, resulta na "[...] a deterioração das condições de trabalho e vida [...]", conforme aponta Dal Rosso (2010, p. 2). Além disso, mais uma vez, nota-se o processo de desprofissionalização do professor.

> Por desprofissionalização docente, entende-se o processo de enfraquecimento do caráter específico da profissão do professor, que se expressa em: 1) diminuição da qualidade da formação inicial e contínua; 2) perda de direitos e precarização das condições laborais (diminuição de salários, flexibilidade e instabilidade, deterioração dos ambientes, etc.); 3) estandardização do trabalho (lógica avaliativa que prioriza o desempenho, descuidando das aprendizagens), provocando a submissão das práticas à rotina; e 4) exclusão do professorado dos processos de construção de políticas educativas. Esse enfraquecimento deve-se à aparição de novas regulamentações laborais na América Latina, no contexto do avanço da globalização capitalista e neoliberal, com seus consequentes impactos na diminuição do campo de autonomia e controle profissional do processo de trabalho (Mejías, 2010 *apud* Jedlicki; Yancovic, 2010, p. 1).

Quando pensamos sobre educação, estamos cientes de que é um processo que envolve gestão, professores, alunos, famílias e comunidade e que para atingir os resultados esperado é necessário compreender o papel de cada indivíduo. E nessa perspectiva observamos que o cenário educacional é mais complexo que imaginamos, pois passa pelo cunho social e relações interpessoais que refletem diretamente na saúde do professor e que automaticamente desencadeia dificuldades em atingir os objetivos propostos pela instituição, e ainda atrapalhando todo o processo de ensino aprendizagem, o bem-estar do professor também está pautado na relação de trabalho e diversas práticas laborais docentes. Conforme (Garcia; Benevides-Pereira, 2003):

> Na realidade do cotidiano dos docentes, pode-se observar a correria do dia adia; as alterações de humor que ocorrem nas relações professor-aluno; a sobrecarga de tarefas, que precisa desdobrar-se em leituras para preparação de aulas, correção de trabalhos. No caso dos professores universitários, somam-se a estas, outras atividades como a participação em comissões, consultoria *ad-hoc*, a pressão institucional por publicação e pesquisa, de rendimento e melhoria na formação do aluno, a aprendizagem de novos recursos tecnológicos; a submissão a normas e regras técnicas

> da própria instituição de ensino e as governamentais (CNPq, MEC, etc.), para enumerar apenas algumas das mais evidentes, (Garcia; Benevides-Pereira, 2003, p. 76).

Segundo Gomes, Nunes e Pádua (2019), em pesquisa que objetivou investigar a valorização docente com base em narrativas de cinco professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de uma cidade de Minas Gerais, frente a condições de trabalho por vezes tão desafiadoras, tem se tornado cada vez mais comum o adoecimento entre os professores. Gasparini, Barreto e Assunção (2005, p. 192), em estudo que apresenta o perfil dos afastamentos do trabalho por motivos de saúde de uma população de profissionais da educação, destaca: "[...] as circunstâncias nas quais os professores mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar geramsobreesforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas". Durante as entrevistas realizadas no estudo de Gomes, Nunes e Pádua (2019), a professora Cristina mencionou repetidamente o adoecimento entre os docentes, expressando uma visão mais crítica sobre a saúde dos professores.

> E as condições de trabalho quando elas são salubres, porque infelizmente, infelizmente, é muito comum no setor público, nós termos péssimas condições de trabalho, né? De ambiente mesmo, de risco pra aluno, de risco pra gente, né? E isso, eu cito pra você um exemplo de todos os dias. Todos os dias, quando eu chego, esse ano e os anos anteriores também, nós limpamos as carteiras antes de iniciarmos, porque como eu leciono próximo à rua, a poeira ali é uma coisa louca, além do ruído, né? Em função dos veículos. Se você não limpar a carteira quando você chega, porque à noite... De manhã, elas limpam, elas passam a vassoura, mas não dá tempo, porque tem aula à noite. Então, nós chegamos e, realmente, o ambiente tá assim, em condição péssima. Às vezes, o próprio banheiro... (Professora Cristina) (Gomes; Nunes; Pádua, 2019, p. 288).

Tais elementos que envolvem as condições de trabalho dos professores impactam significativamente a maneira como eles experienciam sua profissão. Isso pode até afetar a saúde e a satisfação que têm ao ensinar. Embora tenha havido um aumento nos estudos sobre o mal-estar e problemas de saúde dos professores recentemente, é fundamental dar voz aos relatos dos próprios docentes sobre esses aspectos. Dessa forma, podemos entender melhor como o adoecimento está se tornando cada vez mais ligado às condições de trabalho (Gomes; Nunes; Pádua, 2019).

Com esta reflexão, podemos perceber que o trabalho do professor não é devidamente acompanhado, porque sabemos que suas funções vão além da sala de aula com correções, planejamentos, pesquisas que muitas das vezes não é remunerada, sempre acompanhado de muitas preocupações, pois é cobrado sempre por resultados, postura e comportamento.

Vimos às diversidades que estão ligadas diretamente ao trabalho do professor que

podem influenciar a relação profissional, afetiva e emocional do docente, levando a resultados nada agradáveis. Com o passar dos anos e a falta de profissionais especializados para prevenir problemas de saúde como psicólogos, fonoaudiólogos e outros, podem surgir várias mazelas do ofício. Conforme (Carlotto, 2002):

> O professor assume muitas funções, possui papéis muitas vezes contraditórios, isto é, a instrução acadêmica e a disciplina da classe. Também tem que lidar com aspectos sociais e emocionais de alunos, e ainda conflitos ocasionados pelas expectativas dos pais, estudantes, administradores e da comunidade. O excesso de tarefas burocráticas tem feito com que professores se sintam desrespeitados, principalmente quando devem executar tarefas desnecessárias e não relacionadas à essência de sua profissão. Ao desempenhar trabalhos de secretaria, diminui sua carga horária para o atendimento ao aluno e para desenvolver-se na profissão, (Carlotto, 2002, p. 25).

Nesse sentido, Cavalcante e Farias (2020) ressaltam que ser professor envolve aspectos que são atrativos e desafiadores, como também pode acontecer em outras profissões. Por um lado, há a experiência de lidar com o processo de aprendizado dos outros, atuando como um agente ativo, o que pode gerar um sentimento de satisfação. Por outro lado, há a desvalorização da profissão, juntamente com o desgaste físico e mental que a atividade implica.

Como exemplo do levantamento de motivações para a permanência na profissão, estudo de Nascimento e Rodrigues (2018) realizado com 25 professores do ensino fundamental, sendo representados tanto o sexo feminino quanto o masculino, que lecionam do 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental II em escolas públicas em Belém, analisou as representações sociais dos professores sobre sua permanência na docência. Foi observado que, com base na frequência das frases selecionadas pelos 25 professores, há um aumento no descontentamento em relação à profissão docente. Esse descontentamento está relacionado à questões como a infraestrutura e a localização da escola, alunos que não demonstram interesse em aprender, pais que não contribuem para a educação de seus filhos, e a percepção de que o Estado deveria valorizar a profissão com uma remuneração adequada.Essas declarações compartilhadas refletem o descontentamento com a desvalorização da profissão docente, sendo que, para esses professores, a valorização poderia ser alcançada por meio de salários mais justos.

A motivação é formada por razões e objetivos, tanto pessoais quanto profissionais, e por fatores internos e externos (Wiebusch; Korman; Santos, 2020). De acordo com Bzuneck (2009, p. 9), “motivação, ou motivo, é aquilo que move uma pessoa ou que põe em ação ou a faz mudar de curso. A motivação tem sido entendida ora como um fator psicológico, ou conjunto de fatores, ora como um processo”. Dessa forma, cada indivíduo tem motivação em relação à escolha da profissão, à prática docente e à permanência na carreira.

Segundo Santos, Antunes e Schmitt (2010, p. 23): “não há como compreender o

processo sem considerar uma vasta rede de interrelações pessoais, em que múltiplos fatores, entendidos como partes, interferem no todo". As motivações relacionadas às expectativas, aos fatores do ambiente de trabalho e às relações interpessoais estão ligadas à motivação intrínseca - relacionada às condições do próprio sujeito. Bzuneck (2009) destaca que a competência é o primeiro fator da motivação intrínseca, entendida como a capacidade do organismo de interagir de forma satisfatória com o ambiente. Essa motivação depende exclusivamente do professor, de estímulos e fatores internos, associada à realização pessoal e profissional. Portanto, na profissão docente, é necessário que as pessoas realmente gostem do ensino e se comprometam com a Educação.

Aprofundando a análise de Santos, Antunes e Schmitt (2010), percebe-se que as motivações intrínseca e extrínseca, embora distintas em sua origem, não são estanques e podem se entrelaçar no contexto da docência. De acordo com Bzuneck (2009), a competência, elemento central da motivação intrínseca, pode ser impulsionada por fatores extrínsecos, como a busca por qualificação para obter melhores oportunidades de trabalho. Desse modo, a motivação extrínseca, ao proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento profissional, pode, indiretamente, fortalecer a motivação intrínseca do docente.

Por outro lado, a motivação extrínseca está relacionada à motivos externos, como reconhecimento, melhores salários, valorização docente e fatores ligados ao cognitivo. As motivações intrínsecas e extrínsecas são distintas, dependendo se a origem é externa ou interna. Conforme Bzuneck (2009), a motivação extrínseca é menos elaborada do que a intrínseca, sendo predominante no contexto educacional, pois trabalha com o externo, considerando a docência como uma forma de obter recompensas materiais ou sociais. Por exemplo, quando um professor busca um curso de formação continuada ou uma pós-graduação, ele o faz com motivação extrínseca, pensando que a formação poderá trazer conhecimento, reconhecimento e um salário melhor na profissão, associando essa motivação a benefícios. A motivação docente está relacionada ao sujeito, ao sentido e ao significado atribuídos à profissão, mas também ao ambiente de trabalho e à gestão escolar, os quais interferem no nível de motivação.

> Assim, de acordo com Davoglio e Santos (2017, p. 203), um professor intrinsecamente motivado tende a explorar ativamente suas próprias capacidades, engajando-se e permanecendo espontaneamente envolvido em atividades percebidas como interessantes e recompensadoras, além de enfrentar desafios e desenvolver habilidades e competências necessárias à sua atuação.

Portanto, ao analisar os estudos de Davoglio e Santos (2017) e de Souza, Brasil e Nakadaki (2017), percebe-se a necessidade de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos motivacionais quanto as condições de trabalho dos professores. A motivação

intrínseca, embora seja um fator importante, não é suficiente para garantir a permanência na carreira. É preciso que as instituições de ensino ofereçam condições adequadas de trabalho, valorizem a profissionalização docente e promovam ações que contribuam para o bem-estar dos professores.

Com base em Souza, Brasil e Nakadaki (2017), pode-se compreender que as consequências do "abandono" enfrentado pela categoria incluem sobrecarga de atividades, problemas de saúde física e mental, e um desgaste na prática profissional dos professores, conforme será abordado a seguir.

Quando se reflete sobre a educação é notória a existência de um processo que engloba docentes, discentes, famílias e comunidade, e que para atingir os resultados esperados é necessário compreender o papel de cada indivíduo. E nessa perspectiva, observa-se que o cenário educacional é mais complexo do que se possa inferir, pois passa pelo cunho social e relações interpessoais que refletem diretamente na saúde do professor, e que automaticamente desencadeia dificuldades em atingir os objetivos propostos pela instituição, e ainda dificulta todo o processo de ensino aprendizagem.

O bem-estar do professor também está pautado na relação de trabalho e diversas práticas laborais docentes. Conforme Garcia e Benevides-Pereira (2003) na realidade do cotidiano dos docentes, pode-se observar a correria do dia a dia; as alterações de humor que ocorrem nas relações professor aluno; a sobrecarga de tarefas, que precisa desdobrar-se em leituras para preparação de aulas, correção de trabalhos. No caso dos professores universitários, somam-se a estas, outras atividades como a participação em comissões, consultoria: ad-hoc, a pressão institucional por publicação e pesquisa, de rendimento e melhoria na formação do aluno, a aprendizagem de novos recursos tecnológicos; a submissão a normas e regras técnicas da própria instituição de ensino e as governamentais (CNPq, MEC, etc.), para enumerar apenas algumas das mais evidentes.

Com esta reflexão, pode-se perceber que o trabalho do professor não é devidamente acompanhado, porque é notório que as suas funções vão além da sala de aula com correções, planejamentos, pesquisas que em muitas das vezes não são remuneradas, sempre acompanhado de muitas preocupações, pois é cobrado sempre por resultados, postura e comportamento. Observa-se as diversidades que estão ligadas diretamente ao trabalho do professor que podem influenciar a relação profissional, afetiva e emocional do docente, levando a resultados nada agradáveis. Conforme (Carlotto, 2002):

> O professor assume muitas funções, possui papéis muitas vezes contraditórios, isto é, a instrução acadêmica e a disciplina da classe. Também tem que lidar com aspectos

> sociais e emocionais de alunos, e ainda conflitos ocasionados pelas expectativas dos pais, estudantes, administradores e da comunidade. O excesso de tarefas burocráticas tem feito com que professores se sintam desrespeitados, principalmente quando devem executar tarefas desnecessárias e não relacionadas à essência de sua profissão. Ao desempenhar trabalhos de secretaria, diminui sua carga horária para o atendimento ao aluno e para desenvolver-se na profissão (Carlotto, 2002, p. 25).

Verifica-se-se, ainda, que os professores exercem um papel insubstituível no processo da transformação social, e isso vai além do ler e escrever, pois constitui fundamentalmente a sua atuação profissional na sociedade. A formação dos professores não se baseia apenas na racionalidade técnica, analisando o que os professores pensam como simples executores de decisões alheias, mas enquanto cidadãos com competências e habilidades na capacidade de decidir, pensar, refletir, produzindo novos conhecimentos para a teoria e prática de ensinar e aprender.

Nessa era contemporânea, os professores devem ser vistos como aliados e artífices da transformação social da escola, abrangendo os contextos históricos, socioculturais e organizacionais, que integram e interferem na atuação como profissional da educação. Cabe, então, aos professores do século XXI a missão de apontar caminhos institucionais de forma coletiva para enfrentamento dos novos pleitos do mundo moderno, com a competência gerada pelo conhecimento, com profissionalismo ético e consciência política. Dessa forma, os docentes serão capazes de oferecer oportunidades educacionais aos alunos, que por sua vez poderão construir e reconstruir conhecimentos, pautados no pensamento crítico, e segundo as mudanças sociais e relativas a formação humana.

4.1 A questão do absenteísmo docente

No Brasil, o absenteísmo docente representa um desafio significativo para a administração escolar, especialmente nas instituições públicas. Segundo informações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em novembro de 2019, 56% dos professores estaduais registraram pelo menos um dia de falta no trabalho. Dessas ausências, aproximadamente 6% estavam relacionadas a licenças especiais, como licença-prêmio ou licença-gestante, enquanto apenas 1,2% foram motivadas por questões de saúde, acidentes de trabalho, doenças ou falecimento de familiares (Tavares; Honda, 2021).

Além disso, cerca de 16% das faltas correspondiam a licenças médicas prolongadas, de quinze dias ou mais. O número de solicitações de afastamento por parte dos professores estaduais é notavelmente alto, chegando a 9 mil, comparado ao total de afastamentos concedidos pelo INSS em todo o estado, que é de 44 mil. Por outro lado, 75% dos professores

faltaram por um período entre um e trinta dias, utilizando justificativas previstas em leis que lhes garantem esse direito. Essas faltas resultaram em aproximadamente 200 mil alunos (6%) sem atividades educacionais ou com aulas ministradas por professores substitutos (Tavares; Honda, 2021).

No Estado de Santa Catarina, pesquisa de Baú (2020) com base nos Boletins Estatísticos de Benefícios de Saúde do Servidor, publicados entre 2008 e 2018, que trazem os dados acerca dos números de profissionais afastados nos órgãos do Estado, observou que as licenças concedidas para tratamento médico demonstraram um aumento expressivo no estado, conforme analisado nos Boletins. No entanto, os autores desses relatórios destacam esse crescimento, especialmente em órgãos específicos como a Secretaria Estadual da Educação (SED), que se destaca nesse aspecto. Ao calcular a taxa de afastamento, usando os dados sobre os servidores afastados por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) na SED e dividindo isso pelo número total de funcionários da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Baú (2020) chegou a um resultado diferente do que foi apresentado nos Boletins.

Segundo o autor, nenhum dos Boletins fornece informações sobre o total de funcionários, mas como mencionado, buscamos essa informação no Portal da Transparência. Por exemplo, em dezembro de 2012, haviam 6.968 funcionários da SED afastados por LTS de um total de 41.450 funcionários ativos. Isso representa uma taxa de afastamento de 16,8%. Isso difere dos 26,9% apresentados nos Boletins. Essa discrepância aconteceu porque a taxa de afastamento por LTS não considerou os funcionários temporários. Em 2012, o número total de funcionários temporários da SED foi de 20.865. Portanto, é importante deixar claro que a taxa de afastamento apresentada não se refere a todos os funcionários ativos durante o ano (Baú, 2020).

As principais condições de saúde que levaram às readaptações foram predominantemente transtornos mentais e comportamentais, seguidos por problemas osteomusculares e doenças respiratórias. É importante ressaltar que os servidores temporários, que em média representam metade do corpo de funcionários da SED, não foram considerados nessa análise (Baú, 2020).

Outra possibilidade, quando se observa a literatura, é a diferença entre os motivos de afastamentos dos professores no que tange as grandes e pequenas cidades. Nesse aspecto, estudo de Buerger (2021) examinou os atestados médicos apresentados pelos professores que trabalham na rede municipal de ensino, abrangendo a educação infantil e o ensino fundamental do município escolhido de Pomerode, localizado no Médio Vale do Itajaí-Açú, no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, pequena cidade com pouco mais de 34 mil habitantes.

Nessa análise, foram contabilizados o número de professores que apresentaram atestados médicos, o tipo de vínculo que possuem com o município, a quantidade de efetivos no cargo e a quantidade de professores admitidos em caráter temporário (ACT). Além disso, foram identificadas as áreas de atuação (disciplinas) dos professores que forneceram os atestados médicos, bem como se esses atestados possuíam ou não anotação da CID. Foi feito um relato detalhado e uma contagem de todas as diferentes doenças mencionadas nos atestados médicos (Buerger, 2021).

Como resultado desse estudo, foi observado que os professores tendem a adoecer mais devido a problemas no aparelho respiratório em comparação com outras patologias observadas em pesquisas realizadas em municípios maiores. Nestes, as doenças relacionadas a transtornos mentais e comportamentais são mais prevalentes, enquanto nessa realidade específica, embora presentes, não são predominantes (Buerger, 2021).

Pesquisa realizada por Tavares e Honda (2021) examinou, com base em informações da rede estadual paulista, do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) de 2007, os fatores ligados ao absenteísmo dos professores, utilizando um modelo que relaciona as faltas dos professores às suas características (idade, tempo de serviço, entre outros), às características das escolas e dos alunos. Os resultados indicaram que as faltas estão relacionadas a "problemas de saúde, custo de oportunidade e chances de ser punido" (Tavares; Honda, 2021, p. 601). Escolas com alunos de menor poder aquisitivo e más condições de trabalho apresentaram maior número de faltas, sugerindo que a decisão de não comparecer ao local de trabalho também estava relacionada ao ambiente institucional. Em termos de recomendações, os autores sugeriram que, para reduzir o absenteísmo, seriam necessárias políticas públicas que levassem em consideração o perfil da escola e do professor.

De acordo com Delchiaro (2009), as razões para as faltas dos professores estão relacionadas ao esgotamento que afeta os professores das redes estaduais e municipais. Essas ausências podem ser atribuídas a vários fatores, como carga horária excessiva, falta de limites por parte dos alunos, transferência da responsabilidade pela educação infantil da família para a sala de aula, além de baixos salários e precariedade do sistema educacional.

Portanto, o absenteísmo docente representa um desafio significativo para a administração escolar, especialmente nas instituições públicas, conforme já apontado no âmbito da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, cujos dados apontaram um índice de 56% dos professores estaduais que registraram pelo menos um dia de falta no trabalho em novembro de 2019.

Sobre o contexto catarinense, pesquisa revelou um aumento expressivo nas licenças médicas concedidas a professores da SED. Embora os Boletins Estatísticos de Benefícios de Saúde do Servidor mostrem um aumento nas licenças, a taxa de afastamento calculada para a SED foi de 16,8%, em contraste com os 26,9% mencionados nos relatórios. A discrepância se deve à exclusão de funcionários temporários na análise, que representaram uma parte significativa do corpo docente. As principais condições de saúde que levaram a readaptações incluiram transtornos mentais e comportamentais, problemas osteomusculares e doenças respiratórias. A ausência de servidores temporários nos dados também foram um ponto importante, uma vez que eles compõem quase metade do quadro da SED (Baú, 2020).

Além disso, estudos realizados em contextos diferentes mostraram variações nas condições de saúde dos professores. O estudo de Buerger (2021) na cidade de Pomerode-SC, por exemplo, indicou que os problemas respiratórios são mais prevalentes entre docentes de cidades menores, diferentemente de municípios maiores, onde transtornos mentais são mais comuns. Essa variação sugere que o contexto urbano também pode influenciar as condições de saúde dos professores.

A pesquisa conduzida por Tavares e Honda (2021) destacou que o absenteísmo está ligado a problemas de saúde, custo de oportunidade e chances do profissional ser punido. Escolas com alunos de menor poder aquisitivo e condições de trabalho precárias apresentaram maior número de faltas, sugerindo que fatores institucionais também impactam a decisão de não comparecer ao trabalho. Delchiaro (2009) também apontou que o esgotamento dos professores é um fator crucial para as ausências, decorrente de uma carga horária excessiva, falta de limites por parte dos alunos, transferências de responsabilidades e baixos salários. Essas questões refletem a necessidade de políticas públicas que considerem o perfil das escolas e dos docentes, visando a redução do absenteísmo e a melhoria das condições de trabalho.

Ainda, a avaliação da capacidade laborativa de um servidor público, incluindo professores, não se limita à presença de doenças. O nexo causal entre a doença e a incapacidade é fundamental para determinar a necessidade de afastamento para tratamento ou retorno ao trabalho, considerando também as condições socioeconômicas do servidor. O Manual de Normas Técnicas Médico-Periciais do Estado de Santa Catarina define a incapacidade como a impossibilidade de desempenhar funções devido a disfunções patológicas. Essa incapacidade pode ser classificada em parcial ou total, temporária ou permanente.

A análise da capacidade laborativa e dos processos de readaptação funcional é essencial para assegurar que os servidores públicos possam desempenhar suas funções de maneira adequada, respeitando suas limitações e promovendo seu bem-estar. A readaptação funcional é

garantida para servidores que precisam ser realocados em funções compatíveis com suas capacidades, respeitando suas limitações. Essa abordagem visa garantir a saúde do trabalhador e a continuidade de sua contribuição ao serviço público.

Em suma, a interseção entre o absenteísmo docente e a avaliação da capacidade laborativa revela a necessidade de um olhar abrangente sobre as condições de trabalho e saúde dos professores. Para abordar efetivamente esse desafio, é fundamental implantar políticas que não apenas tratem das condições de saúde, mas que também considerem o contexto educacional, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável.

5 *BURNOUT* EM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O conceito de "Burnout" começou a ser reconhecido como um fenômeno significativo nos Estados Unidos na década de 1970. Naquele período, o termo se referia à depressão associada ao trabalho, especialmente entre os profissionais que lidavam diretamente com o público. A síndrome foi objeto de estudo tanto por psicólogos quanto por sociólogos. Em 1974, o psicólogo clínico Hebert Freudenberger foi o primeiro a definir "Burnout". Segundo sua perspectiva, essa condição afeta profissionais de serviços humanos, incluindo assistentes sociais, enfermeiros, professores e profissionais de saúde mental, e é marcada por um profundo sentimento de cansaço e esgotamento (Mazidi *et al*., 2017).

Os meios como as pessoas lidam com o trabalho e os desafios que podem surgir quando essa relação se torna problemática têm sido reconhecidos como um fenômeno relevante na era moderna. O termo "Burnout" começou a ser utilizado com frequência nos anos de 1970 nos Estados Unidos, principalmente entre profissionais que atuavam nos serviços de recursos humanos. Esse uso prévio já havia sido antecipado pelo romance "*A Burn-Out Case*", de Greene, lançado em 1961, que narra a história de um arquiteto atormentado que abandona sua carreira e se isola na selva africana. Textos anteriores, sejam de ficção ou não, já discutiam temas parecidos, como a fadiga intensa e a diminuição do idealismo e da paixão pelo trabalho. Vale ressaltar que a importância da Burnout como um problema social foi reconhecida por profissionais e analistas sociais muito antes de ser alvo de estudos sistemáticos por pesquisadores (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2001).

Segundo Maslach, Schaufeli e Leiter (2001), a Burnout é composta por três dimensões, com o esgotamento sendo a característica central e mais evidente dessa síndrome. Ao se discutir a Burnout, geralmente se refere ao esgotamento, que é a dimensão mais comumente mencionada e analisada. Embora o esgotamento reflita o estresse ligado a síndrome, ele não captura completamente a relação das pessoas com o trabalho, levando a comportamentos de distanciamento emocional e cognitivo. A despersonalização representa uma forma de se distanciar dos beneficiários do serviço ou da atividade, enquanto a ineficácia se relaciona a sentimentos de incapacidade e falta de realização. A relação entre essas dimensões pode ser complexa, dependendo do contexto laboral, mas todas são partes importantes da síndrome.

Maslach e Leiter (2016) descrevem a Burnout como uma síndrome psicológica que se desenvolve como resposta a estressores interpessoais crônicos no ambiente de trabalho, sendo composta por três dimensões principais de sintomas: exaustão profunda, sentimentos de cinismo e afastamento do trabalho, além de uma percepção de ineficácia e falta de realização.

A importância desse modelo tridimensional é que ele coloca a experiência individual de estresse num contexto social, envolvendo a forma como a pessoa se vê e como vê os outros.

No Brasil, dados da Isma-BR, que representa a *International Stress Management Association*, revelam que 72% dos trabalhadores apresentam algum sintoma de estresse, sendo que 32% deles sofrem de Burnout. Dentre esses, 92% continuam exercendo suas atividades (ANAMT, 2019).

Segundo Maslach, Schaufeli e Leiter (2001), as exigências quantitativas no trabalho têm sido analisadas por diversos pesquisadores, e os achados apoiam a noção de que a Burnout é uma reação à sobrecarga. Tanto a carga de trabalho quanto a pressão do tempo estão intimamente ligadas à síndrome, principalmente à dimensão do esgotamento. Esse padrão é observado tanto em relatos subjetivos de estresse quanto em indicadores objetivos, como o total de horas trabalhadas e o número de clientes atendidos.

Nas últimas duas décadas, a profissão docente tornou-se mais desafiadora, com mais burocracia e turmas mais indisciplinadas. Os professores enfrentam diversas preocupações, dividindo sua atenção entre várias tarefas, além de lidarem com alunos desmotivados, manterem a disciplina em sala, enfrentarem prazos apertados e pressões de carga de trabalho. Eles também estão sujeitos a mudanças constantes, avaliações externas, relações desafiadoras com colegas e administração, e condições de trabalho frequentemente precárias, o que gera uma série de fontes de estresse (Hasan, 2015).

Uma pesquisa realizada por Innstrand *et al*. (2011) sobre a Síndrome de Burnout em diferentes profissões mostrou que a exaustão emocional é mais comum entre os professores do que em outras áreas. Além disso, fatores como a necessidade constante de se comunicar, cargas de trabalho elevadas e o aumento da violência nas escolas foram abordados por autores como Fernandes e Rocha (2009). Esses autores também destacaram que os baixos salários, frequentes na educação básica, restringem o acesso a serviços de saúde, atividades de lazer e transporte de qualidade, o que afeta significativamente o estresse e a qualidade de vida dos professores.

No passado, afirmava-se que o esgotamento profissional ocorria principalmente em funcionários que realizavam 'trabalho com pessoas', incluindo empregos que exigiam o fornecimento de cuidado ou suporte. Atualmente, é evidente que sua ocorrência se ampliou para profissionais de todas as áreas. Como o ensino é reconhecido como um trabalho altamente estressante, os professores estão sendo considerados uma população em risco para o esgotamento profissional (Verhavert *et al*., 2024). Em 2021, um relatório sobre licenças médicas entre professores de ensino secundário da Flandres (Bélgica) mostrou uma média de 15 dias de licença por pessoa por ano. Especificamente, as doenças psicossociais foram

responsáveis por 38% (nas mulheres) e 43% (nos homens) das licenças médicas entre os professores de educação primária e secundária da Flandres (não havia números disponíveis apenas para os professores de ensino secundário) (Verhavert *et al*., 2024).

Os principais estressores do trabalho de um professor incluem, entre outros fatores, a diminuição da autonomia, carga de trabalho elevada (incluindo tarefas de ensino e administrativas), aumento no número de alunos, comportamento inadequado dos alunos e baixo apoio dos supervisores. Além disso, o esgotamento dos professores leva à diminuição da interação aluno-professor, redução da capacidade de lidar com problemas de comportamento em sala de aula, menor qualidade na motivação dos alunos e queda na média de notas escolares dos alunos. Devido às consequências negativas na saúde ocupacional e nos resultados educacionais, o esgotamento dos professores é uma preocupação crescente para as instituições educacionais (Verhavert *et al*., 2024).

No Brasil, pesquisa de Koga *et al*. (2015) realizada entre agosto de 2012 e junho de 2013 com a participação de 804 professores da educação básica de Londrina – PR, observou um relacionamento ruim ou regular com os alunos associado a níveis mais baixos nas três dimensões da escala *Maslach Burnout Inventory* (exaustão emocional, despersonalização - também denominada de cinismo e baixa realização profissional). A falta de tempo para família e lazer, assim como um relacionamento ruim ou regular com os pais, continuaram a ser fatores significativos para níveis mais altos de exaustão emocional e despersonalização. A violência física, a quantidade de alunos considerada ruim ou regular e a infraestrutura inadequada da escola também se mostraram relacionadas à níveis mais altos de despersonalização. Além disso, a falta de oportunidades para expressar opiniões no trabalho foi associada a uma menor realização profissional.

O aspecto da despersonalização, vinculado ao perfil subdesafiado, que implica num cenário onde o profissional enfrenta um trabalho repetitivo e desmotivador que não oferece a satisfação desejada, é investigado na pesquisa de Santos *et al*. (2024) em comparação por sexo entre 184 participantes. Dentre os principais resultados do estudo, a falta de distinção no perfil frenético, em relação ao gênero, foi ligada apenas às condições de trabalho enfrentadas por professores e professoras, mas não ofereceu explicações definitivas sobre as vivências das professoras, especialmente no que diz respeito ao conflito, à gestão e às experiências entre ensino e tarefas domésticas durante a crise de saúde pública. Quanto ao perfil subdesafiado, a diferença observada entre homens e mulheres (notou-se que os homens obtiveram maior risco de sofrer de *Burnout* nesse perfil) pode ser atribuída ao modo como cada gênero lida emocional e cognitivamente, influenciado pela cultura em diferentes contextos sociais. Já no perfil

desgastado, as variações entre os sexos nas experiências de fadiga foram equilibradas pelos desafios da profissão de ensinar (Santos *et al*., 2024).

Estudo de Coelho (2022), que teve como objetivo analisar a relação entre as características do teletrabalho e a síndrome de Burnout em 304 professores da educação básica no Estado do Rio Grande do Sul, durante a pandemia da COVID-19, verificou uma visão negativa dos professores em relação às condições do seu ambiente de trabalho, além de níveis mais elevados de *Burnout* entre aqueles que já tinham algum diagnóstico de transtorno mental. Também foram notadas diferenças nas percepções sobre as características do trabalho e nos níveis de Burnout entre os docentes que lecionam na Educação Infantil e aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Além disso, foram identificadas correlações entre as características do trabalho e as diferentes dimensões da Síndrome de Burnout (Coelho, 2022).

Os resultados também mostraram que os professores que sentem ter mais apoio social tendem a apresentar níveis mais altos de entusiasmo pelo trabalho. Da mesma forma, quando o ambiente de trabalho é marcado por conflitos e há uma percepção limitada de apoio por parte de colegas e gestores, isso contribui para o desgaste emocional. As correlações entre os fatores do contexto indicam que, quanto maior a percepção de conforto e das condições físicas do ambiente de trabalho, maiores são os níveis de entusiasmo. Por outro lado, quando as condições de trabalho e o suporte material são insuficientes para a realização das tarefas, isso leva a um aumento do desgaste emocional (Coelho, 2022).

Além disso, para a autora é importante destacar as diferenças observadas entre os professores da Educação Infantil e aqueles dos outros níveis de ensino, especialmente em relação às características das tarefas e do conhecimento. De forma unânime, os professores do ensino Fundamental e Médio obtiveram escores mais altos. Para explicar esses resultados, muitos fatores podem ser considerados. Um ponto relevante é a finalidade da educação em cada nível: enquanto a Educação Infantil foca no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das crianças, no Ensino Fundamental e Médio, embora esses aspectos também sejam levados em conta, a ênfase recai sobre os processos de aprendizagem (Coelho, 2022).

Pesquisa de Andrade (2022), de caráter descritiva, envolveu a aplicação de três instrumentos com 102 professores da rede municipal e estadual de ensino no Município de Araputanga – MT, que continuaram suas atividades durante a pandemia. Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico, o Questionário Jbeili para a identificação preliminar da síndrome de *Burnout* e a Escala de Percepção de Estressores Ocupacionais dos Professores (EPEOP). Além disso, foram coletadas informações do banco de dados da Secretaria Municipal de Educação e da Assessoria Pedagógica Estadual, que identificaram o

número, o período e os motivos de afastamento dos professores por licença médica antes e durante a pandemia. Os dados mostraram um aumento no número de professores afastados durante a pandemia, com uma maior incidência de afastamentos relacionados à saúde mental em comparação com questões de saúde geral nos dois períodos analisados. Em relação aos índices de Burnout, 47,1% dos 102 professores estavam na fase inicial daBurnout, enquanto 24,5% apresentavam possibilidade de desenvolver a síndrome. Os estressores ocupacionais mais frequentemente mencionados pelos participantes foram a carga horária de trabalho e os aspectos físicos e ambientais do trabalho.

Pesquisa realizada por Mendes (2015) teve como objetivo investigar os aspectos da Síndrome de Burnout entre 67 professores que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação do Recife-PE, especialmente em relação à precarização do trabalho docente. Os resultados mostraram que os professores dessa rede apresentam altos índices da síndrome, além de evidências de estresse. A autora também observou que as avaliações institucionais contribuem para intensificar o sentimento de fracasso profissional, o que, por sua vez, agrava o estado de saúde dos docentes. Nas escolas, as exigências e processos impostos pelos sistemas de avaliação têm gerado sofrimento, levando à desumanização dos professores.

A partir da premissa de que o retorno ao ensino presencial pode contribuir para a redução dos fatores estressores, estudo de Sylvestre (2023) avaliou as dimensões da Síndrome de Burnout ao final do período de isolamento social e após o retorno total ao ensino presencial de 42 professores de uma escola da rede particular de ensino e situada na Zona Oeste da capital do Estado de São Paulo. Também foram investigados se os indicadores de Qualidade de Vida poderiam estar relacionados ao surgimento da Síndrome de Burnout. Os participantes responderam a um questionário sobre características sociodemográficas, ao WHOQOL-bref (The World Health Organization Quality of Life), que mede a qualidade de vida, e ao MBI, *Maslach Burnout Inventory*.

Os resultados revelaram que, durante o ensino híbrido em dezembro de 2021, 80,65% dos professores apresentavam sinais da Síndrome de Burnout em uma ou mais dimensões, enquanto 71,05% mostraram comprometimento nas dimensões após o retorno total ao ensino presencial, em junho de 2022. Ao analisar escores do MBI, notou-se que o retorno ao ensino presencial trouxe melhorias na dimensão da Realização Profissional, mas piorou a Despersonalização e não afetou a Exaustão Emocional. Apesar da melhoria, a Realização Profissional continuou sendo a dimensão mais afetada em ambas as coletas (Sylvestre, 2023).

A qualidade de vida foi predominantemente avaliada como regular entre todos os

professores, apesar de eles próprios perceberem sua saúde e qualidade de vida como boas nas duas fases de coleta de dados. Além disso, os quatro domínios da Qualidade de Vida apresentaram correlação negativa com a dimensão da Exaustão Emocional da Síndrome de Burnout, e apenas o domínio das Relações Sociais teve correlação com a Realização Profissional durante o ensino híbrido, indicando que quanto maior a exaustão emocional, pior a qualidade de vida, e quanto maior a realização profissional, melhor as relações sociais (Sylvestre, 2023).

Após o retorno às aulas presenciais, observou-se uma melhoria no domínio das relações sociais da qualidade de vida. O domínio Físico apresentou correlação negativa com a Despersonalização, sugerindo que o contato presencial com os alunos é benéfico. Os resultados indicam que os professores da Educação Básica apresentam sinais significativos de Síndrome de Burnout, que impactaram negativamente sua qualidade de vida (Sylvestre, 2023).

O fenômeno do Burnout, ou esgotamento profissional, é um tema crítico que afeta significativamente a profissão docente. Com suas raízes nos anos 70, o Burnout é uma realidade que se intensificou ao longo das décadas, especialmente na educação. Os professores, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de gerações futuras, frequentemente encontram-se sobrecarregados por uma combinação de fatores que contribuem para a sua exaustão emocional e física.

Verifica-se que as causas da Burnout entre professores são amplas e complexas. A carga de trabalho excessiva é um dos principais fatores. Professores não apenas ensinam, mas também lidam com uma série de responsabilidades administrativas, planejamento de aulas e, muitas vezes, problemas comportamentais dos alunos. Essa sobrecarga pode levar a sentimentos de frustração e impotência, uma vez que muitos educadores sentem que não conseguem atender a todas as demandas.

Além disso, a falta de autonomia nas escolas é um aspecto que contribui para o Burnout. Muitas vezes, os professores têm que seguir diretrizes rígidas que limitam sua criatividade e capacidade de gerenciar suas salas de aula de maneira eficaz. Isso não apenas afeta a motivação dos educadores, mas também pode prejudicar a qualidade do ensino que oferecem.

Outro fator importante é o ambiente escolar em si. A crescente violência nas escolas e o comportamento desafiador de alguns alunos geram estresse adicional. Professores frequentemente relatam sentir-se inseguros e sobrecarregados, o que pode intensificar a sensação de esgotamento. A falta de apoio da administração e um ambiente de trabalho isolado também contribuem para essa situação.

As consequências do Burnout não se limitam à saúde dos professores; elas se estendem

diretamente ao ambiente educacional como um todo. Educadores que sofrem de esgotamento tendem a se desconectar emocionalmente de seus alunos, o que pode resultar em uma diminuição do envolvimento e motivação dos estudantes. Essa falta de conexão pode afetar negativamente o aprendizado, levando a um ciclo vicioso de desmotivação e baixo desempenho acadêmico.

Além disso, a Burnout pode levar a problemas de saúde física e mental, como depressão e ansiedade. Isso não só reduz a qualidade de vida dos professores, mas também resulta em um aumento nas ausências e na rotatividade de profissionais na educação. Essa instabilidade pode prejudicar a continuidade do aprendizado dos alunos, que se beneficiam de relacionamentos estáveis e de ensino consistente.

Para abordar o Burnout entre professores, é essencial que as instituições educacionais implementem mudanças significativas. A redução da carga de trabalho e a promoção de um ambiente de trabalho mais colaborativo são fundamentais. Os educadores devem sentir que têm autonomia para tomar decisões sobre suas aulas e que estão apoiados por suas administrações.

Programas de apoio psicológico e iniciativas de bem-estar também são vitais. Proporcionar recursos para que os professores possam lidar com o estresse de maneira saudável é uma maneira eficaz de prevenir o Burnout. Além disso, promover a formação continuada, que aborde tanto o desenvolvimento pedagógico quanto a gestão do estresse, pode ajudar os educadores a se sentirem mais capacitados e menos sobrecarregados.

O Burnout entre professores é um problema que exige atenção imediata e ações concretas. Compreender suas causas e consequências é essencial para desenvolver soluções eficazes que promovam a saúde mental dos educadores e um ambiente de aprendizado positivo para os alunos. Ao priorizar o bem-estar dos professores, as instituições educacionais não apenas melhoram as condições de trabalho, mas também elevam a qualidade da educação que oferecem.

5.1 ESGOTAMENTO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A expressão "qualidade de vida" foi amplamente divulgada pela primeira vez em 1964 pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, ao afirmar que os objetivos não podem ser medidos apenas pelos recursos financeiros; eles só podem ser medidos pela qualidade de vida que proporcionam às pessoas. A Organização Mundial de Saúde definiu, em 1994, qualidade de vida como a percepção que um indivíduo tem sobre seu lugar na vida, considerando a cultura, os valores e os desejos pessoais em relação ao contexto em que vive.

Este conceito é abrangente e é influenciado pela saúde física, estado psicológico, nível de independência, relações sociais e interações com o ambiente (Silva; Cunha, 2017).

As discussões que se propõem a conectar o trabalho com a saúde e a doença têm uma longa trajetória, tanto nas ciências sociais quanto no campo da saúde em suas diversas especialidades. Desde as análises impactantes realizadas por Marx sobre as condições de trabalho do operariado inglês durante a primeira revolução industrial, em sua obra "O Capital", o tema das condições de trabalho e suas implicações para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores tem sido um foco de estudo para pesquisadores interessados em compreender as condições de vida da classe trabalhadora (Souza; Leite, 2011).

Ao desvendar, já na primeira metade do século XIX, a dinâmica do desenvolvimento capitalista e a acumulação de capital a partir da extração da mais-valia do trabalho, Marx trouxe à tona não apenas a lógica da exploração do trabalho assalariado, mas também os seus efeitos sobre as condições de trabalho, incluindo extensas jornadas, insalubridade nos locais de trabalho, alienação do trabalhador em relação ao produto e ao processo de seu trabalho, além de baixos salários provocados pela existência de um expressivo exército industrial de reserva, que constantemente pressionava os salários para baixo, mantendo-os no nível da subsistência (Souza; Leite, 2011).

A discussão sobre o tema intensificou-se ainda mais na transição do século XIX para o XX, com o surgimento da tecnologia eletromecânica e a nova organização do trabalho introduzida pelo Taylorismo e pelo Fordismo. Esta nova forma de organização do trabalho, baseada no aprofundamento da alienação do trabalho através de uma divisão ainda maior entre o trabalho manual e intelectual, na rígida divisão das tarefas e no estrito controle da gerência sobre o processo de trabalho, trouxe novos elementos para as condições de trabalho. A intensa carga de trabalho imposta por essas novas formas de organização, o aumento da alienação do trabalhador, o incremento dos acidentes de trabalho e da insalubridade dos novos métodos de trabalho, caracterizados por Braverman como a degradação do trabalho, aumentaram a preocupação dos estudiosos. No entanto, esses estudos estavam claramente concentrados nas áreas de medicina do trabalho, administração de empresas e engenharia de produção, com um forte viés voltado aos interesses das empresas, visando a adaptação do trabalhador às suas atividades e garantindo o rápido retorno dos doentes ao trabalho (Souza; Leite, 2011).

Somente a partir do final da década de 1960, quando o próprio movimento operário (especialmente com os eventos de "maio de 1968" na França) começou a criticar duramente as condições de trabalho, por meio de greves intensas e ocupações de fábricas, nas quais a questão da saúde estava no centro das reivindicações, é que o tema também se espalhou para outras

áreas. A partir de então, sociólogos, economistas, antropólogos, historiadores, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros, passaram a debater o assunto, criando uma marca que estará presente na análise de qualquer tipo de trabalho e profissão dali em diante: a multidisciplinaridade (Souza; Leite, 2011).

Não é por acaso que o marco mais importante para esse tipo de estudo veio, a partir desse período, da psicopatologia do trabalho - uma área marcada pela interdisciplinaridade - com os estudos realizados por Christophe Dejours e sua equipe, no Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação, do *Conservatoire National desArts et Métiers* (CNAM), em Paris (Souza; Leite, 2011).

Os estudos de Esteve (1999), realizados na Universidade de Málaga, Espanha, representam uma contribuição significativa para a compreensão das condições de trabalho docente. Esteve sistematizou o debate sobre as dificuldades e constrangimentos profissionais que afetam os professores, introduzindo o termo "mal-estar docente" para descrevê-los. Ele destaca que o mal-estar docente é um fenômeno social do mundo ocidental, desencadeado pela desvalorização, constantes exigências profissionais, violência, indisciplina e outros fatores que promovem uma crise de identidade no professor.

Esteve (1999) descreve os efeitos permanentes e negativos do mal-estar docente na personalidade do professor, resultantes das condições em que exerce à docência. Isso inclui sentimentos intensos de angústia, alienação, ansiedade, desmotivação, exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada. Ele classifica as causas do mal-estar docente em fatores primários (que agem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula) e fatores secundários (condições de trabalho que afetam indiretamente a imagem do professor).

Além disso, Esteve (1999) destaca a presença da Síndrome de Burnout entre os professores e ressalta a importância das condições sociais do trabalho, retirando o foco da análise do professor como indivíduo isolado na sala de aula e colocando-o na organização do trabalho na escola e no entorno social. Ele observa que alguns professores buscam maneiras criativas e inovadoras de exercer seu trabalho, enquanto outros se rendem aos imperativos das condições do trabalho docente, resultando em absenteísmo ou abandono do posto de trabalho.

Esses estudos representam marcos teóricos importantes para a compreensão das condições de trabalho e de saúde dos professores, especialmente no contexto econômico e social em que estão inseridos. Embora relativamente recentes em comparação com outras categorias profissionais, eles são fundamentais devido à importância da atividade docente para a reprodução social.

Nesse sentido, a qualidade de vida no ambiente de trabalho é tão crucial quanto na vida pessoal, já que a satisfação e o bem-estar em ambos os aspectos são fundamentais para manter um equilíbrio na vida. Um desequilíbrio em qualquer um desses aspectos pode afetar negativamente o outro, gerando insatisfação e problemas que interferem no bem-estar do indivíduo. Assim, para que a qualidade de vida seja alcançada, é essencial considerar o indivíduo como um todo, integrando aspectos biológicos, psicológicos e sociais. A qualidade de vida tem uma importância significativa tanto a nível individual quanto coletivo em qualquer ambiente de trabalho. Sem ela, o indivíduo pode enfrentar dificuldades para desempenhar suas tarefas, apresentar falta de concentração e comprometer suas atividades diárias. No caso específico da profissão de professor, esses profissionais geralmente lidam com uma carga de trabalho intensa, salários baixos, condições precárias de trabalho e conflitos com a comunidade escolar, entre outras demandas excessivas. Além disso, os professores são constantemente desafiados a se adaptarem a novas situações, exigindo mais tempo para preparação de aulas, estudos adicionais, desenvolvimento de projetos interdisciplinares e atividades práticas inovadoras para manter o interesse dos alunos na sala de aula. Esse cenário pode impactar negativamente na qualidade de vida desses profissionais, levando-os ao esgotamento profissional (Silva; Cunha, 2017).

O professor continua a ser uma figura essencial na condução dos processos educacionais, e é fundamental que ele se adapte continuamente às exigências tanto da escola quanto da sociedade. Isso significa que ele precisa ajustar suas abordagens de ensino e o conteúdo que apresenta, com o objetivo de promover a formação integral do aluno. No entanto, raramente se reflete ou se discute sobre o bem-estar mental desse profissional. Isso se deve ao fato de que, em sua função, o professor não se limita apenas a transmitir conhecimento ou ensinar disciplinas; ele também impacta os alunos com sua própria visão de mundo e a maneira como lida com as complexidades da vida. Portanto, é vital compreender a saúde mental do professor como um equilíbrio de bem-estar social entre os indivíduos. Ao focar no processo de ensino-aprendizagem e buscar ser um profissional que realmente contribui para a educação dos alunos, a saúde mental do professor deve estar em sintonia (Silva; Simonetto, 2015).

É importante destacar que o esgotamento profissional não é um problema individual, mas sim estrutural. As condições de trabalho, a organização laboral e o contexto social são fatores determinantes para o bem-estar dos trabalhadores. No caso dos professores, a falta de reconhecimento social, a sobrecarga de trabalho e a falta de apoio institucional contribuem para o agravamento do mal-estar docente. Enquanto alguns profissionais buscam estratégias criativas para lidar com as adversidades, outros sucumbem ao absenteísmo ou ao abandono da

profissão, evidenciando a necessidade de políticas públicas e ações institucionais que promovam a valorização e a saúde dos trabalhadores.

Portanto, o esgotamento profissional e as condições de trabalho são temas que demandam uma abordagem crítica e multidisciplinar. A qualidade de vida no trabalho não pode ser dissociada das condições materiais e psicológicas em que o trabalho é realizado. É urgente repensar a organização laboral, priorizando a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, para que o trabalho seja, de fato, uma fonte de realização e não de sofrimento, que pode ser causado pela demanda excessiva de trabalho, como será abordado a seguir.

5.1.1 Demanda de trabalho excessiva

Embora a educação seja vista como um fator crucial para o desenvolvimento tanto pessoal quanto social, o trabalho dos educadores no Brasil tem enfrentado uma desvalorização significativa em termos sociais e financeiros. Desde a redemocratização em 1988, houve mudanças importantes no modelo pedagógico e um aumento no acesso à educação, conhecido como democratização do ensino. No entanto, desafios persistentes relacionados ao financiamento e planejamento do sistema educacional, juntamente com conflitos sociais crescentes e mudanças nas funções dos professores, resultaram em uma maior pressão sobre os educadores (Simões; Cardoso, 2022).

Psicólogos como Maslach e Jackson (1986 *apud* Mazidi *et al*., 2017) definem a Burnout como um conceito com três dimensões: exaustão emocional, perda do senso de realização pessoal e despersonalização. A exaustão emocional refere-se ao cansaço experimentado pelos professores. Quando os recursos emocionais se esgotam, esse cansaço se intensifica. A despersonalização acontece quando o professor adota uma atitude cínica em relação a alunos, pais e ao ambiente de trabalho.

As exigências quantitativas no trabalho, como a quantidade excessiva de tarefas em relação ao tempo disponível, têm sido amplamente estudadas por pesquisadores da Burnout, e os resultados reforçam a ideia de que a síndrome é uma resposta à sobrecarga. A carga de trabalho e a pressão do tempo estão fortemente ligadas à Burnout, especialmente no que diz respeito à exaustão. Esse padrão é constatado tanto em relatos pessoais de estresse quanto em medidas objetivas, como o número de horas trabalhadas e a quantidade de clientes atendidos. Pesquisas sobre as demandas qualitativas no trabalho têm se concentrado em conflitos e ambiguidade de papéis, ambos mostrando consistentemente uma correlação moderada a alta com a Burnout. O conflito de papéis surge quando há demandas contraditórias a serem

atendidas, enquanto a ambiguidade de papéis ocorre pela falta de informações adequadas para realizar bem as tarefas. Outras demandas qualitativas, como a gravidade dos problemas enfrentados pelos clientes, também foram ocasionalmente estudadas, mantendo a mesma tendência nas correlações (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2001).

No Brasil, um estudo realizado por Souza (2021) analisou a prevalência da Síndrome de Burnout e suas dimensões entre 107 professores da educação básica em Sorocaba-SP, que já atuavam na carreira pública. A pesquisa também investigou como fatores psicossociais, organizacionais do trabalho e características individuais dos docentes podem estar relacionados ao risco de desenvolver essa síndrome. Em relação à interação entre trabalho e vida familiar, foi identificado que 68,2% dos professores entrevistados acreditavam que o trabalho de alguma maneira impactava negativamente a convivência com suas famílias. Essa variável mostrou uma associação significativa com níveis mais elevados de exaustão emocional (EE) e despersonalização (DE). Além disso, a maioria dos professores na amostra (84,1%) dedicava mais de 40 horas por semana às atividades laborais, com um terço deles ultrapassando 60 horas semanais. Para esse grupo, a influência do trabalho sobre a vida pessoal e familiar era evidente. Essa interferência do trabalho na vida pessoal dos docentes pode se manifestar de forma material, envolvendo tarefas como planejamento de aulas e correção de trabalhos, e também de forma subjetiva, como a pressão de levar trabalho para casa, o que pode gerar sofrimento psicológico nos professores (Souza, 2021).

Além disso, autores destacam a grande quantidade de profissionais atuando na docência no Brasil e sua importante contribuição para a sociedade. No entanto, também enfatizam a presença de problemas de saúde mental entre esses profissionais, incluindo preocupações relacionadas à violência nas escolas (Simões; Cardoso, 2022).

A pesquisa realizada com professores da Educação Básica, conforme mencionado por Freitas (2013), revela que os docentes enfrentam tanto experiências de prazer quanto de sofrimento em seu trabalho. É evidente que o sofrimento deles decorre da falta de reconhecimento profissional e das condições desafiadoras de trabalho, como salários baixos, turmas lotadas, longas jornadas e comportamentos considerados "indisciplinados" por parte dos alunos (Ribeiro *et al*., 2016).

A autora também destaca que as demandas atuais da sociedade, como a cultura do consumo e, especialmente no Brasil, a expansão da educação, ampliam o papel dos professores, exigindo que eles tenham conhecimentos que vão além daqueles adquiridos durante a formação inicial na graduação, devido à diversidade de alunos nas escolas resultante do aumento do acesso à educação e das inúmeras questões éticas que impactam o ambiente escolar (Freitas,

2013).

Portanto, observa-se neste tópico que as exigências quantitativas e qualitativas no trabalho docente estão fortemente relacionadas ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout, conforme amplamente estudado por pesquisadores dessa área. A carga de trabalho excessiva, a pressão do tempo, os conflitos e a ambiguidade de papéis são fatores que contribuem significativamente para o esgotamento emocional, a despersonalização e o baixo senso de realização profissional dos professores.Estudos realizados no Brasil, como o de Souza (2021) e Freitas (2013), evidenciaram essa relação entre as demandas do trabalho docente e a Burnout. Professores da Educação Básica que dedicavam mais de 40 horas semanais às atividades laborais, chegando a ultrapassar 60 horas, relataram um impacto negativo do trabalho sobre sua vida pessoal e familiar.

Essa interferência do trabalho na vida privada, envolvendo tanto tarefas concretas quanto pressões subjetivas, pode gerar sofrimento psicológico nestes profissionais.Além disso, as pesquisas destacadas apontaram que os docentes enfrentam não apenas experiências de prazer, mas também de intenso sofrimento em seu trabalho. Esse sofrimento decorre, principalmente, da falta de reconhecimento profissional e das condições desafiadoras de trabalho, como baixos salários, turmas lotadas, longas jornadas e comportamentos considerados "indisciplinados" por parte dos alunos (Ribeiro *et al*., 2016). Outro fator relevante é a expansão da educação e a diversidade de demandas sociais direcionadas aos professores, exigindo deles conhecimentos que vão além da sua formação inicial. Essa sobrecarga de responsabilidades e a necessidade constante de se adaptar a novas realidades contribuem para o adoecimento mental desses profissionais (Freitas, 2013).

Por fim, Freitas (2013) ressalta, ainda, que os professores demonstram sofrimento psicológico por meio de uma variedade de sentimentos, incluindo fadiga, desânimo, depressão, raiva, desgosto, impotência, insegurança, irritação, desesperança e angústia. Este conjunto de emoções ilustra a extensão do impacto do sofrimento psíquico no ambiente docente, que se traduz em síndromes, infelizmente, cada vez mais comuns no meio docente, conforme será destacado a seguir.

A literatura apresentada evidencia a complexidade da situação dos educadores no Brasil, que, apesar de serem fundamentais para o desenvolvimento social e pessoal, enfrentam um contexto de intensa desvalorização e pressão. Desde a redemocratização em 1988, houve avanços no acesso à educação, mas a falta de financiamento e planejamento adequados resulta em desafios que impactam diretamente a atuação dos professores.

A Síndrome de Burnout, como definida por Maslach e Jackson, é uma resposta ao

esgotamento emocional, à despersonalização e à perda do senso de realização, fatores que se intensificam devido à carga de trabalho excessiva e às demandas qualitativas, como conflitos e ambiguidade de papéis. Estudos, como os de Souza (2021) e Freitas (2013), revelaram que muitos professores dedicam mais de 40 horas semanais ao trabalho, com um terço ultrapassando 60 horas, o que resultou em um impacto negativo significativo em suas vidas pessoais e familiares.

Adicionalmente, os docentes enfrentam não apenas prazer, mas também intenso sofrimento decorrente da falta de reconhecimento, baixos salários, turmas lotadas e comportamentos indisciplinados dos alunos. A crescente expansão da educação e as novas demandas sociais exigem que os professores adquiram conhecimentos além da formação inicial, gerando uma sobrecarga de responsabilidades que contribui para o adoecimento mental. Os sentimentos de fadiga, desânimo, depressão e angústia expressam a profundidade do sofrimento psíquico no ambiente escolar e a frequência com que a Burnout se manifesta entre os professores.

6 OUTRAS SÍNDROMES RELACIONADAS À EXAUSTÃO PROFISSIONAL

6.1 DEPRESSÃO DOCENTE

De acordo com Lynch, Gunning e Liston (2020), a depressão é uma síndrome altamente heterogênea, com grande variabilidade genética e neurofisiológica, que apresenta várias diferenças sexuais e de perfis clínicos de sintomas. Tal condição demonstra, por sua vez, apenas correlações discretas com aspectos biológicos. Ademais, é comum a coexistência de outras condições de saúde, com a informação de que, em 75% dos pacientes com depressão, há pelo menos um diagnóstico psiquiátrico adicional, como o transtorno de ansiedade generalizada.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID 11), os transtornos depressivos se manifestam através de um humor depressivo, como tristeza, irritação ou sensação de vazio, juntamente com outros sintomas que impactam significativamente a capacidade de funcionamento da pessoa, tais como alterações cognitivas, comportamentais ou neurovegetativas. Um transtorno depressivo não deve ser diagnosticado em indivíduos que já experimentaram um episódio maníaco, misto ou hipomaníaco, o que indicaria a presença de um transtorno bipolar. Atualmente, o diagnóstico psicológico da depressão é feito por meio da escuta atenta às queixas do paciente por um profissional especializado. Esse profissional busca identificar todos os sintomas da depressão, inclusive aqueles que não são verbalizados (American Psychiatric Association, 2014).

A depressão é um fenômeno dimensional e multifacetado, o que significa que pode se manifestar de diferentes formas em cada pessoa. Por isso, pode ser classificada de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014).O DSM-5 estabelece que, para o diagnóstico de depressão, o indivíduo deve apresentar pelo menos cinco dos nove critérios característicos da doença. Além disso, os sintomas devem estar presentes há pelo menos duas semanas, sendo que, obrigatoriamente, um deles deve ser humor deprimido ou perda de interesse ou prazer. Outros fatores avaliados no diagnóstico da depressão são:

- Perda de interesse ou prazer nas atividades;
- Alteração do peso sem estar fazendo dieta;
- Alterações na qualidade do sono;
- Agitação ou retardo psicomotor;
- Fadiga;

- Sentimentos de inutilidade;
- Capacidade reduzida de concentração;
- Pensamentos recorrentes de morte (American PsychiatricAssociation, 2014).

De acordo com Shirom (2005, p. 266), a Burnout é, conceitualmente, diferente da depressão porque está ligada à qualidade do ambiente social no trabalho. De maneira similar, Leiter e Durup (1994) observaram que a diferença entre Burnout e depressão está relacionada às variações em seus padrões de atribuição e à especificidade do contexto.Todavia, Schonfeld, Bianchi, Palazzi (2018) acreditam que o argumento de que o esgotamento e a depressão são distintos é enganoso, pois as evidências (Bianchi; Schonfeld; Laurent, 2018; Di Stefano; Morgan, 2014; Kristensen *et al*., 2005) sugerem que, o que é rotulado como esgotamento se trata, na verdade, de uma condição depressiva.

Em termos da incidência em âmbito docente, pesquisas (Levante *et al*., 2023; Lin; Parker; Horowitz, 2024; Ribeiro *et al*., 2023) têm apontado a depressão como um dos fatores determinantes para a perda de saúde dos professores da educação básica ao redor do mundo, em virtude de alguns fatores, como o comportamento dos alunos, por exemplo.

É evidente que a saúde mental dos professores tem sido um tema de crescente preocupação, especialmente diante das condições adversas enfrentadas por esses profissionais. Nesse contexto, os conceitos de Burnout e depressão emergem como questões centrais, mas o entendimento sobre a relação entre eles ainda é objeto de debate. Enquanto alguns estudiosos defendem que Burnout e depressão são fenômenos distintos, outros argumentam que o esgotamento profissional é, na verdade, uma manifestação de uma condição depressiva subjacente. Essa discussão é especialmente relevante no ambiente docente, onde as condições de trabalho frequentemente contribuem para o comprometimento da saúde mental.

No Brasil, pesquisa de Ribeiro *et al*. (2023) com 499 professores da Educação Básica de diversas regiões do país, mostra um quadro de 31,5% dos avaliados apresentando possível depressão e 23,4% provável. De acordo com os pesquisadores, muitos professores sofrem de ansiedade e depressão, e diversos fatores podem estar relacionados à esse impacto na saúde mental. Alguns incluem ser do gênero feminino, trabalhar mais horas por semana, ter uma renda insuficiente, enfrentar um ambiente de trabalho desfavorável, ter um espaço físico inadequado e sofrer violência no ambiente de trabalho. Esses fatores podem contribuir para o prejuízo na saúde mental desses profissionais.

Durante a pandemia de COVID-19, no início de 2020, medidas rigorosas de isolamento resultaram, entre outros desdobramentos, na implementação de um formato de ensino remoto

em diversos países, provocando uma mudança sem precedentes nas atividades escolares. No ano seguinte, a evolução incerta da pandemia, com variações drásticas nos casos de contágio, levou à adoção de medidas específicas de contenção. Por exemplo, na Itália, as escolas primárias e secundárias implementaram um modelo de ensino híbrido, dependendo do número de alunos que testaram positivo em cada turma. Como resultado, todas as turmas tiveram que transitar rapidamente e de maneira imprevisível de um formato presencial para um remoto, criando um ambiente de trabalho tumultuado para os professores (Levante *et al*., 2023).Nesse cenário, a depressão se destaca como um dos distúrbios psicológicos mais prevalentes, onerando significativamente a sociedade e os indivíduos. Estima-se que 264 milhões de pessoas em todo o mundo sejam afetadas pela depressão (Meleiro *et al*., 2023).

De fato, os professores enfrentam um risco mais elevado de desenvolver depressão em comparação com outras profissões, e também têm sido afetados pelo surgimento da síndrome de Burnout devido ao estresse acumulado. Durante a pandemia do COVID-19, os desafios enfrentados pelos professores aumentaram significativamente, já que precisaram adotar diversas medidas para conter a propagação do vírus, como o distanciamento social e a transição para o ensino remoto, além de se preocuparem com sua própria segurança pessoal (Wakui *et al*., 2022).

Pesquisas conduzidas por Kim *et al*. (2022), Lizana *et al*. (2021) e Amri *et al*. (2020) fornecem relatos sobre a síndrome de Burnout entre os professores durante esse período desafiador. No estudo de Kim *et al*. (2022, p. 309), a percepção negativa em relação à profissão é evidenciada pela sensação de desvalorização mencionada repetidamente pelos participantes. Um deles expressou: "Há muitos acadêmicos e outras pessoas dizendo que as escolas precisam permanecer abertas para a saúde e bem-estar das crianças. Não há conversa sobre o nosso pessoal, não há nada para os professores". Outro participante, preocupado com a forma como a profissão era percebida enquanto as escolas estavam fechadas para a maioria dos alunos, disse:

> Você tem o problema de que as pessoas pensam que você está em casa com salário integral fazendo nada, o que não é ótimo para sua saúde mental". Para alguns, essas questões levaram a dúvidas sobre continuar na profissão docente: "Houve momentos em que senti, e ainda sinto, que já tive o suficiente. Não quero mais fazer isso, porque não consigo ver nenhuma luz no fim do túnel (Kim *et al*., 2022, p. 309).

Além do desânimo e da percepção negativa em relação à profissão, o esgotamento mental causado por múltiplas atividades e sobrecarga de trabalho é destacado no estudo de Kim *et al*. (2022, p. 299), que inclusive é parte do título do artigo: "Meu cérebro parece um navegador com 100 abas abertas". Lizana *et al*. (2021), ao avaliarem o impacto do trabalho na qualidade de vida dos docentes chilenos antes e durante a pandemia de COVID-19, observaram

um contexto de sobrecarga de trabalho intensificado pelo teletrabalho e outros fatores, resultando em deterioração da qualidade de vida física e mental.

O estudo de Amri *et al*. (2020), que investigou a Burnout e sua prevalência entre professores marroquinos do ensino básico, revelou que 54% dos participantes foram afetados pela síndrome, com 5% apresentando um quadro grave. A análise de regressão logística identificou os fatores de risco associados à síndrome durante esse período de confinamento, como o uso e a adaptação às novas tecnologias de informação e comunicação ($p<0,05$), conflitos entre trabalho e família ($p<0,05$), suporte social ($p<0,05$) e a carga de trabalho relacionada ao ensino à distância ($p\leq0,05$).

No Brasil, conforme a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2022), têm se tornado cada vez mais frequentes os relatos de ansiedade, depressão e outros problemas relacionados à saúde mental entre os professores, especialmente com o retorno das aulas presenciais após dois anos de pandemia, o que reacende os problemas estruturais da educação que já existiam no país muito antes da crise de saúde pública.

Segundo Barros *et al.* (2020), houve uma prevalência significativa de brasileiros que experimentaram sentimentos de tristeza ou depressão (40,4%) e ansiedade ou nervosismo (52,6%) durante a pandemia.Ainda, a pesquisa revelou que 43,5% da população brasileira enfrentou dificuldades para dormir durante a pandemia, sendo essa condição mais comum entre mulheres e pessoas que foram formalmente diagnosticadas com depressão. As mudanças abruptas e instáveis nos formatos de ensino impuseram pressão sobre as estruturas educacionais e afetaram a atuação dos professores em suas responsabilidades profissionais. Nesse contexto, diversos estudos (Carroll *et al*., 2022; Sato; Oyanedel, 2022; Panadero *et al*., 2022; Procentese; Gatti; Ceglie, 2022; Shen *et al*., 2015) analisaram o impacto dessas transformações sobre os educadores, evidenciando que eles apresentavam um risco elevado de desenvolver sintomas relacionados ao estresse, especialmente no que diz respeito a sintomas depressivos e ansiosos.

Observa-se que a pandemia de COVID-19 evidenciou uma relação crítica entre esgotamento profissional e depressão entre os professores. As mudanças abruptas nos formatos de ensino, que incluíram transições rápidas entre o ensino presencial e remoto, criaram um ambiente de trabalho caótico e desafiador. Esse cenário não apenas amplificou a sensação de sobrecarga, mas também exacerbava os sentimentos de desvalorização e insegurança profissionais.

Estudos demonstram que os professores estão em risco elevado de desenvolver sintomas depressivos, especialmente devido à intensa carga de trabalho e à exigência de adaptação a novas tecnologias. O estudo de Kim *et al*. (2022) destaca que muitos educadores se sentem

como se estivessem com "100 abas abertas" em suas mentes, refletindo a sobrecarga mental e a dificuldade em gerenciar múltiplas responsabilidades. Essa sobrecarga é um precursor direto do esgotamento, que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de quadros depressivos.

A pesquisa de Amri *et al*. (2020) entre professores marroquinos revelou que uma porcentagem significativa (54%) foi afetada pela síndrome de Burnout, evidenciando que o estresse acumulado, conflitos entre o trabalho e a vida familiar, e a falta de suporte social são fatores de risco que agravam a saúde mental. No Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2022) relatou um aumento na incidência de problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, especialmente com o retorno às aulas presenciais após a pandemia, onde problemas estruturais da educação já existentes foram reativados.

A conexão entre esgotamento profissional e depressão docente é clara: a sobrecarga de trabalho e as pressões externas, exacerbadas pela pandemia, não apenas prejudicam a saúde mental dos professores, mas também comprometem sua capacidade de ensino e seu bem-estar geral. Assim, é evidente que a saúde mental dos educadores deve ser uma prioridade, exigindo intervenções que abordem tanto o Burnout quanto a depressão, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável para os profissionais da educação.

Tal quadro revela a depressão como uma síndrome associada às precárias condições dos professores, que antes da pandemia já exerciam as suas funções em estruturas educacionais complexas, mas cujas dificuldades para o desempenho profissional foram exacerbadas durante o período pandêmico, com a inclusão de outros sintomas, conforme será destacado no próximo tópico.

6.2 ESTRESSE, ANSIEDADE E MEDO

Os transtornos de ansiedade são condições comuns e incapacitantes, que se manifestam através de medo ou ansiedade, além de uma variedade de outros sintomas cognitivos e físicos. A comorbidade com outros transtornos de ansiedade e com diferentes problemas de saúde mental é bastante frequente, assim como a associação com condições médicas não psiquiátricas (Pastre; Lopez-Castroman, 2022).

A carga de doença, medida em anos vividos com incapacidade devido a transtornos de ansiedade, aumentou em 14,8% de 2005 a 2015, colocando essa condição na nona posição em termos de prevalência mundial. Além disso, a ansiedade pode elevar o risco de desenvolvimento de câncer, doenças cardiovasculares e até mesmo a mortalidade (Li *et al*., 2020).

O estresse é definido como uma reação comportamental e fisiológica às pressões do ambiente sobre o organismo, demandando esforço para recuperar seu funcionamento normal (Selye, 1956 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020). Embora em níveis patológicos possa gerar sofrimento, o estresse em níveis moderados pode ser um motivador para o aumento do desempenho (Rodrigues; Santos; Tourinho, 2016). As primeiras investigações sobre o estresse propuseram um modelo com três fases - alerta, resistência e exaustão (Ribeiro, 2015) - posteriormente ampliado com uma quarta fase denominada quase exaustão, situada entre a resistência e a exaustão (Lipp, 2000 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020).

A fase de alerta é considerada um estágio positivo do estresse, visando romper a homeostase do organismo. Nesse estágio, a pessoa é desacomodada e busca reagir para se restabelecer, sendo uma fase de curta duração, mas passível de reversão positiva se o indivíduo conseguir lidar com ela. Os sintomas mais comuns são alterações respiratórias, cardíacas, pressão arterial e aumento dos sintomas de ansiedade (Lipp, 2000 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020; Selye, 1956 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020). A segunda fase, da resistência, ocorre quando o estressor persiste e a pessoa não consegue restabelecer a homeostase, levando a uma redução na produtividade e tornando o sujeito mais vulnerável. Os principais sintomas são mudanças de humor, insônia, gastrite, irritabilidade e hipertensão (Lipp, 2000 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020; Martins, 2007).

Já, a fase de quase exaustão ocorre quando a resistência psicológica não consegue mais suportar o estresse da fase anterior, intensificando os sintomas já apresentados e gerando desconforto e ansiedade frequentes (Lipp; Malagris, 2011). Na fase de exaustão, o estresse não foi superado, levando o organismo ao limite, podendo resultar em sintomas depressivos (Lipp, 2000 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira; Selye, 1956 *apud* Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020). O estresse patológico compromete significativamente a saúde dos professores, afetando seu desempenho e a qualidade da educação (Jacomini; Penna, 2016).

Além das repercussões físicas e psicológicas do estresse, os sintomas de ansiedade também afetam negativamente o desempenho dos professores. A ansiedade é definida pela expectativa de uma possível ameaça futura, mesmo que ela não exista realmente. Essa condição pode resultar em um comportamento de vigilância excessiva, medo constante e tensão muscular (American Psychiatric Association, 2014). Os sintomas de ansiedade incluem desconforto abdominal, tremores, sensação de desmaio, agitação psicomotora, preocupação excessiva, dificuldades de concentração, tontura, palpitações e taquicardia (Sadock; Sadock; Ruiz, 2017).

Em níveis moderados, tanto a ansiedade quanto o estresse podem ter um papel positivo, ajudando no desempenho em diversas situações. Contudo, quando em excesso, podem causar

danos significativos, podendo levar a transtornos psicológicos (Guimarães *et al*., 2015). Sintomas de estresse, ansiedade e depressão foram reconhecidos como comuns entre os professores (Tostes *et al*., 2018), com uma forte relação entre eles (Apóstolo *et al*., 2011). Diante desse contexto, a saúde dos educadores tem sido um tema de discussão em escolas, sindicatos e entre profissionais da saúde (Gouvêa, 2016). A situação atual da educação revela que os professores da educação básica estão enfrentando um desconforto profissional (Diehl; Marim, 2016). Fatores como violência, salários baixos, carga excessiva de trabalho, burocracia e a rapidez das mudanças nas novas gerações contribuem para o surgimento de sintomas de estresse e ansiedade (Vale; Aguillera, 2016).

Estudo de Deffaveri; Méa; Ferreira (2020) investigou os sintomas de ansiedade e estresse entre os 200 professores do ensino fundamental e médio de uma cidade do norte do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre as questões observadas, os professores que trabalham em escolas públicas demonstraram maior índice de afastamentos do trabalho por questões psiquiátricas, sendo que 66,7% deles já passaram por licenças médicas, predominantemente devido a transtorno depressivo maior. Neste estudo, foi observado que os professores em acompanhamento psiquiátrico apresentam mais sintomas de ansiedade e estresse do que aqueles que não estão em tratamento (Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020). Esse resultado pode ser atribuído ao fato de os professores que utilizam psicofármacos serem considerados como parte de um grupo clínico. Esses problemas de saúde têm sérias repercussões na qualidade de vida dos educadores e no sistema educacional básico, uma vez que houve um aumento significativo no número de afastamentos por licença médica entre os professores nos últimos anos (Gouvêa, 2016; Ribeiro, 2015).

Uma pesquisa realizada pela Associação Nova Escola em 2018 (Teixeira, 2018), que envolveu mais de cinco mil professores no Brasil, destacou que a ansiedade, o estresse, as dores de cabeça e a insônia são alguns dos principais problemas enfrentados por esses educadores. Os dados revelaram que 66% dos professores entrevistados já precisaram se afastar do trabalho devido a questões de saúde, e 87% acreditam que seus problemas de saúde estão relacionados ou são agravados pelas atividades que desempenham (Teixeira, 2018).

De acordo com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP, 2017), o número de professores afastados devido a transtornos mentais e comportamentais nas escolas estaduais de São Paulo quase dobrou em 2016 em comparação a 2015: passou de 25.849 para 50.046. Em 2017, o principal motivo de afastamento da sala de aula foi o estresse, seguido pela depressão (53,7%), alergia ao pó (47,2%), insônia (41,5%) e hipertensão arterial (41,3%) (CNTE, 2017). Segundo Juçara Vieira, coordenadora da pesquisa,

a deterioração das condições de trabalho e o aumento da agressividade dos alunos levaram a esses números, superando a perda de voz como o principal motivo para o afastamento dos educadores do ambiente escolar (CNTE, 2017).

No primeiro semestrede 2023, a rede estadual de ensino de São Paulo teve um total de 20.173 professores afastados devido a questões relacionadas à saúde mental, o que representa um aumento de 15% em comparação ao mesmo período de 2022. Os dados foram divulgados pela TV Globo por meio da Lei de Acesso à Informação.Segundo as informações coletadas, em média, 112 profissionais da Educação foram afastados diariamente das escolas do estado devido a transtornos e doenças psiquiátricas, tais como depressão, ansiedade e crises de pânico (Mello; Jesus, 2023).

Macaia e Fisher (2015) realizaram um estudo sobre o retorno de 20 professores da rede pública de São Paulo que estavam afastados por questões de saúde mental e comportamental. Eles entrevistaram esses professores sobre os motivos do afastamento e coletaram dados socioeconômicos e de trabalho por meio de formulários. Os diagnósticos médicos mais comuns foram episódios depressivos, transtornos ansiosos, de adaptação e reações ao estresse grave.

Os professores que voltaram a lecionar atribuíram significados diferentes ao retorno ao trabalho em comparação aos que passaram a desempenhar outras funções durante o período de reabilitação. O primeiro grupo mencionou o medo de sentir os mesmos sintomas que experimentaram durante o período de adoecimento, enquanto o segundo grupo expressou sentimentos de impotência e crise de identidade, por não se sentirem mais integrados à função na escola (Macaia; Fisher, 2015).

A maioria dos participantes percebeu que seu retorno à escola ocorreu em uma situação indesejada ou desfavorável para a sua saúde. Os autores concluíram que a readaptação é um processo no qual todos os envolvidos devem participar, visando o fortalecimento psicológico do professor (Macaia; Fisher, 2015).

O contexto apresentado revela a estreita relação entre os sintomas de estresse, ansiedade e medo e a atividade docente, como um reflexo das precárias condições de trabalho, conforme já fora observado sobre a depressão em docentes.

A literatura destaca a preocupação de pesquisadores, da mídia e de associações profissionais, não apenas com as condições de trabalho docente durante a pandemia, mas também acerca do cenário educacional no retorno desses trabalhadores após a pandemia de COVID-19, cujo período voltará a ser abordado a seguir, com ênfase na análise das licenças médicas de professores da rede de ensino pública das escolas selecionadas para este estudo.

7 A SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES ESCOLARES NO PERÍODO PANDÊMICO

É amplamente reconhecido que os professores fazem parte dos grupos profissionais mais impactados pela intensificação do ritmo de trabalho, enfrentando altos níveis de estresse e outras síndromes relacionadas à sua profissão. Atualmente, a função dos docentes se assemelha à dos operários de fábricas, uma vez que a escola passou a ter o objetivo de formar trabalhadores. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), esses profissionais possuem habilidades específicas, como preparar e ministrar aulas, participar da elaboração do projeto pedagógico e planejar o curso conforme as diretrizes educacionais. Além dessas competências, os professores também se envolvem em reuniões administrativas e pedagógicas, organização de eventos, e atividades sociais, culturais e pedagógicas, visando investigar, orientar os alunos e interagir com os pais ou responsáveis (Brasil, 2002).

Durante a pandemia de COVID-19, o agravamento das condições de saúde mental entre os professores foi evidenciado com a introdução do ensino remoto de emergência, resultando em uma sobrecarga de trabalho ampliada. Essa situação foi exacerbada pela falta de preparo no uso de ferramentas tecnológicas e pela carência de apoio institucional (Almeida; Santos; Silva, 2023).

Nesse período, medo, ansiedade e depressão foram os sintomas mais prevalentes, refletindo as implicações psicoemocionais derivadas das incertezas causadas pela doença, não apenas na saúde pessoal e familiar, mas também nos âmbitos global, econômico, de segurança, educação e político em escala mundial (Barreto *et al*., 2022).

Um estudo conduzido por Ozamiz-Etxebarria *et al.* (2021) constatou que 49,4% dos 1.633 professores espanhóis entrevistados apresentavam sintomas de ansiedade. Embora a ansiedade já fosse um tema estudado entre professores antes da pandemia, o cenário atual parece estar gerando sentimentos de mais ansiedade entre esses profissionais, em decorrência das incertezas, tensões e responsabilidades vivenciadas por eles.

Li *et al*. (2020), em uma pesquisa sobre a prevalência e fatores relacionados à ansiedade entre 88.611 professores chineses durante a pandemia de COVID-19, observou uma prevalência geral de ansiedade de 13,67%. Essa taxa foi maior entre as mulheres do que entre os homens (13,89% vs. 12,93%). Fatores como idade, sexo, nível educacional, tipo de ensino, localização da escola, fontes de informação, níveis de preocupação, medo e comportamento foram associados à ansiedade.

Um estudo realizado por Kibici (2021) com 236 professores de música na Turquia

É amplamente reconhecido que os professores fazem parte dos grupos profissionais mais impactados pela intensificação do ritmo de trabalho, enfrentando altos níveis de estresse e outras síndromes relacionadas à sua profissão. Atualmente, a função dos docentes se assemelha à dos operários de fábricas, uma vez que a escola passou a ter o objetivo de formar trabalhadores. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), esses profissionais possuem habilidades específicas, como preparar e ministrar aulas, participar da elaboração do projeto pedagógico e planejar o curso conforme as diretrizes educacionais. Além dessas competências, os professores também se envolvem em reuniões administrativas e pedagógicas, organização de eventos, e atividades sociais, culturais e pedagógicas, visando investigar, orientar os alunos e interagir com os pais ou responsáveis (Brasil, 2002).

Durante a pandemia de COVID-19, o agravamento das condições de saúde mental entre os professores foi evidenciado com a introdução do ensino remoto de emergência, resultando em uma sobrecarga de trabalho ampliada. Essa situação foi exacerbada pela falta de preparo no uso de ferramentas tecnológicas e pela carência de apoio institucional (Almeida; Santos; Silva, 2023).

Nesse período, medo, ansiedade e depressão foram os sintomas mais prevalentes, refletindo as implicações psicoemocionais derivadas das incertezas causadas pela doença, não apenas na saúde pessoal e familiar, mas também nos âmbitos global, econômico, de segurança, educação e político em escala mundial (Barreto *et al*., 2022).

Um estudo conduzido por Ozamiz-Etxebarria *et al.* (2021) constatou que 49,4% dos 1.633 professores espanhóis entrevistados apresentavam sintomas de ansiedade. Embora a ansiedade já fosse um tema estudado entre professores antes da pandemia, o cenário atual parece estar gerando sentimentos de mais ansiedade entre esses profissionais, em decorrência das incertezas, tensões e responsabilidades vivenciadas por eles.

Li *et al*. (2020), em uma pesquisa sobre a prevalência e fatores relacionados à ansiedade entre 88.611 professores chineses durante a pandemia de COVID-19, observou uma prevalência geral de ansiedade de 13,67%. Essa taxa foi maior entre as mulheres do que entre os homens (13,89% vs. 12,93%). Fatores como idade, sexo, nível educacional, tipo de ensino, localização da escola, fontes de informação, níveis de preocupação, medo e comportamento foram associados à ansiedade.

Um estudo realizado por Kibici (2021) com 236 professores de música na Turquia

constatou uma taxa de ansiedade média de 2,75 (±1,09), em uma escala de 1,09 (mínimo) a 4,75 (máximo). Esse índice esteve relacionado à um nível médio de satisfação no trabalho, devido ao ambiente de trabalho extremamente desgastante e desconhecido imposto pelo ensino a distância durante a pandemia de COVID-19.

O medo em torno da incerteza relacionada ao coronavírus tem sido desafiador e angustiante para muitas pessoas. A incerteza sobre o impacto pessoal e clínico da doença, assim como as repercussões econômicas, sociais e psicológicas, gera ansiedade em relação à própria infecção. Essa ansiedade pode levar a distorções e reações psicológicas, resultando em comportamentos imprevisíveis e, por vezes, socialmente intolerantes, com julgamentos severos sobre a conduta alheia que violam os comportamentos socialmente aceitos. Isso pode ser atribuído ao instinto de sobrevivência, levando a uma tomada de decisão moral mais inflexível, culminando na Coronafobia (Barreto *et al*., 2022).

Os impactos psicológicos da pandemia de COVID-19 têm sido documentados em diversos estudos, evidenciando níveis elevados de ansiedade, medo e estresse em quase todos os setores da população. Além disso, os níveis de medo podem ser um indicador do risco percebido diante da possibilidade de contágio.

Um estudo conduzido por Nabe-Nielsen*et al*. (2022) constatou que o medo de infecção e transmissão, bem como o aumento percebido no nível de estresse e *Burnout* entre os professores, e suas preocupações quanto à capacidade de gerenciar as condições de trabalho, aumentaram significativamente de maio a novembro-dezembro de 2020, passando de 27% para 84% entre os 2.665 professores dinamarqueses entrevistados.

No Brasil, em um estudo de coorte realizado em duas fases, Troitinho *et al*. (2021) analisaram o sofrimento psicológico de 50 professores e professoras da Educação Básica, considerando a quantidade de trabalho remoto, o gênero, a carga de trabalho doméstico durante a pandemia e a experiência anterior. O trabalho remoto emergencial teve efeitos sobre a Ansiedade-estado, o Afeto negativo e o Estresse percebido, sendo essas reações influenciadas pela experiência prévia. As mulheres apresentaram respostas mais intensas do que os homens, principalmente devido à quantidade de trabalho doméstico que realizavam. Os participantes mencionaram, principalmente, aspectos negativos do trabalho e dimensões emocionais ao refletirem sobre o trabalho remoto, com uma menor ênfase em respostas relacionadas a aspectos positivos, aprendizado e questões político-econômicas. Esses achados indicaram que o trabalho remoto emergencial intensificou o estresse entre docentes, sugerindo uma precarização de suas condições de trabalho e a urgência de implementar políticas que amenizem esses efeitos.

Ramos *et al*. (2023), em estudo que envolveu uma amostra de 438 professores atuantes

nas 5 regiões do país, sendo 339 docentes da Educação Básica, observaram que os professores relataram que a carga de trabalho que dedicavam era maior do que a que estava formalmente contratada, o que sugere que o ensino remoto exigiu um comprometimento extra e um nível de exigência elevado. Durante a pandemia, observou-se um significativo aprendizado por parte dos educadores na utilização de novas ferramentas digitais, que passaram a fazer parte das suas práticas pedagógicas.

Ainda, segundo os autores, o acesso a dispositivos tecnológicos está intimamente ligado aos níveis de competência digital dos professores, à quantidade de recursos que conseguiram aprender, às condições de trabalho e à qualidade de vida e saúde geral. A análise das desigualdades entre esses fatores em relação ao MIB e à qualidade de vida revelou que os professores do Ensino Fundamental enfrentaram maiores dificuldades, tanto nas suas atividades profissionais quanto nos indicadores relacionados a esses fatores (Ramos *et al*., 2023).

O estudo também mostrou que, quanto melhor a qualidade de vida e saúde dos professores, menor era a incidência de Síndrome de Burnout. No entanto, é importante destacar que as mulheres apresentaram níveis mais altos dessa síndrome em comparação aos homens, além de terem indicadores de qualidade de vida e saúde inferiores (Ramos *et al*., 2023).

Quanto ao Estado de Santa Catarina, lócus desta pesquisa, estudo de Farias e Wagner (2024) investigou os fatores que influenciaram a saúde dos professores que atuaram na Educação Básica durante o período pandêmico e pós-pandêmico em uma escola pública no Sul catarinense. Um questionário foi aplicado a 37 professores, resultando em três categorias: (1) Características Gerais dos Professores; (2) Saúde dos Professores na Educação Básica; e (3) Impactos da Pandemia e Pós-Pandemia na Saúde Docente. A pesquisa revelou que as condições de trabalho eram precárias e tiveram um efeito negativo na saúde dos docentes. Além disso, o período pandêmico e pós-pandêmico agravou doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho, tais como dores osteomusculares e dificuldades vocais.

No mesmo sentido, pesquisa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE-SC) obteve 1.576 respostas de docentes da Educação Básica da rede pública de Santa Catarina, com o objetivo de entender os principais aspectos do ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2021 (SINTE-SC, 2021).

Em 2020, a emoção mais destacada foi a pressão psicológica por produtividade, com 887 respostas, quase empatando com a ansiedade e insegurança, que somaram 886 sinalizações. Além disso, 740 pessoas relataram esgotamento mental. Já em 2021, a ansiedade e insegurança lideraram as respostas, totalizando 822, seguidas pelo esgotamento mental com 677 respostas, enquanto a pressão psicológica por produtividade ficou em terceiro lugar, com 533 respostas.

Isso indica que, embora a pressão tenha sido intensa durante a pandemia, ela diminuiu em 2021. No entanto, a ansiedade e o esgotamento permaneceram elevados, possivelmente como um reflexo da pressão intensa vivida no ano anterior (SINTE-SC, 2021).

A mesma pergunta realizada em 2021 revelou outras emoções negativas além das já mencionadas, como o medo de errar, que teve 376 respostas; a sensação de culpa, com 176; e a solidão, que obteve 144 respostas. Essas questões também foram relevantes no ano anterior, onde o medo de errar teve 599 respostas, a solidão 264 e a culpa por estar trabalhando em casa 234 (SINTE-SC, 2021).

Por outro lado, as emoções positivas mostraram uma melhora em 2021, com 176 respostas para satisfação e alegria; 151 para confiança; e 70 para prestígio ou competência. Em 2020, esses números foram, respectivamente, 52, 76 e 50 respostas. A percepção de dedicação ao trabalho em 2021 aumentou para 74,6% em relação ao ano anterior, enquanto 20,6% afirmaram manter o mesmo nível de dedicação. Entretanto, a percepção sobre as horas trabalhadas além do expediente diminuiu em 2021, com 13,6% dedicando menos de 1 hora a mais; 37,7% entre 1 e 2 horas; 32% entre 2 e 4 horas; e 16,7% trabalhando mais de 4 horas. Em 2020, apenas 2,4% consideraram trabalhar menos de 1 hora a mais que sua carga horária; 22,8% entre 1 e 2 horas; 37,2% entre 2 e 4 horas; e pelo menos 37,6% relataram trabalhar mais de 4 horas a mais durante a primeira onda da pandemia (SINTE-SC, 2021).

Para o SINTE-SC (2021), a situação dos professores e professoras mostrou uma tendência preocupante de agravamento em relação ao adoecimento, especialmente no que diz respeito à saúde mental. Isso se deveu a uma série de fatores estruturais e mudanças que ocorreram, como a individualização das responsabilidades, a autoculpabilidade e a pressão por resultados, sem que fossem oferecidas as condições adequadas para alcançá-los. Esse cenário contribuiu para um processo de desumanização nas relações sociais e de trabalho, resultando em um aumento do sofrimento e de doenças psíquicas, além de um esgotamento e cansaço que precisaram ser urgentemente abordados.

A análise da saúde mental e das condições de trabalho dos professores no Brasil, com um foco específico em Santa Catarina, revela um quadro alarmante em relação ao impacto da pandemia de COVID-19 sobre esses profissionais. O estudo de Ramos et al. (2023), que abrange uma amostra significativa de 438 professores de diversas regiões do país, destacou que a carga de trabalho dos educadores superou o que estava formalmente contratado, indicando que o ensino remoto exigiu um comprometimento extra e um nível elevado de exigência. Este fenômeno foi acompanhado de um aprendizado significativo na utilização de novas ferramentas digitais, que se tornaram parte integrante das práticas pedagógicas dos docentes.

Por outro lado, os resultados também revelam que o acesso a dispositivos tecnológicos e a competência digital estão intimamente ligados às condições de trabalho e à qualidade de vida dos professores. As desigualdades entre esses fatores mostraram que os educadores do Ensino Fundamental enfrentaram maiores dificuldades, refletindo um panorama nacional de precarização das condições de trabalho docente.

No que diz respeito à saúde mental, a correlação entre a qualidade de vida dos professores e a incidência da Síndrome de Burnout foi claramente evidenciada, com mulheres apresentando níveis mais altos dessa síndrome em comparação aos homens, além de indicadores de saúde e qualidade de vida inferiores. Essa desigualdade de gênero é uma preocupação que se repete em diversos contextos, incluindo Santa Catarina, onde um estudo realizado por Farias e Wagner (2024) revelou que as condições de trabalho eram precárias e impactaram negativamente na saúde dos docentes, agravando doenças pré-existentes relacionadas ao trabalho.

A pesquisa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE-SC, 2021) complementa essa análise ao oferecer dados sobre a saúde emocional dos professores catarinenses. Durante a pandemia, a pressão psicológica por produtividade emergiu como a emoção mais prevalente, quase empatando com a ansiedade e a insegurança. Em 2021, embora a pressão tenha diminuído, a ansiedade e o esgotamento mental permaneceram altos, indicando que as consequências da intensa pressão de 2020 ainda estavam presentes.

Ainda, o medo de errar, a sensação de culpa e a solidão foram sentimentos comuns, refletindo as dificuldades emocionais enfrentadas durante o período pandêmico. Em comparação, enquanto estudos em nível nacional destacam a necessidade urgente de políticas que atenham a saúde mental dos professores, a situação específica de Santa Catarina revela um agravamento das condições de saúde mental e de trabalho. A pesquisa do SINTE-SC indicou uma tendência preocupante de adoecimento, resultante de fatores estruturais como a individualização das responsabilidades e a pressão por resultados, sem oferecer as condições adequadas para alcançá-los. Esse cenário contribui para um ambiente de desumanização nas relações sociais e laborais, resultando em um aumento do sofrimento e de doenças psíquicas. Em síntese, tanto no contexto nacional quanto em Santa Catarina, a saúde mental dos professores é uma questão crítica que demanda atenção imediata.

A precarização das condições de trabalho, combinada com a pressão emocional exacerbada pela pandemia, requer a implementação de políticas públicas e iniciativas institucionais que garantam apoio psicológico, recursos adequados e um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável. O bem-estar dos professores é fundamental não apenas para a

saúde deles, mas também para a qualidade da educação que é oferecida aos alunos e para o futuro das gerações que estão sendo formadas.

Portanto, observa-se que as licenças médicas provenientes desse cenário se constituem em desdobramentos da crise na saúde mental de professores da Educação Básica, vista aqui sob o histórico de uma prática desgastante, no mínimo, e que pode incidir na ausência dos docentes nas salas de aula, conforme será observado no quadro de dias concedidos nas patologias de maior prevalência no serviço pericial - Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Educação de Santa Catarina, destacado no próximo tópico.

7.1 LICENÇAS MÉDICAS

O absenteísmo é a falta do trabalhador ao trabalho, sem que ocorra por motivos como desemprego, doença prolongada ou licença legal. É um indicador de desempenho organizacional, mas seu estudo científico é restrito (Melo; Dias; Volpato, 2020). Chiavenato (1994) afirma que o absenteísmo pode estar ligado ao trabalhador ou à organização. No primeiro caso, pode ser causado por fatores como problemas de saúde, insatisfação com o trabalho ou conflitos pessoais. No segundo caso, pode ocorrer por fatores como condições precárias de trabalho, relações interpessoais conflituosas ou má gestão.

Na educação, o absenteísmo é frequentemente causado pelo adoecimento do professor (Melo; Dias; Volpato, 2020). Eugênio, Souzas e Di Lauro (2017), Paiva (2021), Parra (2005), Reis *et al*. (2005), apontam que o adoecimento do professor é causado pela complexidade da atuação docente, que envolve fatores capazes de levar ao adoecimento físico e mental dos professores, tais como:

- Carga de trabalho: os professores têm uma carga de trabalho elevada, que inclui aulas, preparação de aulas, correção de provas e atividades extracurriculares.
- Responsabilidade: os professores são responsáveis pelo aprendizado dos alunos, o que pode gerar estresse e ansiedade.
- Relações interpessoais: os professores precisam lidar com muitas pessoas, incluindo alunos, pais, colegas de trabalho e supervisores.

No contexto educacional catarinense, a licença médica é concedida ao servidor que, devido a uma doença comprovada, temporariamente não consegue desempenhar suas funções. A concessão dessa licença requer um exame médico-pericial, que determinará a sua duração. Se um problema de saúde impedir um servidor de trabalhar, ele tem direito a licença médica

para tratamento, sujeita a avaliação pela Gerência de Perícia Médica - GEPEM. Licenças de até 3 dias por mês não precisam de avaliação e devem ser aprovadas pela chefia imediata Servidores temporários ou comissionados têm seus primeiros 15 dias de afastamento avaliados pela GEPEM, e a prorrogação deve ser avaliada pelo INSS. Se houver necessidade de outro afastamento pelo mesmo motivo em até 60 dias, o servidor deve solicitar a prorrogação ao INSS. Se for por uma nova condição médica, o servidor será avaliado pela GEPEM como se fosse uma nova licença, independentemente do períododesde a licença anterior (regulamentado pela Instrução Normativa10/2004/DIRH/DAPS/SEA) (Santa Catarina, 2010a).

Já para os servidores concursados, sobre os períodos médios de afastamento nas licenças iniciais (afecções de maior prevalência) o quadro a seguir faz referência à sugestão ao período médio de dias a ser concedido nas patologias de maior prevalência no serviço pericial (Santa Catarina, 2010a).

Quadro 1- Período médio de dias concedidos nas patologias de maior prevalência no serviço pericial - Gerência de Perícia Médica – GEPEM

CID - 10	DISCRIMINAÇÃO	LICENÇA INICIAL
A-09	Gastroenterite	até 5 dias
A-16	Tuberculose	até 60 dias
A-30	Hanseníase	até 60 dias
A-37	Coqueluche	até 15 dias
A-46	Erisipela	até 15 dias
B-01	Varicela	até 10 dias
B-02	Herpes *Zoster*	até 15 dias
B-15	Hepatite viral aguda (Tipo A)	até 30 dias
B-16	Hepatite viral aguda (Tipo B)	até 45 dias
B-17.1	Hepatite viral aguda (Tipo C)	até 30 dias
B-18	Hepatite viral crônica (não especificada) agudizada	até 30 dias
B-20	HIV - resultando em doenças infecciosas e parasitárias	até 90 dias
B-23	HIV - resultando em outras doenças	até 90 dias
B-24	HIV - não especificada	até 90 dias
C-39	Neoplasia maligna aparelho respiratório	até 90 dias
C-41	Neoplasia maligna ossos e cartilagem articular	até 90 dias
C-43	Melanoma maligno da pele	até 60 dias
C-44	Neoplasias malignas *in situ* da pele	até 15 dias
C-50	Neoplasia maligna da mama	até 90 dias
C-55	Neoplasia maligna do útero	até 90 dias
C-61	Neoplasia maligna da próstata	até 90 dias
C-67	Neoplasia maligna da bexiga	até 90 dias
C-73	Neoplasia maligna da tireóide	até 90 dias
C-81	Linfoma de *Hodgkin*	até 90 dias
C-83	Linfoma de não-*Hodgkin*	até 90 dias
C-92	Leucemia mielóide	até 90 dias
D-(10 a 36)	Neoplasias benignas (pós-cirurgia)	até 30 dias
D-(00 a 09)	Neoplasias *in situ* (pós-cirurgia)	até 60 dias
D-50	Anemia ferropriva	até 30 dias
D-(60 a 64)	Anemias hemolíticas	até 30 dias
D-69	Púrpuras	até 30 dias

E-(02 a 03)	Hipotireoidismo	até 30 dias
E-06	Tireoidite	até 30 dias
E-05	Tireo toxicose (hipertireoidismo)	até 30 dias
E-07	Outros transtornos da tireóide	até 30 dias
E-10	Diabetes insulino-dependente	até 30 dias
E-11	Diabetes não insulino-dependente	até 30 dias
E-14	Diabetes não especificado	até 30 dias
E-(40 a 46)	Desnutrição protéica-calórica	até 30 dias
E-(50 a 64)	Outras deficiências nutricionais	até 30 dias
F-10	Transtornos mentais/comportamentais devidos ao álcool	até 30 dias
F-11	Transtornos mentais/comportamentais devidos a opiáceos	até 30 dias
F-12	Transtornos mentais/comportamentais devidos a canabinóides	até 30 dias
F-13	Transtornos mentais/comportamentais devidos a sedativos	até 30 dias
F-14	Transtornos mentais/comportamentais devidos à cocaína	até 30 dias
F-15	Transtornos mentais/comportamentais devidos a outros estimulantes	até 30 dias
F-19	Transtornos mentais/comportamentais múltiplas devidos a drogas e outras	até 30 dias
F-20	Esquizofrenia	até 60 dias
F-21	Transtorno esquizotípico	até 60 dias
F-22	Transtornos delirantes persistentes	até 60 dias
F-29	Psicose não-orgânica não especificada	até 60 dias
F-31	Transtorno afetivo bipolar	até 60 dias
F-32.0	Episódios depressivos leves	até 10 dias
F-32.1	Episódios depressivos moderados	até 30 dias
F-32.2	Episódios depressivos graves	até 60 dias
F-33	Transtorno depressivo recorrente	até 60 dias
F-34	Transtornos do humor (afetivos) persistentes	até 10 dias
F-40	Transtornos fóbico-ansiosos	até 30 dias
F-41	Outros transtornos ansiosos	até 30 dias
F-41.0	Transtorno de pânico	até 30 dias
F-41.2	Transtorno misto ansioso-depressivo	até 20 dias
F-43.0	Reação aguda ao *stress*	até 15 dias
F-43.2	Transtorno de adaptação	até 15 dias
F-43.8	Outras reações ao *stress* grave	até 30 dias
F-44	Transtornos dissociativos (conversão)	até 15 dias
F-50.0	Anorexia nervosa	até 30 dias
G-00.1	Meningite bacteriana	até 60 dias
G-00.2	Meningite viral	até 30 dias
G-09	Sequelas de doenças inflamatórias do SNC	até 60 dias
G-11.1	Ataxia cerebelar	até 90 dias
G-11.4	Paraplegia espástica hereditária	até 90 dias
G-20	Doença de *Parkinson*	até 60 dias
G-30	Doenças degenerativas do SNC	até 90 dias
G-32	Doenças degenerativas do SNC	até 90 dias
G-35	Esclerose múltipla	até 90 dias
G-37	Outras doenças desmielinizantes do SNC	até 90 dias
G-40	Epilepsias	até 60 dias
G-40.9	Epilepsia não especificada (crise)	até 15 dias
G-43.2	Enxaqueca	até 3 dias
G-44	Outras síndromes de algias cefálicas	até 7 dias
G-45	Acidentes vasculares cerebrais isquêmicos transitórios	até 30 dias
G-51.0	Paralisia facial (*Bell*)	até 30 dias
G-52	Transtornos de outros nervos cranianos	até 30 dias
G-61.0	Polineuropatia inflamatório (*Guillain-Barré*)	até 90 dias
G-64	Outros transtornos do Sistema Nervoso Periférico	até 60 dias
G-81	Hemiplegia	até 60 dias
G-82	Paraplegia e tetraplegia	até 90 dias
G-83	Outras síndromes paralíticas	até 60 dias
G-93	Outros transtornos do encéfalo	até 60 dias
G-96	Outros transtornos do SNC	até 60 dias

H-9	Surdez por transtorno de condução e/ou neurossensorial	até 30 dias
H-10	Conjuntivites	até 05 dias
H-11.0	Pterígio (pós-cirurgia)	até 15 dias
H-16	Ceratite	até 30 dias
H-25	Catarata Senil (pós-cirurgia)	até 30 dias
H-33	Descolamentos e defeitos da retina	até 30 dias
H-54	Cegueira e visão sub-normal	até 60 dias
H-40	Glaucoma	até 15 dias
H-65	Otite média não-supurativa	até 10 dias
H-66	Otite média supurativa e as não especificadas	até 15 dias
H-81.1	Vertigem paroxística benigna	até 7 dias
H-81.0	Doença de *Meniere*	até 30 dias
H-81.2	Neurite vestibular	até 30 dias
H-82	Síndromes vertiginosas em doenças classificadas em outra parte	até 15 dias
H-83	Outros transtornos do ouvido interno	até 15 dias
I-00	Febre reumática sem comprometimento cardíaco	até 30 dias
I-01.0 a 01.9	Febre reumática com comprometimento cardíaco	até 60 dias
I-10	Hipertensão arterial essencial	até 30 dias
I-11 a 15	Hipertensão secundária (doenças cardíacas, renal ou mista)	até 60 dias
I-20 a 25	Doenças isquêmicas do coração (pós-cirurgia)	até 90 dias
I-20	Angina *pectoris*	até 30 dias
I-21	Infarto agudo do miocárdio	até 90 dias
I-25	Doença isquêmica crônica do coração	até 60 dias
I-26	Embolia pulmonar	até 45 dias
I-30	Pericardite aguda	até 60 dias
I-33	Endocardite aguda	até 60 dias
I-40	Miocardite aguda	até 60 dias
I-42 a 43	Cardiomiopatias dilatadas	até 60 dias
I-47	Taquicardia paroxística	até 30 dias
I-48	Flutter e Fibrilação Atrial	até 30 dias
I-49	Outras arritmias cardíacas	até 30 dias
I-50	Insuficiência cardíaca	até 60 dias
I-69	Hemorragia subaracnóidea	até 90 dias
I-61	Hemorragia intracerebral	até 90 dias
I-63	Infarto cerebral	até 90 dias
I-64	AVC não especificado como hemorrágico ou isquêmico	até 90 dias
I-69	Sequelas de doenças cérebro vasculares	até 30 dias
I-70	Aterosclerose	até 60 dias
I-71	Aneurisma e dessecção da aorta	até 30 dias
I-80	Flebite e tromboflebite	até 30 dias
I-83	Varizes dos MMII (pós-cirurgia)	até 30 dias
I-86	Varizes de outras localizações	até 20 dias
I-87	Outros transtornos das veias	até 30 dias
J-00	Nasofaringite aguda	até 3 dias
J-01	Sinusite aguda	até 7 dias
J-02	Faringite aguda	até 3 dias
J-03	Amigdalite aguda	até 5 dias
J-04	Laringite aguda e traqueíte aguda	até 3 dias
J-06	Infecções agudas das vias aéreas superiores localizações múltiplas	até 7 dias
J-10	*Influenza* devido a vírus influenza (gripe)	até 5 dias
J-11	Gripe (*Influenza*) não especificada	até 5 dias
J-12	Pneumonia viral não classificações em outra parte	até 10 dias
J-15.9	Pneumonia bacteriana não específica	até 15 dias
J-18.9	Pneumonia não especificada	até 10 dias
J-20.9	Bronquite aguda não especificada	até 10 dias
J-22	Infecções agudas das vias aéreas inferiores não especificadas	até 7 dias
J-31	Rinite, nasofaringite e faringite crônica	até 5 dias
J-32	Sinusite crônica	até 7 dias

J-34.2	Desvio septo nasal (pós-cirurgia)	até 15 dias
J-34.3	Hipertrofia das amígdalas (pós-cirurgia)	até 15 dias
J-34.3	Hipertrofia das adenóides (pós-cirurgia)	até 15 dias
J-37	Laringite e laringotraqueíde crônicas	até 15 dias
J-38	Doenças das cordas vocais e laringite não classificadas	até 15 dias
J-42	Bronquite crônica	até 30 dias
J-43	Enfizema pulmonar	até 30 dias
J-44	Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	até 30 dias
J-45	Asma	até 15 dias
K-05	Gengivite e doenças periodontais	até 5 dias
K-12	Estomatite e lesões correlatas	até 5 dias
K-21	Doença do refluxo gastresofagiano (pós-cirurgia)	até 30 dias
K-25	Úlcera gástrica	até 15 dias
K-26	Úlcera duodenal	até 15 dias
K-27	Úlcera péptica de local não especificado	até 15 dias
K-29	Gastrite e duodenite	até 10 dias
K-31	Doenças do estômago e duodeno não especificada	até 15 dias
K-35	Apendicite aguda (pós-cirurgia)	até 30 dias
K-40 a 46	Hérnias (pós-cirurgia)	até 30 dias
K-50	Doença de *Crohn* (enterite regional)	até 15 dias
K-51	Colite ulcerativa (RCUC)	até 30 dias
K-52	Outras gastroenterites e colites não infecciosas	até 5 dias
K-57	Doença diverticular do intestino	até 15 dias
K-60	Fissura e fístula das regiões anal-retal (pós-cirurgia)	até 30 dias
K-65	Peritonite	até 30 dias
K-70.3	Cirrose hepática alcoólica	até 30 dias
K-74.6	Outras formas de cirrose hepática e as não especificadas	até 30 dias
K-73	Hepatite crônica não classificada em outra parte - agudizada	até 30 dias
K-80.0	Colelitíase c/colecistite (pós-cirurgia)	até 30 dias
K-81	Colecistite	até 15 dias
K-85	Pancreatite aguda	até 30 dias
K-92.0.1.2	Hemorragia gastrointestinal	até 30 dias
L-02	Abcesso cutâneo, furúnculo e carbúnculo	até 7 dias
L-03	Celulite	até 7 dias
L-04	Linfadenite aguda	até 5 dias
L-05	Cisto pilonidal (pós-cirurgia)	até 15 dias
L-08.9	Infecção localizada da pele e subcutânea não especificadas	até 7 dias
L-20	Dermatite atópica	até 5 dias
L-21	Dermatite seborréica	até 5 dias
L-23	Dermatite alérgica de contato	até 7 dias
L-24	Dermatite de contato por irritantes	até 7 dias
L-25	Dermatite de contato não especificada	até 7 dias
L-40	Psoríase	até 10 dias
L-50	Urticária	até 5 dias
L-60.0	Unha encravada (pós-cirurgia)	até 5 dias
L-60.8	Outras afecções das unhas	até 7 dias
L-60.09	Afecções das unhas não especificadas	até 7 dias
L-93	*Lupus* eritematoso sistêmico	até 60 dias
L-98	Outras afecções pele e subcutâneo não classificadas	até 30 dias
L-98.4	Úlcera crônica da pele não classificadas	até 30 dias
M-00	Artrite piogênica	até 30 dias
M-05	Artrite reumatóide soro positiva	até 30 dias
M-06	Outras artrites reumatóides	até 30 dias
M-10	Gota (artrite gotosa)	até 15 dias
M-13	Outras artrites	até 30 dias
M-15	Poliartrose	até 30 dias
M-16	Coxartrose (artrose do quadril)	até 30 dias
M-17	Gonartrose (artrose do joelho)	até 30 dias

M-19	Outras artroses	até 30 dias
M-23	Transtornos internos dos joelhos	até 30 dias
M-25	Outros transtornos articulares	até 15 dias
M-25.0	Dor articular	até 10 dias
M-32	*Lupus* eritenatoso disseminado	até 60 dias
M-40	Cifose e lordose c/dorsolombalgia	até 10 dias
M-41	Escoliose	até 10 dias
M-45	Espondilite ancilosante	até 60 dias
M-50	Transtornos dos discos cervicais	até 30 dias
M-51	Outros transtornos dos discos intervertebrais	até 30 dias
M-51.0	Transtornos de discos lombares e outros c/miopatia	até 60 dias
M-51.1	Transtornos de discos lombares e outros c/radiculopatia	até 60 dias
M-53	Outras dorsopatias	até 15 dias
M-53.1	Síndrome cérvico braquial	até 10 dias
M-53.2	Instabilidades da coluna vertebral	até 15 dias
M-54	Dorsalgias	até 10 dias
M54.1	Radiculopatia	até 30 dias
M-54.2	Cervicalgia	até 10 dias
M-54.3	Ciática	até 10 dias
M-54.4	Lumbago c/ciática	até 10 dias
M-54.5	Dor lombar baixa/lumbago	até 10 dias
M-54.8	Outra dorsalgia	até 7 dias
M-54.9	Dorsalgia não especificada	até 10 dias
M-65.8	Sinovite e tenossinovite	até 15 dias
M-65.9	Sinovite e tenossinovite não especificada	até 15 dias
M-67	Outros transtornos das sinóvias e tendões	até 15 dias
M-70	Transtornos dos tecidos moles relacionados com uso excessivo	até 15 dias
M-70.3	Outras bursites do cotovelo	até 15 dias
M-70.5	Outras bursites do joelho	até 15 dias
M-70.6	Bursite/tendinite trocantérica	até 20 dias
M-71	Outras bursopatias	até 15 dias
M-71.3	Outros cistos da bolsa sinovial (pós-cirurgia)	até 10 dias
M-75	Capsulite adessiva do ombro	até 30 dias
M-75.1	Síndrome do manguito rotador	até 30 dias
M-75.2	Tendinite biciptal	até 30 dias
M-75.5	Bursite do ombro	até 30 dias
M-76	Entesopatias dos MMII excluindo o pé	até 30 dias
M-76.6	Tendinite/bursite aquileana	até 30 dias
M-77.0	Epicondilite medial e lateral	até 30 dias
M-77.3	Esporão do calcâneo	até 30 dias
M-79.0	Reumatismo não especificado	até 15 dias
M-79.1	Mialgia	até 10 dias
M-79.2	Neuralgia e neurite não especificada	até 15 dias
M-79.6	Dor em membro	até 7 dias
M-80	Osteoporose com fratura patológica	até 60 dias
M-81	Osteoporose sem fratura patológica	até 10 dias
M-86	Osteomielites	até 60 dias
M-88	Doenças de *Paget* (osteíte deformante)	até 60 dias
N-02.9	Hematúria recidivante e rersistente não especificada	até 5 dias
N-02.0	Hematúria recidivante lesões mínimas	até 7dias
N02.1 a N02.8	Hematúria recidivante (glomérulo-nefrites)	até 30 dias
N-10	Nefrite túbulo-intersticial aguda (pielonefrite)	até 15 dias
N-16	Nefrite túbulo-intersticial em doenças classificadas em outra parte	até 30 dias
N-17	Insuficiência renal aguda	até 30 dias
N-18	Insuficiência renal crônica	até 30 dias
N-20	Calculose do rim e ureter	até 15 dias
N-21	Calculose do trato urinário inferior (bexiga/uretra)	até 7 dias
N-23	Cólica nefrética/cólica renal	até 10 dias
N30.0	Cistite aguda	até 5 dias

N-39.0	Infecções do trato urinário de localização não especificada	até 7 dias
N-39.4	Outras incontinências urinárias especificadas (pós-cirurgia)	até 30 dias
N-41.0	Prostatite aguda	até 7 dias
N-45	Orquite e epididimite	até 10 dias
N-61	Transtornos inflamatórios da mama (abcesso/mastide) (drenagem)	até 10 dias
N-62	Hipertrofia da mama (ginecomastia/gigantomastia) (cirurgia)	até 30 dias
N-63	Nódulo mamário não especificado (cirurgia)	até 15 dias
N-70	Salpingite e ooforite	até 10 dias
N-75	Doenças da glândula de *Bartholin* (cisto, abcesso, bartolinte)	até 7 dias
N-80	Endometriose (cirurgia/laparoscopia)	até 15 dias
N-83.0	Cisto do ovário (cirurgia/laparoscopia)	até 15 dias
N-92	Menstruação excessiva, frequente e irregular	até 5 dias
N-95.1	Estado da menopausa e do climatério feminino	até 7 dias
N-96	Abortamento habitual	até 10 dias
O-03.9	Aborto espontâneo completo ou não especificado sem complicações	até 7 dias
O-13	Hipertensão gestacional leve	até 7 dias
O-14.0	Pré-eclâmpsia moderada	até 15 dias
O-14.1	Pré-eclâmpsia grave	até 30 dias
O-14.9	Pré-eclâmpsia não especificada	até 30 dias
O-15	Eclampsia	até 45 dias
O-16	Hipertensão materna não especificada (transitória da gravidez)	até 7 dias
O-20.0	Ameaça de aborto	até 15 dias
O-20.8	Outras hemorragias do início da gravidez	até 15 dias
O-21.0	Hiperêmese gravídica leve	até 5 dias
O-21.9	Vômitos da gravidez não especificados	até 7 dias
O-22.9	Complicações venosas na gravidez não especificada (flebite, trombose venosa)	até 10 dias
O-23	Infecções do trato geniturinário na gravidez	até 7 dias
O-24	*Diabetes mellitus* na gravidez	até 7 dias
O-44	Placenta prévia	até 30 dias
O-45	Descolamento prematuro da placenta	até 30 dias
O-47.9	Falso trabalho de parto não especificado	até 30 dias
O-48	Gravidez prolongada	até 15 dias
O-60	Parto pré-termo (antes da 37ª semana)	até 15 dias
O-62.3	Trabalho de parto precipitado	até 30 dias
O-62.4	Contrações uterinas hipertônicas, incoordenadas ou prolongadas	até 7 dias
O-80	Parto único espontâneo - licença gestação	até 120 dias
O-82	Parto único por cesariana - licença gestação	até 120 dias
O-99.0	Anemia complicando a gravidez, o parto e o puerpério	até 10 dias
O-99.8	Outras doenças e afecções especificadas complicando o parto e o puerpério	até 10 dias
R-07.2	Dor precordial/angina	até 15 dias
R-07.3	Outra dor torácica	até 5 dias
R-07.4	Dor torácica não especificada	até 7 dias
R-10.0	Abdome agudo (cirurgia)	até 30 dias
R-10.1	Dor epigástrica	até 7 dias
R-10.2	Dor pélvica e perineal	até 7 dias
R-10.4	Outras dores abdominais e as não especificadas	até 7 dias
R-10	Dor abdominal e pélvica	até 7 dias
R-11	Náuseas e vômitos	até 5 dias
R-12	Pirose	até 5 dias
R-13	Disfagia	até 5 dias
R-15	Incontinência fecal (encoprese)	até 7 dias
R-17	Icterícia não especificada	até 7 dias
R-18	Ascite	até 15 dias
R-41.0	Desorientação não especificada	até 10 dias
R-41.3	Amnésia	até 15 dias
R-42	Tontura e instabilidade/vertigem	até 10 dias

R-49	Distúrbio da voz, distonia/rouquidão	até 10 dias
R-49.1	Distúrbio da voz, afonia	até 15 dias
R-50	Febre de origem desconhecida	até 7 dias
R-51	Cefaléia	até 5 dias
S-20.2	Contusão do tórax	até 7 dias
S-22.3	Fratura de costela	até 30 dias
S-30.0	Contusão do dorso e pelve	até 7 dias
S-33.5	Entorse e distensão da coluna lombar	até 7 dias
S-50.0	Contusão do cotovelo	até 10 dias
S-60.0	Contusão de dedos	até 10 dias
S-61.0	Ferimento de dedos	até 7 dias
S-62.0	Fratura de escafóide	até 90 dias
S-62.6	Fratura de outros dedos	até 15 dias
S-63.1	Luxação do dedo	até 30 dias
S-63.5	Luxação do punho	até 30 dias
S-70.0	Contusão do quadril	até 10 dias
S-72.0	Fratura do colo do fêmur	até 180 dias
S-80.0	Contusão do joelho	até 10 dias
S-82.9	Fratura da perna (parte não especificada)	até 120 dias
S-83.4	Entorse e distensão (envolvendo ligamento colateral do joelho)	até 30 dias
S-83.6	Entorse e distensão (de outras partes e das não especificadas do joelho)	até 30 dias
S-90.0	Contusão do tornozelo	até 10 dias
S-91.0	Ferimento no tornozelo	até 10 dias
S-92.9	Fratura não especificada do pé	até 30 dias
S-93.4	Entorse e distensão do tornozelo	até 30 dias
T-15.1	Corpo estranho no saco conjuntival	até 3 dias
T-23.0	Queimadura do punho e da mão (grau não especificado)	até 15 dias
T-78.2	Choque anafilático não especificado	até 5 dias
Z-32.1	Gravidez confirmada	até 7 dias
Z-54.0	Convalescença após cirurgia	até 30 dias
Z-73.0	Esgotamento	até 10 dias
Z-73.3	*Stress* não classificado em outra parte	até 10 dias
Z-76.0	Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente	até 30 dias

Fonte: Santa Catarina. Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (2024).

O quadro apresentado evidencia diferenças marcantes nos períodos de licença concedidos a professores diagnosticados com depressão (CID F-32 e F-33) em comparação aos transtornos de estresse e ansiedade (CID F-40 a F-44). Essas discrepâncias revelam um reconhecimento diferenciado quanto à gravidade e ao impacto dessas condições na saúde mental e no tempo necessário para a recuperação:

Depressão (CID F-32 e F-33)

- Episódios depressivos leves (F-32.0): Período de licença de até 10 dias.
- Episódios depressivos moderados (F-32.1): Período de licença de até 30 dias.
- Episódios depressivos graves (F-32.2) e transtorno depressivo recorrente (F-33): Período de licença de até 60 dias.

Transtornos de Estresse e Ansiedade (CID F-40 a F-44)

- Transtornos fóbico-ansiosos (F-40):Período de licença de até 30 dias.
- Transtornos ansiosos gerais (F-41):Período de licença de até 30 dias.
- Transtorno misto ansioso-depressivo (F-41.2):Período de licença de até 20 dias.

- Reações ao estresse (F-43.0, F-43.2, F-43.8):Período de licença variando entre 15 e 30 dias.
- Transtornos dissociativos (F-44):Período de licença de até 15 dias.

Observa-se, em relação aos períodos curtos para condições leves:

1. A depressão leve, com licença de até 10 dias, apresenta tratamento semelhante ao dos transtornos de estresse classificados como "stress não especificado" (Z-73.3) e transtornos dissociativos, que têm licença de até 15 dias. Este período é curto comparado a doenças físicas leves, como gripe (5 a 10 dias) ou sinusite (até 7 dias). Isso pode subestimar o impacto potencial da depressão leve na saúde mental;
2. Ansiedade e estresse severos: Transtornos ansiosos e reações ao estresse grave têm períodos de licença de até 30 dias, alinhando-se ao concedido para a depressão moderada. Contudo, condições graves de estresse e ansiedade podem demandar períodos de recuperação mais longos;
3. Depressão grave vs. transtornos ansiosos: Depressões graves e recorrentes recebem períodos mais longos de licença (60 dias), reconhecendo sua complexidade e impacto profundo. Por outro lado, os transtornos ansiosos, ainda que graves, raramente ultrapassam 30 dias, sugerindo uma diferença no tratamento dado às condições de saúde mental;
4. Uniformidade limitada: Condições com características similares, como depressão moderada e transtornos ansiosos, apresentam discrepâncias significativas nos períodos de licença, o que reflete possíveis lacunas no reconhecimento das necessidades de recuperação entre os diferentes diagnósticos.

Portanto, os períodos de licença para depressão moderada e grave são mais longos, condizendo com a complexidade dessas condições. Entretanto, os transtornos relacionados ao estresse e ansiedade, mesmo quando severos, podem ter seu impacto subestimado, com períodos de licença insuficientes para uma recuperação plena. Isso indica a necessidade de revisar as políticas de licença médica para professores, garantindo maior equidade e alinhamento às demandas reais de cada diagnóstico.

Quanto à Burnout, embora não seja apontada no quadro da GEPEM, a síndrome tem sido relacionada à diversas formas de afastamento do trabalho, incluindo absenteísmo, desejo de deixar o emprego e rotatividade efetiva. Entretanto, para aqueles que continuam em suas

funções, a síndrome resulta em uma queda na produtividade e na eficácia no trabalho. Como resultado, essa condição está ligada a uma redução na satisfação profissional e a um comprometimento menor com o emprego ou a organização (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2001).

As pessoas que estão experimentando a Burnout podem ter um impacto negativo sobre seus colegas, causando tanto conflitos pessoais quanto interrupções nas tarefas de trabalho. Assim, a Burnout pode ser "contagiosa" e se perpetuar por meio de interações informais no trabalho. Também há evidências de que a síndrome tem um efeito negativo de "derramamento" na vida doméstica das pessoas (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2001).

Nesse aspecto, observa-se que o aspecto de derramamento apontado por Maslach; Schaufeli; Leiter (2001) implica na invasão do trabalho nos ambientes domésticos dos professores, uma vez que a sobrecarga de trabalho acaba incidindo em jornada extraclasse, conforme apontado por Gomes e Brito (2006):

> O trabalho real do/a professor/a extrapola os limites do tempo e do espaço do trabalho na escola. De acordo com a prescrição do trabalho, esse profissional deveria cumprir por semana um determinado tempo em sala de aula e outro tempo seria reservado para elaboração de aulas e demais atividades. Entretanto, devido às variabilidades, como número elevado de alunos por turma, espaço inadequado para desenvolver as atividades fora da sala de aula (sala dos professores), más condições de trabalho (ruído, falta de recursos materiais, como computador, livros, folhas e revistas), tempo insuficiente, constantes interrupções por parte dos alunos etc., uma regulação feita pelas professoras e professores é ocupar o que seria o seu tempo livre com essas atividades, invadindo as suas vidas domésticas (Gomes; Brito, 2006, p. 56).

Sobre os afastamentos, estudos abordam a ocorrência da síndrome de Burnout entre professores e sua conexão com a ausência no trabalho (Moreno-Jimenez, 2000; Schaufeli, 1999 *apud* Lima *et al*., 2023). O desequilíbrio na saúde do profissional pode resultar no afastamento de suas funções (Moreno-Jimenez, 2000; Schaufeli, 1999 *apud* Lima *et al*., 2023). A Burnout entre professores afeta o ambiente educacional e interfere na realização dos objetivos pedagógicos, podendo levá-los a um processo de alienação, desumanização e apatia, o que por sua vez resulta em problemas de saúde, absenteísmo e consideração de abandonar a profissão (Gugliemi; Tatrow, 1998 *apud* Lima *et al*., 2023).

Alguns estudos (Delcor *et al*., 2004; Siqueira; Ferreira, 2003; Tennant, 2001) que analisam a saúde dos professores indicam que os transtornos mentais estão entre as principais causas de faltas no trabalho, sendo frequentemente relacionados à casos de depressão, ansiedade, abuso de álcool, sintomas físicos sem explicação e esgotamento mental. O absenteísmo causado por problemas psicológicos nos educadores tem consequências significativas para seu desempenho profissional e está impactando cada vez mais suas responsabilidades familiares, além de gerar custos sociais consideráveis.

No estado de São Paulo, mais de 128 mil licenças médicas foram concedidas a professores do ensino básico, resultando em um total de 2.901.529 dias de afastamento no ano de 2016. O estudo Educatel Brasil, inquérito nacional realizado por telefone em 2015 e 2016, envolvendo 6.510 professores do ensino básico, identificou que 53,3% desses professores faltaram ao trabalho pelo menos um dia devido a questões de saúde. Esses números refletem a sobrecarga a que esses profissionais são submetidos, uma vez que o ritmo intenso de trabalho dificulta a adoção e manutenção de hábitos saudáveis. Além disso, essa categoria profissional enfrenta frequentemente altos níveis de estresse e esgotamento profissional (*Burnout*), que também são reconhecidos como fatores de risco para várias doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Além das questões relacionadas ao trabalho, o estado de saúde também é influenciado de maneira diferenciada com base no sexo, idade e níveis de satisfação com o trabalho (Haikal *et al*., 2023).

Pesquisa realizada no município de Araputanga, Mato Grosso, entre 2018 e 2021, comparou os padrões de afastamento por licença médica de professores antes e durante a pandemia de COVID-19. Os dados analisados foram extraídos dos bancos de dados do SIP-07 e do SIGEduca. O estudo identificou que o número de professores afastados por licença médica foi maior durante a pandemia do que antes dela. Em 2018 e 2019, 28,43% dos professores (58) necessitaram de afastamento por licença médica. Já em 2020 e 2021, esse percentual aumentou para 40,69% (83). A análise também mostrou que o número de dias de afastamento foi maior durante a pandemia do que antes dela. A média de dias de afastamento por motivo de saúde geral foi de 20 dias antes da pandemia e de 27 dias durante a pandemia. Já a média de dias de afastamento por motivo de saúde mental foi de 15 dias antes da pandemia e de 22 dias durante a pandemia. Os resultados sugerem que a pandemia de COVID-19 teve um impacto negativo na saúde dos professores de Araputanga. Os autores do estudo acreditam que esse impacto pode ter sido causado por uma combinação de fatores, incluindo o estresse causado pela pandemia, o aumento da carga de trabalho e as condições precárias de trabalho (Andrade, 2022).

A análise da saúde mental dos professores e sua relação com o absenteísmo revela um cenário preocupante que demanda atenção imediata. O absenteísmo, definido como a falta do trabalhador ao trabalho sem justificativas válidas, é um indicador importante de desempenho organizacional e está frequentemente associado a problemas de saúde mental, como depressão e transtornos de estresse e ansiedade. A literatura indica que o absenteísmo causado por questões psicológicas não apenas compromete o desempenho acadêmico, mas também afeta as responsabilidades familiares dos educadores, gerando custos sociais consideráveis.

A síndrome de Burnout, embora não explicitamente reconhecida nas políticas de licença médica, é uma condição que impacta significativamente o ambiente educacional, levando à alienação, desumanização e apatia dos professores. Essa síndrome, associada ao estresse e à obrecarga de trabalho, resulta em altos índices de afastamento e queda na satisfação profissional. Dados do Estado de São Paulo, por exemplo, demonstram que mais de 128 mil licenças médicas foram concedidas a professores em 2016, refletindo a intensa pressão a que esses profissionais são submetidos.

A situação se agravou com a pandemia de COVID-19, que elevou significativamente o número de afastamentos por licença médica, especialmente na saúde mental. Estudo realizado em Araputanga, Mato Grosso, mostrou que o percentual de professores afastados aumentou de 28,43% antes da pandemia para 40,69 % durante ela, com um aumento correspondente nos dias de afastamento. Essa deterioração é atribuída ao estresse gerado pela pandemia, ao aumento da carga de trabalho e às condições de trabalho precárias.

Tais evidências indicam a necessidade urgente de revisar as políticas de licença médica para professores, garantindo maior equidade e alinhamento às demandas reais de cada diagnóstico. Medidas que incluam apoio psicológico, redução da carga de trabalho e melhoria das condições laborais são essenciais para mitigar os efeitos do Burnout e do absenteísmo. O reconhecimento da saúde mental dos educadores como um fator determinante para o sucesso do sistema educacional é fundamental para promover um ambiente de trabalho saudável, assegurando que os professores possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e satisfatória.

7.2 CONSEQUENCIAS DO AFASTAMENTO DE PROFESSORES DAS SALAS DE AULA

Quando se reflete sobre a educação é notória a existência de um processo que engloba docentes, discentes, famílias e comunidade, e que para atingir os resultados esperados é necessário compreender o papel de cada indivíduo. E nessa perspectiva, observa-se que o cenário educacional é mais complexo do que se possa inferir, pois passa pelo cunho social e relações interpessoais que refletem diretamente na saúde do professor, e que automaticamente desencadeia dificuldades em atingir os objetivos propostos pela instituição, e ainda dificulta todo o processo de ensino aprendizagem. O bem-estar do professor também está pautado na relação de trabalho e diversas práticas laborais docentes. Conforme (Garcia; Benevides-Pereira, 2003).

> Na realidade do cotidiano dos docentes, pode-se observar a correria do dia a dia; as alterações de humor que ocorrem nas relações professoraluno; a sobrecarga de tarefas, que precisa desdobrar-se em leituras para preparação de aulas, correção de trabalhos. No caso dos professores universitários, somam-se a estas, outras atividades como a participação em comissões, consultoria ad-hoc, a pressão institucional por publicação e pesquisa, de rendimento e melhoria na formação do aluno, a aprendizagem de novos recursos tecnológicos; a submissão a normas e regras técnicas da própria instituição de ensino e as governamentais (CNPq, MEC, etc.), para enumerar apenas algumas das mais evidentes (Garcia; Benevides-Pereira, 2003, p. 76).

Com esta reflexão pode-se perceber que o trabalho do professor não é devidamente acompanhado, porque é notório que as suas funções vão além da sala de aula com correções, planejamentos, pesquisas que em muitas das vezes não são remuneradas, sempre acompanhado de muitas preocupações, pois é cobrado sempre por resultados, postura e comportamento.

Observa-se as diversidades que estão ligadas diretamente ao trabalho do professor que podem influenciar a relação profissional, afetiva e emocional do docente, levando a resultados nada agradáveis. Com o avanço dos anos e a falta de profissionais especializados para prevenir problemas de saúde como: psicólogos, fonoaudiólogos, e outros podem aparecer várias mazelas do ofício. Conforme (Carlotto, 2002):

> O professor assume muitas funções, possui papéis muitas vezes contraditórios, isto é, a instrução acadêmica e a disciplina da classe. Também tem que lidar com aspectos sociais e emocionais de alunos, e ainda conflitos ocasionados pelas expectativas dos pais, estudantes, administradores e da comunidade. O excesso de tarefas burocráticas tem feito com que professores se sintam desrespeitados, principalmente quando devem executar tarefas desnecessárias e não relacionadas à essência de sua profissão (Carlotto, 2002, p. 25).

Ao desempenhar trabalhos de secretaria, diminui sua carga horária para o atendimento ao aluno e para desenvolver-se na profissão. Percebe-se, ao analisar essa colocação, que os motivos que fazem com que o professor permaneça na profissão são a vontade de aprender, desenvolver mais suas habilidades podendo ser um bom profissional apesar da pressão sofrida por colegas, família, comunidade e gestão.

Nesse aspecto, segundo Corrêa (2019) o principal desafio é que, um professor com problemas de saúde, seja por questões vocais, dores musculares ou questões emocionais, não só prejudica sua própria saúde no dia a dia, como também a qualidade das aulas que ministra.

Isso acontece porque ele pode estar lidando com dores, sem voz ou com sua saúde mental abalada enquanto ensina. Apesar dessas dificuldades, esses educadores continuam a trabalhar e a cumprir suas obrigações com os alunos e a escola, o que impacta no aprendizado das crianças e no ambiente escolar. Além disso, há professores que precisam se afastar por motivos de saúde, o que traz outros desafios para a qualidade do ensino. Quando um professor

se afasta, ele é substituído por outro, resultando em uma alta rotatividade que pode prejudicar a relação entre professor e aluno, afetando o desenvolvimento escolar das crianças (Corrêa, 2019).

Azevedo (2012) ressalta a ocorrência de ruptura no trabalho pedagógico da escola, e a rotatividade de professores, que implica na substituição de um professor, que nem sempre está inteirado sobre o processo de ensino.

> Teve-se a oportunidade de conhecer problemas prioritários para serem combatidos, a rotatividade dos professores estava presente como problemas prioritários no desempenho dos alunos e da escola. O diagnóstico proporcionado pelo programa colocou em evidência a problemática aos profissionais que atuam na instituição revelando as dificuldades para a manutenção do trabalho pedagógico da escola, visto que a cada troca de professor, há ruptura no trabalho, em alguns casos de forma sutil, e, em outros, de forma mais severa (Azevedo, 2012, p. 3).

Na visão dos alunos, em uma pesquisa sobre a rotatividade de professores, fenômeno apontado como um dos principais problemas enfrentados pelo Colégio Estadual Presidente Vargas, que oferece Ensino Fundamental e Médio em Bela Vista do Paraíso, no Paraná, há um atraso substâncial na dinâmica de aula (Azevedo, 2012).

> Os discentes relatam que a cada novo professor o horário escolar é modificado, o conteúdo tem de ser retomado e muitas vezes o novo professor não tem o conhecimento do estágio em que se encontra o conteúdo. Dificulta-se assim a continuidade do processo educativo. A final, a visão que o aluno tem do professor é a desorganização e a insegurança no trabalho pedagógico (Azevedo, 2012, p. 15).

Por sua vez, a direção também enfrenta problemas em relação ao planejamento de ensino, em virtude da rotatividade docente e da dificuldade de conunicação com os professores substitutos (Azevedo, 2012):

> Por outro lado, outros profissionais, como a direção, não tem nem mesmo a oportunidade de interagir com os professores temporários, apresentando as regras, documentos e objetivos da escola. A equipe pedagógica encontra dificuldade em estabelecer diálogo necessário para obtenção da qualidade, uma vez que quando começa a estabelecer alguma meta, o professor novamente deixa a escola (Azevedo, 2012, p. 15).

Sob o ponto de vista docente, pesquisa de Oliveira (2021),que levantou e analisou as situações vivenciadas no processo de readaptação de seis professores da educação básica na rede de ensino público estadual de São Paulo, destacou depoimentos de docentes afastados das salas de aula, que expressaram os seus entendimentos quanto às implicações desse fenômeno no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

> Professora 1 –[...] fiz o pedido da readaptação porque podia desistir depois. Como já

> havia solicitado uns cinco anos antes, esta foi a segunda vez. Na primeira vez, também por orientação do médico, aguardei seis meses e não saiu nada. Melhorei e voltei para a sala de aula. Após trabalhar alguns anos, mesmo com as crises, porque é uma depressão que não sara, vai e volta, melhora, depois piora, mas sempre tendo as crises, com momentos melhores, que é quando eu trabalhava bem, pedi readaptação pela segunda vez. Demorou quatro anos e meio para sair essa readaptação. Nesses quatro anos e meio, muitas vezes tive vontade de cancelar e voltar para a sala de aula, devido a muita experiência negativa pois, com as licenças, me prejudiquei muito: em termos profissionais, financeiros, direitos que perdemos, prejudica a escola. Tenho consciência de que, quando o professor falta, pega licença, prejudica a escola, prejudica os alunos [...] (Oliveira, 2021, p. 137).

Por outro lado, outro professor classificou a possibilidade de insistir na sua presença em sala de aula como prejudicial a qualidade do ensino, em virtude de problemas nas cordas vocais, adquirido no trabalho docente.

> Eu saia de uma escola meio dia e entrava na outra uma hora. Não tinha descanso de voz de um período para outro e, isso foi desgastando mais as cordas vocais. Fiz uma tentativa, tirei licença de trinta dias, e ele falou: "Não vai resolver, porque vai exercitar a voz e vai voltar de novo." Insisti muito, fiquei de licença e tal. Depois vi que não ia adiantar mesmo, eu ia acabar prejudicando as crianças, prejudicando a mim mesma. Foi um processo difícil (Oliveira, 2021, p. 144).

Segundo Campos e Cunha (2017), o absenteísmo docente é um problema recorrente na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), que impacta o cotidiano das escolas de diversas maneiras, desorganizando o trabalho, dificultando a realização de projetos pedagógicos coletivos, sobrecarregando colegas e coordenadores pedagógicos, prejudicando os tempos destinados à formação, ao planejamento e às discussões das questões educacionais, além de comprometer a aprendizagem dos estudantes e desgastar a imagem do professor junto à comunidade escolar. Os custos com as ausências dos docentes também são significativos para a RME-BH. Em média, a secretaria municipal de educação gasta cerca de 20 milhões de reais/ano com pagamento dos dias não trabalhados e com as substituições dos profissionais ausentes.

A análise da realidade dos professores na educação básica revela um cenário complexo e desafiador, onde a saúde mental e física dos educadores impacta diretamente a qualidade do ensino e o aprendizado dos alunos. Os depoimentos de professores afastados, como os apresentados por Oliveira (2021), evidenciam a luta constante entre a vontade de permanecer na profissão e as dificuldades enfrentadas, como problemas de saúde mental e física. A experiência de uma professora que aguardou quatro anos e meio por uma readaptação ilustra a angústia e a pressão que muitos educadores sentem, conscientes de que suas ausências prejudicam não apenas a si mesmos, mas também a escola e os alunos. Também, a sobrecarga de trabalho e a falta de descanso, como relatado por outro professor, demonstram como a

insistência em permanecer em sala de aula, mesmo diante de problemas vocais, pode comprometer a qualidade do ensino. Essa situação é agravada pelo absenteísmo, que, conforme apontado por Campos e Cunha (2017), desorganiza o trabalho pedagógico, sobrecarrega colegas e prejudica a formação contínua, resultando em um ambiente escolar menos eficaz.

A rotatividade de professores, discutida por Azevedo (2012), também se destaca como um problema crítico, pois a substituição frequente de educadores gera descontinuidade no processo educativo, afetando a relação entre professor e aluno e dificultando a continuidade do aprendizado. Os alunos percebem essa instabilidade, relatando atrasos na dinâmica das aulas e uma sensação de desorganização, o que compromete sua experiência educacional.Por fim, o estresse emocional enfrentado pelos professores resulta em experiências negativas que podem levar a um ciclo vicioso de deterioração da saúde e da qualidade do ensino.

Em paralelo às consequências destacadas, a atividade docente gera estresse, resultando em experiências emocionais desfavoráveis, como raiva, ansiedade, tensão, frustração e depressão. O estresse enfrentado pelos professores pode ser caracterizado por fatores que aumentam ou diminuem os riscos, ocorrendo quando os fatores de risco não são compensados por fatores de proteção, que serão abordados no próximo tópico.

7.3 RESILIÊNCIA DOCENTE EM TEMPOS PANDÊMICOS

Na passagem da década de 1970 para a de 1980, pesquisadores dos Estados Unidos e do Reino Unido começaram a investigar pessoas que mantinham sua saúde mesmo diante de dificuldades extremas. No início, essas pessoas eram chamadas de "invulneráveis" e o fenômeno, "invulnerabilidade". Com o tempo, esses termos foram trocados por "resiliência". As primeiras investigações sobre resiliência foram conduzidas por cientistas de diversas partes do mundo, que abordaram o tema sob diferentes ângulos. Alguns autores (Fantova, 2008 *apud* Brandão; Mahfoud; Gianordoli-Nascimento, 2011; Ojeda, 2004) organizaram essas pesquisas em três correntes principais: a anglo-saxônica, a europeia e a latino-americana (Brandão; Mahfoud; Gianordoli-Nascimento, 2011).

A corrente norte-americana é caracterizada por um enfoque mais pragmático e centrado no indivíduo, avaliando a resiliência com base em dados observáveis e quantificáveis, frequentemente através de uma perspectiva comportamentalista ou ecológica transacional. Nesse contexto, a resiliência é entendida como o resultado da interação entre o indivíduo e o ambiente em que ele se encontra. Por outro lado, a corrente europeia adota uma perspectiva ética mais relativista, geralmente com uma abordagem psicanalítica, onde a visão do indivíduo

é considerada fundamental para a avaliação da resiliência. Segundo Fantova (2008 *apud* Brandão; Mahfoud; Gianordoli-Nascimento, 2011), para essa corrente, a resposta do indivíduo às adversidades vai além dos fatores ambientais, sendo moldada pela dinâmica psicológica da pessoa, o que permite tanto uma narrativa íntima quanto uma narrativa externa sobre sua vida. Por fim, a corrente latino-americana tem um caráter mais comunitário, focando na resposta social aos desafios enfrentados pelo indivíduo em situações adversas.

Nesse contexto, a Teoria da Autodeterminação (Ryan; Deci, 2000) pode oferecer uma estrutura valiosa para entender a motivação, resiliência e comportamento dos professores em meio ao ambiente escolar incerto durante a pandemia de COVID-19 (Chang *et al*., 2022; Kim *et al*., 2021).

A Teoria da Autodeterminação (SDT) investiga a motivação de um indivíduo para aprender e alcançar resultados por meio de três necessidades humanas fundamentais. A autonomia, o senso de controle ou propriedade sobre as ações, pode levar à autorregulação e disposição (Ryan; Deci, 2000). Fradkin-Hayslip (2021) relaciona a autonomia com expressões de liberdade profissional e envolvimento em desenvolvimento profissional autodirigido. Professores, em estudos como Barfod (2023) e Qvortrup *et al*. (2023), encontraram alegria ao refletir sobre suas experiências de ensino durante a pandemia. Wood *et al*. (2024) demonstraram como a autonomia, especialmente para professores com autismo, afetou positivamente suas estratégias de enfrentamento.

A competência, que é a sensação de ser capaz de realizar tarefas, motiva os indivíduos a se esforçarem (Ryan; Deci, 2000). Estudos durante a pandemia (Glessner; Johnson, 2020; Havik; Ingul, 2022) mostraram professores aprimorando suas habilidades tecnológicas, destacando a importância da competência. A relação envolve sentir-se conectado a outros e experimentar cuidado e pertencimento, especialmente no contexto escolar (Ryan; Deci, 2000). Relações fortes com colegas e pais, conforme enfatizado por Pokhrel e Chhetri (2021), forneceram suporte fundamental durante os momentos desafiadores de distanciamento social forçado devido ao fechamento e reabertura das escolas.

A motivação, conforme definida por Ryan e Deci (2000; 2006), é impulsionada por fatores intrínsecos ou extrínsecos, que desempenham papéis na resiliência individual. O estudo de Maitland e Glazzard (2022) sobre o impacto da pandemia na saúde mental da comunidade escolar sugere que a resiliência durante esse período é influenciada por uma complexa interação de fatores internos, externos e contextuais. O nível de motivação autodeterminada depende da satisfação de três necessidades psicológicas básicas: autonomia, competência e relacionamento, de acordo com Ryan e Deci (2000).

Pesquisas anteriores (Abos *et al*., 2018; Sørebø *et al*., 2009; Bartholomew *et al*., 2014) demonstram que atender a essas necessidades afeta a motivação dos professores, suas abordagens de ensino, o uso de tecnologia, a percepção da pressão no trabalho e a Burnout. Notavelmente, mesmo em condições extremas e sobrecarga de trabalho, os professores demonstraram otimismo e determinação para superar seus limites durante a pandemia. Sua motivação duradoura, enraizada em um senso de responsabilidade, autoconfiança e pertencimento, possivelmente explica sua capacidade de suportar a pressão aumentada (Glessner; Johnson, 2020; Gudmundsdottir; Hathaway, 2020).

Os resultados da investigação conduzida por Stachteas e Stachteas (2020), que analisou os impactos psicológicos da nova pandemia de COVID-19 em 226 professores do ensino médio na Grécia, delinearam um perfil dos professores que não demonstraram grande receio em relação ao surto do novo coronavírus. Esses profissionais não exibiram sinais evidentes de sobrecarga de trabalho devido à depressão associada à pandemia. Além disso, eles mantiveram uma atitude predominantemente otimista em relação ao desfecho da crise, e a transição sem precedentes para o ensino remoto não gerou muita apreensão entre eles.

Apesar da significativa relevância do estresse e da ansiedade induzidos pela COVID-19, a capacidade de resiliência adquirida durante a transformação do sistema educacional pode ser um fator determinante na adaptação dos profissionais acadêmicos durante o período de quarentena para lidar com o estresse (Delgado-Gallegos *et al*., 2021).

Ramakrishna e Singh (2022) realizaram entrevistas com 20 docentes na região da capital nacional de Deli, na Índia, com o objetivo de refletir sobre suas experiências de ensino durante o período de *lockdown* e explorar como eles se adaptaram a essa nova realidade. As respostas dos professores foram divididas em duas vertentes. A primeira destacou a sensação de desconexão que muitos sentiram em relação aos seus papéis profissionais, além de suas interações sociais e familiares. A mudança abrupta em suas vidas causou um desequilíbrio em suas identidades, tanto profissionais quanto pessoais, e as entrevistas evidenciaram as dificuldades que enfrentaram para restabelecer a normalidade. No início, enquanto tentavam se adaptar ao trabalho remoto, os professores encontraram dificuldades em separar suas responsabilidades familiares das profissionais, tanto em termos de espaço físico quanto mental. Um ponto interessante que surgiu foi que a maioria das professoras reconheceu ter mais dificuldades em equilibrar trabalho e vida pessoal em comparação com seus colegas homens.

> Mal tenho tempo para falar com meu marido ou minha filha. Apenas deixo a comida pronta para eles e depois estou ocupada o dia todo com o trabalho da escola. Como a pandemia foi uma luta para todas as partes interessadas, incluindo os pais, alguns professores notaram o desconforto de ter um pai ou mãe envolvido ativamente na sala

> de aula (por que os pais estão se metendo tanto em nossas aulas... todos os professores estão bastante incomodados, porque estamos dando 200%, deixando nossa família, não fazendo nada por eles (família). Estamos fazendo isso pelas crianças, seus filhos, em benefício deles). É importante destacar que, embora os professores entendessem os motivos por trás do envolvimento dos pais, foi desafiador traduzir essa percepção em comportamento, dado o quão intrusivo isso parecia em comparação com a experiência de uma sala de aula física (Ramakrishna; Singh, 2022, p. 4).

O segundo aspecto da pesquisa aborda o reconhecimento de pequenas vitórias. Os relatos dos professores entrevistados destacaram o otimismo inerente ao ensino e aos educadores. Mesmo diante da pandemia, professores de diversas origens socioeconômicas, idades e gêneros tinham um objetivo claro: adaptar-se à pedagogia digital e garantir que o processo de aprendizagem não fosse interrompido, enquanto cuidavam da saúde física e mental de seus alunos (Ramakrishna; Singh, 2022).

Como mencionado na vertente anterior, a identidade do professor está profundamente relacionada à sua motivação e satisfação profissional. Apesar dos desafios impostos pelos diversos *lockdowns* e pelas mudanças nas políticas nos níveis institucional e governamental, os professores conseguiram manter alta sua motivação e compromisso, encontrando aspectos positivos em suas experiências (Ramakrishna; Singh, 2022).

> Se eu conseguir alcançar 150 alunos corretamente e eles entenderem, isso me dá satisfação. Eles também estão sofrendo muito. Mas quando vejo seus rostos alegres na minha aula e eles respondem bem Isso me dá uma satisfação muito sólida no final do dia. Que, enfim, nesta pandemia, estou fazendo o que está ao meu alcance. A satisfação profissional também aumentou quando os professores puderam transcender as barreiras interdepartamentais, o que antes era difícil devido às restrições de infraestrutura. É interessante notar que professores mais jovens (com menos de 35 anos) ficaram mais entusiasmados com a oportunidade de colaborar com professores de outros departamentos (Colaborar com professores de outros departamentos Acho que isso também me abriu muitos canais na minha própria mente, forma de pensar e forma de trabalhar, pois houve muitos novos insights para mim como professor. Então, nesse sentido, me sinto muito mais aberto Acho que minha visão se ampliou (Ramakrishna; Singh, 2022, p. 5).

Ramakrishna e Singh (2022) enfatizam que, para uma análise mais aprofundada do tema, é fundamental que os pesquisadores estudem as atitudes e comportamentos dos professores em períodos de ensino desafiadores.

Em análise de informações obtidas de amostra constituída por professores que atuam no ensino fundamental e médio da rede pública da capital sergipana, Aracaju, que inclui educadores de três municípios baianos, Santos, Caldas e Silva (2024) observaram nos relatos dos entrevistados que apesar de fatores como o isolamento, pensamento excessivo sobre os problemas e a autocrítica intensa, que podem agravar ainda mais as questões externas relacionadas à saúde mental dos professores, o sentido da vida, demonstrado por 29,06 % dos

participantes, foi caracterizado por um processo de aprendizagem baseado nas experiências de vida.

Na profissão docente, durante a emergência de saúde pública, esse significado também foi percebido através da promoção da mudança social e do desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, possibilitados pelo processo educativo (Santos; Caldas; Silva, 2024).

A busca pelo sentido da vida expressa pelos entrevistados foi concretizada na contribuição de algo ao mundo, conforme ilustrado pelos seguintes depoimentos (Santos; Caldas; Silva, 2024):

> O sentido da minha vida [...], mas é servir, servir é ter um propósito na minha vida, é fazer algo, fazer algo para os outros e por mim também (P7). Este processo de oferta de algo ao mundo é concebido pela proposta educativa ofertada pelos professores, representando uma via de mudança social e desenvolvimento pessoal e profissional na vida dos alunos. O fragmento a seguir indica esses aspectos: Então, o sentido de minha vida é ajudar as pessoas a conquistar sonhos" (P9) (Santos; Caldas; Silva, 2024, p. 9).

Tais narrativas sobre a descoberta de uma mudança interior foram observadas de maneira uniforme entre professores homens e mulheres, que relataram ter se desenvolvido como ouvintes e aprendizes durante a pandemia (Santos; Caldas; Silva, 2024).

Outro fator que se mostrou relevante sob o aspecto da resiliência docente durante a pandemia, foi o bem-estar espiritual, destacado no estudo de Caetano *et al*. (2022) com 733 professores de várias partes do Brasil, que participaram de uma pesquisa online, respondendo a diferentes instrumentos: um questionário para coletar dados sociodemográficos, a Escala de Bem-Estar Espiritual (EBE) e a versão curta da Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21).

A espiritualidade se revelou um fator preditivo que protege contra problemas de saúde mental. No entanto, isso foi identificado apenas na dimensão relacionada ao bem-estar existencial. Em outras palavras, os professores que apresentaram níveis mais altos de bem-estar existencial também mostraram níveis mais baixos de estresse, ansiedade e depressão. O bem-estar existencial está ligado a uma expectativa positiva em relação ao futuro, otimismo e um sentimento de propósito na vida. Diferentemente do bem-estar religioso, ele não está necessariamente associado à devoção a um deus ou a uma entidade superior (Caetano *et al*., 2022).

Em relação ao bem-estar religioso, oa autores observaram o oposto: aqueles que apresentaram níveis mais altos nessa área tinham uma proporção maior de sintomas de estresse, ansiedade e, especialmente, depressão. A religiosidade sempre foi um tema de discussão no meio acadêmico, especialmente no que diz respeito ao seu impacto na saúde mental da

população. Embora a religiosidade possa oferecer aspectos positivos, como apoio para enfrentar os desafios relacionados a problemas de saúde, autores como Gomes et al. destacam que ela também pode ter efeitos negativos. As dificuldades enfrentadas por uma pessoa podem gerar sentimentos de abandono em relação a Deus, a sensação de punição divina, além de questionamentos que podem provocar angústia e conflitos com a própria fé (Caetano *et al*., 2022).

A partir do exposto, infere-se que a resiliência dos professores durante a pandemia de COVID-19 emerge como um tema central ao se analisar como esses educadores enfrentaram desafios sem precedentes impostos pelo ensino remoto e pelas mudanças nas políticas educacionais. Desde a transição do conceito de "invulnerabilidade" para "resiliência", a literatura apresentada destaca a complexidade da experiência docente, que envolve uma interação entre fatores individuais, sociais e contextuais.

Estudos realizados em diferentes contextos, como o de Ramakrishna e Singh (2022) com docentes em Deli, revelaram que muitos professores conseguiram manter sua motivação e compromisso, apesar da sensação de desconexão em relação aos seus papéis profissionais e às interações sociais. Essa desconexão gerou um desequilíbrio nas identidades profissional e pessoal, especialmente para mulheres que enfrentaram maiores dificuldades em equilibrar trabalho e vida familiar. Contudo, a satisfação profissional foi frequentemente encontrada nas pequenas vitórias, como a capacidade de engajar os alunos e adaptá-los à nova realidade digital.

Complementarmente, a pesquisa de Santos, Caldas e Silva (2024) em Aracaju identificou que, apesar do isolamento e da autocrítica intensa, muitos professores encontraram um sentido renovado em suas vidas através do ensino, percebendo que sua contribuição poderia promover mudança social e desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos. A espiritualidade também foi destacada como um fator preditivo de resiliência, com o bem-estar existencial associado a níveis mais baixos de estresse e ansiedade. Em contrapartida, a religiosidade mostrou-se, em alguns casos, ligada a sintomas mais elevados de depressão, sugerindo que o impacto da fé na saúde mental é complexo e multifacetado.

A colaboração entre professores de diferentes departamentos, especialmente entre os mais jovens, também surgiu como um aspecto positivo durante a pandemia, ampliando horizontes e promovendo um ambiente de aprendizado mais dinâmico. Assim, as narrativas de transformação interior e o reconhecimento da importância das relações interpessoais foram fundamentais para sustentar a motivação e o compromisso docente.

Portanto, obseserva-se que a resiliência dos educadores durante a pandemia é um reflexo de sua capacidade de encontrar significado e propósito em suas práticas, mesmo em tempos de

incerteza. Essa experiência revela a necessidade de pesquisas contínuas para explorar como apoiar o bem-estar e a saúde mental dos professores, reconhecendo a importância de fatores como a motivação intrínseca, o suporte social e o desenvolvimento pessoal na construção de uma educação mais robusta e adaptável a futuras crises.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados partem da análise de um conjunto de documentos provenientes dosórgãos da educação e saúde dos professores da Rede Estadual Publica dos municípios de Brusque, Botuverá, Nova Trento, Tijucas e São João Batista, do Estado de Santa Catarina, além de pesquisas que abordam no âmbito docente as licenças para tratamento de saúde, readaptação funcional e quadro de CID´S, e que buscam trazer respostas às indagações delimitadas neste estudo.

A Perícia Médica do Estado, responsável pelo atendimento dos professores, notou o aumento nas licenças de um modo geral, mas entre 2021 e 2023 houve um acréscimo significativo, pois houve ingresso de muitos professores na rede. Também é perceptível que as readaptações e prorrogações são solicitadas normalmente para 365 dias, e que pedem para prorrogar, caracterizando a não melhora de seus problemas, que normalmente têm fundo psicológico, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 - Benefícios concedidos

Tipo de benefício/Ano	2021	2022	2023
ACT	190	285	427
LTS	127	190	285
Readaptação	23	34	52

Fonte: Santa Catarina. Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (2024).

Observa-se que todos os tipos de benefícios apresentaram uma progressão significativa entre 2022 e 2023, com aumento de 50% de licenças concedidas aos ACT´s e LTS e 53% de Readaptação. Em relação ao período 2021-2023, o aumento também foi expressivo para todos os tipos de benefícios: ACT: 125% de aumento, LTS: 125% de aumento e Readaptação: 126% de aumento.

Tal quadro revela a tendência do aumento de afastamento de professores no país por questões de saúde mental, corroborada pelos números apontados em pesquisas disponíveis na literatura (Aquino, 2019; Oliveira; Vieira, 2014; Paixão, 2019; Pereira, 2020; Santos; Machado, 2024).

De acordo com a Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, no ano de 2018, 53.276 professores foram afastados devido a problemas mentais e comportamentais. Até agosto de 2019, esse número já havia chegado a 27.172 afastamentos (Paixão, 2019).

A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) de Cuiabá, também registrou um aumento contínuo no número de afastamentos de professores, que saltaram de 2.478 em 2017

para 2.744 em 2019. Os dados indicam que o afastamento é mais comum entre professoras com idades entre 41 e 50 anos, principalmente devido a questões relacionadas à saúde mental (Pereira, 2020).

Em Mato Grosso do Sul, as informações do Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande mostram que, entre janeiro e setembro de 2019, 1.914 professores solicitaram licença, o que resulta em uma média de 212 afastamentos mensais das salas de aula (Aquino, 2019).

Uma pesquisa realizada por Santos e Machado (2024) com a Ouvidoria Geral sobre o afastamento de professores de escolas públicas em Pernambuco devido a problemas de saúde, revelou que entre 19 de janeiro de 2017 e 5 de novembro de 2020foram concedidas 21.233 licenças.

Em colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (Sintepe) e o Grupo de Estudos sobre Políticas Educacionais e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG), Oliveira e Vieira (2014) conduziram um estudo intitulado "Trabalho na Educação Básica em Pernambuco". Nesse trabalho, as autoras dedicaram um capítulo às condições que favorecem e aos obstáculos que dificultam a promoção da saúde entre os trabalhadores da educação pública em Pernambuco. No texto, foram detalhados os problemas de saúde com base em dados sobre licenças, diagnósticos e sintomas comuns. Os afastamentos mais frequentes foram para cirurgias (23%), licença-maternidade (17%) e questões relacionadas à depressão, ansiedade e nervosismo (13%). Em menor escala, também ocorreram afastamentos devido a problemas vocais (9%), doenças musculoesqueléticas (8%), estresse (7%), acidentes (6%) e doenças infectocontagiosas (6%).

Observa-se nesse contexto, que a profissão que se dedica a formar cidadãos e construir o futuro encontra-se, paradoxalmente, debilitada por condições de trabalho que minam a saúde física e mental de seus profissionais.

As constantes pressões, a falta de recursos e o desrespeito às condições de trabalho têm levado a um aumento significativo de casos de Síndrome de *Burnout*, estresse e outros transtornos relacionados à saúde. Esse quadro não apenas afeta a qualidade do ensino, mas também compromete o bem-estar dos professores, que se veem obrigados a se readaptar ou até mesmo a se afastar de suas funções. Nunes (2020), nesse sentido, destaca que:

> O que nós consideramos mais importante do que qualquer discussão sobre a readaptação é o fato de que ela não deveria ser necessária, mesmo que funcionasse, ou seja, o trabalho não deveria estar produzindo tantos adoecimentos, tantos(as) readaptados(as). Essa é a face mais indesejável do trabalho, prevalecendo e favorecendo o aparecimento de patologias, que por sua vez geram a

> necessidade de afastamentos dos(as) trabalhadores(as) de suas funções (Nunes, 2000, p. 126).

O trabalho docente não deveria estar gerando tantos adoecimentos e readaptações. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade, e os profissionais que dedicam suas vidas a ensinar e formar as novas gerações merecem condições adequadas para exercer sua função. No entanto, a realidade mostra um cenário alarmante: muitos educadores enfrentam problemas de saúde física e mental, resultantes de um ambiente de trabalho cada vez mais precarizado e exigente.

Dentre os problemas de saúde mental, esta pesquisa destaca o quadro de transtornos mentais mais diagnosticados entre os professores da Rede Estadual Publica dos municípios de Brusque, Botuverá, Nova Trento, Tijucas e São João Batista, do Estado de Santa Catarina, que receberam licenças para tratamento de saúde.

Quadro 3 - CID´s transtornos mentais mais diagnosticados

Códigos	Distúrbios
F-31	Transtorno afetivo bipolar
F-32.0	Episódios depressivos leves
F-32.1	Episódios depressivos moderados
F-32.2	Episódios depressivos graves
F-33	Transtorno depressivo recorrente
F-34	Transtornos do humor (afetivos) persistentes
F-40	Transtornos fóbico-ansiosos
F-41	Outros transtornos ansiosos
F-41.0	Transtorno de pânico
F-41.2	Transtorno misto ansioso-depressivo
F-43.0	Reação aguda ao *stress*
F-43.2	Transtorno de adaptação
F-43.8	Outras reações ao *stress* grave
F-44	Transtornos dissociativos (conversão)

Fonte: Santa Catarina. Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (2024).

O quadro de episódios depressivos leves, moderados e graves, que constam como transtornos mentais mais diagnosticados, corroboram com os achados de pesquisas (Deffaveri; Méa; Ferreira, 2020; Gouvêa, 2016; Mello; Jesus, 2023; Ribeiro, 2015; Teixeira, 2018) que indicam a frequência dessas patologias, associadas aos afastamentos de professores das salas de aula.

De acordo com os resultados obtidos nas pesquisas realizadas, e fazendo uma reflexão sobre os resultados, percebe-se a importância da temática saúde do professor e o reflexo na qualidade da educação. Observa-se, ainda, a importância de abordar o trabalho do professor, e nesse sentido muitas pesquisas têm tratado dessa relação, saúde- trabalho docente, nos últimos anos.

Além disso, a intensificação do trabalho docente e a falta de acompanhamento da saúde do professor se constituem num cenário bastante preocupante sobre a saúde docente e a qualidade da educação. O estado tem a preocupação, quando se depara com o aumento dos afastamentos, e com fato de que os professores contratados para substituir também pedem afastamento, por problemas de saúde, principalmente de cunho emocional, conforme os documentos apresentados a seguir.

Para que se tenha uma ideia, de 2021 para 2022 houve um aumento de 42 % nas licenças com CID F, de 2022 para 2023 esse número aumentou em 52,8 %, as mesmas patologias, de acordo com a análise dos dados apresentados nas licenças para tratamento de saúde, readaptação funcional e quadro de CID´S nos municípios de Brusque, Botuverá, Nova Trento, Tijucas e São João Batista (Santa Catarina, 2024).

Analisando o quadro apresentado, percebe-se nos CIDs compatologias psiquiátricas como também a evolução do número de afastamentos, entre 2021 à 2023, não houve queda em relação aos anos anteriores a pandemia, apesar de que o número de professores aumentou por conta do ingresso de concursados em 2022, então pode-se concluir que houve aumento nos afastamentos de modo geral.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa documental, os afastamentos de períodos longos são por doenças psicológicas e que atestados com CID, F- Transtornos psicológicos são apresentados com maior frequência. Como também as readaptações também são doenças de fórum psiquiátrico. Com base nas informações, percebe-se que os principais afastamentos são de patologias psiquiátricas, as mais comuns como CIDs F, e que esses professores também passam por uma avaliação psicológica ou social, então é importante observar que as patologias psicológicas são evidentes, e incluem o CID F.

Nesse aspecto, em análise de outras realidades, de acordo com Marin (2019) dos 4.550 professores concursados da Rede Municipal de Ensino (Reme) da cidade de Campo Grande, MS, 492 estavam em processo de readaptação em 2019, o que implicou em aproximadamente 10,82% dos professores concursados da Reme em processo de readaptação. Somente nesse ano, cerca de 85 docentes solicitaram essa mudança.

A Lei Complementar 19/1998, que trata do plano de carreira do magistério, define em seu artigo 30 que a readaptação é o afastamento, provisório ou definitivo, do profissional da educação de suas funções, para exercer outras atribuições mais compatíveis com sua capacidade física e mental, mediante parecer da Junta Médica Especial do Município, designada por ato do Poder Executivo. Segundo Magda, Cardoso, chefe dos direitos funcionais da Secretaria Municipal de Educação, a readaptação ocorre a pedido dos professores por um período de 6

meses, que pode ser prorrogado até um total de 730 dias. O processo é avaliado por uma junta médica do IMPCG (Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande), que valida o pedido Os motivos para a readaptação são diversos, incluindo questões físicas, psicológicas e psiquiátricas. No entanto, não há dados estatísticos sobre qual enfermidade mais afeta os professores (Marin, 2019).

Para o professor doutor Antonio Carlos Nascimento Osório, da Faculdade de Educação da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), o adoecimento dos docentes é resultado da ampliação das funções desses profissionais, que, embora preparados para práticas pedagógicas, acabam assumindo papéis adicionais em uma sociedade onde os pais estão cada vez mais ausentes (Marin, 2019).

> O primeiro motivo de afastamento da sala de aula é relacionado estritamente com condições emocionais e afetivas dentro da sala de aula. Não é que o tipo do aluno seja o problema, o problema é que a sociedade hoje é outra. Há algumas décadas, a família assumia a educação do filho. Hoje, a responsabilidade do professor foi se ampliando. O trabalho dele, a ferramenta que ele possui, tende a se esvair, pois é uma condição que antecede a aprendizagem, qual seja, a conduta dos alunos", explica o professor (Marin, 2019, online).

Assim, ficou claro na vertente documental desta pesquisa que as principais causas de doenças do professor são psicológicas e que se encaixam nos CIDs F, principalmente transtorno delirantes persistentes, transtorno afetivo bipolar, episódios depressivos, transtornos do humor, fobias, ansiedade, síndrome do pânico, transtorno misto ansioso depressivo, reação aguda ao stress, transtorno de adaptação, transtornos dissociativos, anorexia nervosa, dentre outros.

Os dois segmentos pesquisados atribuem ao número de profissionais e à saúde do professor. Outro ponto que não se pode deixar de mencionar, e que está atrelado ao nosso estudo, é a síndrome de Burnout, que tem como características básicas a exaustão emocional, despersonalização e baixo comprometimento, cansaço físico de quem correu ou ficou horas em pé. Trata-se de um cansaço de quem não quer levantar da cama, e de quem anseia para que as férias cheguem o mais rápido possível, ou que a aula termine logo. Com o baixo comprometimento, o professor deixa de querer participar das reuniões, e quando participa, prefere ficar em silêncio e não apresentar suas posições, enfim, se anula.

Outro aspecto deste estudo é o contexto social e político, destacado aqui a partir da influência do neoliberalismo e do capitalismo nas readaptações de professores e na saúde mental desses profissionais é um tema que merece atenção, especialmente no contexto da precarização do trabalho docente. O neoliberalismo, ao priorizar a eficiência econômica e a redução de custos, tem promovido políticas que visam a desregulamentação e a flexibilização

do trabalho. Isso se reflete diretamente nas condições de trabalho dos educadores, que enfrentam jornadas exaustivas, salários defasados e a falta de apoio institucional (Berlim; Martins; Alves, 2006).

A precarização do trabalho docente não diz respeito apenas a questões salariais, mas abrange também a instabilidade emocional e psicológica que esses profissionais enfrentam. A pressão para atender a metas de desempenho, a constante avaliação e a desvalorização da profissão têm gerado um ambiente de trabalho hostil, que impacta negativamente na saúde mental dos professores. Estudos têm mostrado que o estresse, a ansiedade e a depressão são cada vez mais comuns entre educadores, resultando em um ciclo vicioso de baixa autoestima profissional e afastamento do trabalho. Ademais, o capitalismo, ao promover uma lógica de competição e individualismo, contribui para a desagregação das redes de apoio entre os professores. A solidariedade, que poderia ser um mecanismo de enfrentamento dos desafios diários, é muitas vezes substituída por uma cultura de concorrência, onde os educadores se veem isolados em suas lutas. Essa realidade não apenas compromete a qualidade do ensino, mas também exacerba o sofrimento psíquico dos docentes.

A intersecção entre neoliberalismo, capitalismo e a precarização do trabalho docente cria um cenário preocupante que afeta tanto as condições de trabalho quanto a saúde mental dos professores. É fundamental que sejam implementadas políticas públicas que promovam a valorização da profissão, garantam condições dignas de labor e ofereçam suporte psicológico, visando não apenas a melhoria do ambiente educacional, mas também o bem-estar dos educadores, que são peças-chave na formação das futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento do estado de ansiedade que os professores da educação básica enfrentaram durante a pandemia da COVID-19 foi considerado necessário e oportuno para a compreenssão do fenômeno do absenteísmo docente. Para isso, este trabalho realizou uma revisão da literatura, buscando oferecer um quadro teórico e conceitual sobre os principais impactos da pandemia na saúde mental desses educadores, conforme evidenciado na literatura nacional e internacional nas áreas de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

No Capítulo 3, foi discutida a dinâmica do trabalho e o processo de afastamento dos docentes no estado de Santa Catarina, conforme a normativa estadual para a concessão de licenças. Nesse tópico, ficou evidente que em Santa Catarina a legislação define normas para a avaliação da incapacidade laborativa dos servidores, que pode ser parcial ou total, temporária ou permanente. A readaptação funcional é uma alternativa para servidores com limitações, exigindo avaliações contínuas e podendo levar a mudanças significativas na carreira. Todavia, apesar da legislação, a literatura sobre a relação entre saúde docente e a qualidade do ensino, incluindo aspectos relativos à Sindrome de Burnout e depressão em professores; assim como as pesquisas acerca do estado de ansiedade de professores da educação básica durante a pandemia de COVID-19, aponta que o trabalho docente segundo um sistema complexo de condições subjetivas e objetivas, enfrenta desprofissionalização e precarização devido a mudanças no sistema educacional e à ideologia capitalista que valoriza a instabilidade.

O trabalho é abordado na literatura como uma dualidade entre prazer e sofrimento, sendo visto tanto como conquista quanto como um direito. Historicamente visto como uma maldição, o trabalho foi transformado pela Revolução Industrial e pelo capitalismo, resultando em intensificação das atividades e precarização emocional, especialmente para os docentes. No Brasil, influências como a teoria do Capital Humano e as ideias de Paulo Freire moldaram a visão do trabalho e da educação, destacando a importância da educação para o desenvolvimento econômico e social.

Os tempos modernos e a expansão capitalista fizeram com que a atividade escolar ganhasse novas formas de efetivar suas funções. Mudou também a forma como o professor é tratado, de mestre, a um profissional desvalorizado, aliada a um trabalho exigente que gera mal-estar emocional no docente, levando a uma saúde vulnerável. A sociedade convive com um profissional que está estressado, esgotado, frustrado, ansioso, tenso, depressivo e neurótico, precisando urgentemente de ajuda.

Outras profissões apresentam maior propensão ao equilíbrio, mas no trabalho docente a

demanda afetiva é maior, e está ligada ao trato com o público, sendo um ofício de constantes transtornos emocionais. O resultado deste trabalho atingiu os objetivos propostos, as estratégias e ferramentas utilizadas, facilitando o trabalho e trazendo um resultado satisfatório bem próximo à realidade, pois os órgãos envolvidos trabalham diretamente com a clientela estudada.

Verifica-se, também, que o excesso de carga horária, de trabalho que levam pra casa, indisciplina dos alunos, falta de apoio da equipe gestora e das famílias, tudo isso associado aos baixos salários e condições precárias de trabalho em um ambiente não muito agradável são as causas de doenças psicológicas e que se encaixam nos CIDs F, para afastamentos da sala de aula.

Ficou evidenciada a falta um programa de prevenção, os professores precisam de uma iniciativa com equipe especializada de prevenção de problemas de saúde do professor com psicólogos, fonoaudiólogos, médicos do trabalho, terapias em grupo, assistentes sociais, exames periódicos. Desta forma, seriam detectados os problemas, oferecendo tratamento adequado, e um possível impedimento de afastamento da sala de aula.

É evidente que o trabalho do professor em sala de aula passa por períodos de tensões, então percebe-se que é indispensável melhorar as condições de docência a fim de que se possa difundir uma forma de convivência mais humana. Essa conquista desenvolve a autoestima, e implica numa enorme diferença quando os problemas sociais, morais e econômicos são enfrentados, além das questões familiares que acabam refletindo no trabalho escolar.

Para que o ambiente de mal-estar nas escolas seja combatido, e a fim de que seja estabelecido o compromisso da comunidade escolar, se faz necessário, em caráter urgente, o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a este tema. É relevante que experiências de grupos específicos sejam executadas, porém é fundamental o engajamento de toda a comunidade escolar. O esforço coletivo obtém um resultado muito mais satisfatório do que experiências isoladas, que com o tempo se desgastam.

É importante que os segmentos educacionais pensem juntos, pois, se há suprimentos de recursos incentivadores no cenário educacional, com certeza poderia se reduzir os fatores de risco para o estresse, promovendo melhor qualidade no ensino, e mais comprometimento com vistas a redução de agravos como aBurnout. Então a motivação e o tipo de qualidade de trabalho buscam razões para enfrentamento nos desafios de ser professor nesse mundo moderno tecnológico, rápido em que o professor não é mais o centro das atenções, mas que seu papel é fundamental no processo de ensino aprendizagem.

Não é fácil o professor competir com a tecnologia, com a rapidez de atualidades, imagens sons e cores que o mundo moderno proporciona, a dificuldade e a frustração do

trabalho do professor de sala de aula são angustiantes, como ultrapassar as informações e novidades tecnológicas e prender a atenção dos alunos, que ficam até quatro horas diárias sentados em um banco que muitas das vezes nada confortável, como ser inspirador, incentivador e capaz de manter a atenção dos alunos.

O desempenho do professor foi enfatizado no Capítulo 4, abordando a relação entre saúde, qualidade do ensino e a problemática do absenteísmo docente. A falta frequente de professores aumentou globalmente após a pandemia, com pesquisas mostrando um aumento nas ausências e dificuldade em encontrar substitutos, especialmente em escolas com grandes populações de minorias. No Brasil, o absenteísmo é uma preocupação, com taxas significativas de faltas relacionadas à problemas de saúde mental e osteomusculares. Fatores como carga horária excessiva, baixa remuneração e condições de trabalho precárias contribuem para esse problema, refletindo questões institucionais e sociais.

Nos Capítulos 5 e 6 foram abordadas as síndromes mais comuns que levaram ao afastamento dos professores, incluindo Burnout, Depressão, Estresse, Ansiedade e Medo. O termo "Burnout", descrito como esgotamento emocional e despersonalização, afeta muitos trabalhadores no Brasil, incluindo professores, exacerbado pela pandemia. A depressão, ansiedade e estresse, frequentemente associados à Burnout, têm um impacto significativo na saúde mental dos docentes. Estudos mostram que as condições de trabalho desfavoráveis e mudanças estruturais, como o ensino remoto, pioraram a situação. Medidas para mitigar o estresse e oferecer suporte adequado são essenciais para melhorar a qualidade de vida e o desempenho dos professores, que enfrentam desafios crescentes e condições adversas que comprometem o processo de ensino-aprendizagem.

A saúde mental dos professores durante a pandemia de COVID-19 foi ressaltada no Capítulo 7, considerando os aspectos das licenças médicas, as consequências dos afastamentos e a resiliência dos educadores nesse período. O trabalho é abordado na literatura como uma dualidade entre prazer e sofrimento, sendo visto tanto como conquista quanto como um direito. Historicamente visto como uma maldição, o trabalho foi transformado pela Revolução Industrial e pelo capitalismo, resultando em intensificação das atividades e precarização emocional, especialmente para os docentes. No Brasil, influências como a teoria do Capital Humano e as ideias de Paulo Freire moldaram a visão do trabalho e da educação, destacando a importância da educação para o desenvolvimento econômico e social.

Os tempos modernos e a expansão capitalista fizeram com que a atividade escolar ganhasse novas formas de efetivar suas funções. Mudou também a forma como o professor é tratado, de mestre, a um profissional desvalorizado, aliada a um trabalho exigente que gera mal-

estar emocional no docente, levando a uma saúde vulnerável. A sociedade convive com um profissional que está estressado, esgotado, frustrado, ansioso, tenso, depressivo e neurótico, precisando urgentemente de ajuda.

Outras profissões apresentam maior propensão ao equilíbrio, mas no trabalho docente a demanda afetiva é maior, e está ligada ao trato com o público, sendo um ofício de constantes transtornos emocionais. O resultado deste trabalho atingiu os objetivos propostos, as estratégias e ferramentas utilizadas, facilitando o trabalho e trazendo um resultado satisfatório bem próximo à realidade, pois os órgãos envolvidos trabalham diretamente com a clientela estudada.

Verifica-se, também, que o excesso de carga horária, de trabalho que levam pra casa, indisciplina dos alunos, falta de apoio da equipe gestora e das famílias, tudo isso associado aos baixos salários e condições precárias de trabalho em um ambiente não muito agradável são as causas de doenças psicológicas e que se encaixam nos CIDs F, para afastamentos da sala de aula.

Ficou evidenciada a falta um programa de prevenção, os professores precisam de uma iniciativa com equipe especializada de prevenção de problemas de saúde do professor com psicólogos, fonoaudiólogos, médicos do trabalho, terapias em grupo, assistentes sociais, exames periódicos. Desta forma, seriam detectados os problemas, oferecendo tratamento adequado, e um possível impedimento de afastamento da sala de aula.

É notório que o trabalho do professor em sala de aula passa por períodos de tensões, então percebe-se que é indispensável melhorar as condições de docência a fim de que se possa difundir uma forma de convivência mais humana. Essa conquista desenvolve a autoestima, e implica numa enorme diferença quando os problemas sociais, morais e econômicos são enfrentados, além das questões familiares que acabam refletindo no trabalho escolar.

Para que o ambiente de mal-estar nas escolas seja combatido, e a fim de que seja estabelecido o compromisso da comunidade escolar, se faz necessário, em caráter urgente, o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a este tema. É relevante que experiências de grupos específicos sejam executadas, porém é fundamental o engajamento de toda a comunidade escolar. O esforço coletivo obtém um resultado muito mais satisfatório do que experiências isoladas, que com o tempo se desgastam.

É importante que os segmentos educacionais pensem juntos, pois, se há suprimentos de recursos incentivadores no cenário educacional, com certeza poderia se reduzir os fatores de risco para o estresse, promovendo melhor qualidade no ensino, e mais comprometimento com vistas a redução de agravos como aBurnout. Então a motivação e o tipo de qualidade de trabalho buscam razões para enfrentamento nos desafios de ser professor nesse mundo moderno

tecnológico, rápido em que o professor não é mais o centro das atenções, mas que seu papel é fundamental no processo de ensino aprendizagem.

Não é fácil o professor competir com a tecnologia, com a rapidez de atualidades, imagens sons e cores que o mundo moderno proporciona, a dificuldade e a frustração do trabalho do professor de sala de aula são angustiantes, como ultrapassar as informações e novidades tecnológicas e prender a atenção dos alunos, que ficam até quatro horas diárias sentados em um banco que muitas das vezes nada confortável, como ser inspirador, incentivador e capaz de manter a atenção dos alunos. Por fim, ao chegar à conclusão do trabalho e ter a satisfação de perceber que toda reflexão teve relevância nos efeitos do trabalho exaustivo do professor contemporâneo, percebendo que o mapeamento teve importância nas ações que podem ser executadas no devido tempo, e com certeza resultados positivos surgirão. Então, a saúde do professor é de grande valia, para toda sociedade e incentivos devem ser implantados com vistas a melhoria das condições futuras de trabalho do professor em sala de aula.

Em outro objetivo desta pesquisa, investigou-se os motivos pelos quais os professores dos municípios da 16ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Catarina se afastaram de suas funções por licença de saúde e readaptação funcional durante a pandemia de COVID-19. A análise dos dados de afastamentos, obtidos através de pesquisa documental evidenciou as condições precárias de saúde mental dos docentes e sua possível relação direta com as condições de trabalho, também apontadas na literatura consultada.

Na identificação das causas dos afastamentos de professores da Rede Pública Estadual de Santa Catarina por LTS e RF, obtidas por meio da análise documental dos quadros da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, os episódios depressivos leves, moderadores e graves foram os mais observados como razões para as licenças concedidas.

Todavia, a despeito de sua importância como umas das causas mais frequentes das ausências de professores das salas de aula, conforme aponta a literatura, a Síndrome de Burnout não consta no quadro de patologias de maior prevalência no serviço pericial - Gerência de Perícia Médica – GEPEM, que relaciona os períodos médios de dias concedidos.

Quanto ao objetivo de verificar se houve correlação do adoecimento de professores da Rede Pública Estadual de Santa Catarina com a COVID-19, a análise do quadro de licenças concedidas entre 2021 e 2023 mostrou o aumento exponencial dos afastamentos durante o período pandêmico, o que demostra tal relação.

Portanto, apesar da importância do professor no processo ensino aprendizagem, o profissional necessita de vários mecanismos para que sua função seja realmente eficaz. Em seu trabalho é necessário que haja conexão e colaboração de todos, e para que os envolvidos se

sintam bem e o aprendizado aconteça, tem que haver uma estrutura de saberes que levam a perspectiva de trabalho em rede.

A escola, por sua vez, precisa funcionar como um sistema onde, se um falhar todos saem perdendo, por isso a ação deve ser coordenada. O que motivou a escolha deste tema foi a observação da ausência dos professores da sala de aula, por problemas de saúde que causaram a inquietação que culminou na pesquisa realizada. Esta investigação buscou fatores que afetam a saúde dos professores, que sempre foram vistos como aquele que abdicava de sua vida em função do próximo, tal qual um sacerdote. Hoje o cenário educacional público não é mais encarado desta forma, contudo continua sendo uma abdicação, pois exige uma dedicação significativa por parte desse profissional, mas que em contrapartida está desanimado, fraco e doente.

A pesquisa reforçou a relevância de políticas públicas direcionadas à valorização do professor, incluindo medidas preventivas e iniciativas de suporte, como assistência psicológica, terapias em grupo e a promoção de um ambiente de trabalho acolhedor e colaborativo. Essas ações não apenas melhoram a qualidade de vida dos professores, mas também têm um impacto direto na melhoria da prática pedagógica, beneficiando estudantes e famílias.

Como ponto de partida para pesquisas futuras outros aspectos poderão ser tratados, principalmente com a participação de outros profissionais como terapeutas, assistentes sociais, dentre outros que possam atribuir novos significados ao tema, como um melhor entendimento acerca das implicações dos indicadores de mal-estar docente no contexto laboral dos professores e seus impactos no desempenho da prática educativa.

Portanto, a readaptação profissional ou funcional, medida adotada pelo poder público para apoiar servidores que enfrentaram problemas de saúde que os impedem de continuar em suas funções habituais, é motivada por questões físicas ou psicológicas que, inicialmente, levam ao afastamento do trabalho. Com o tempo, busca-se reintegrar esses profissionais ao mercado de trabalho por meio da readaptação. O aumento nos casos de adoecimento e afastamentos laborais, que justificam essa readaptação, reflete os efeitos da reestruturação do capitalismo sobre os trabalhadores. No entanto, ainda há uma escassez de estudos científicos que abordem o tema da readaptação. Existe um longo percurso entre a criação de uma lei que garanta um direito ao trabalhador e a implementação efetiva desse direito em prol de sua saúde. Nesse sentido, é fundamental analisar como os processos de readaptação têm sido conduzidos e quais são os impactos disso para os trabalhadores que estão adoecendo.

O papel da escola pública, com vistas a formação social do cidadão, necessita buscar a dimensão social e individual do sujeito, a partir da intervenção pública que possa assegurar o

desenvolvimento coletivo do caráter unitário da educação básica, oferecendo capacitação e motivação adequadas para os professores. Nesse sentido, é oportuno pensar em um programa eficiente para ajudar os professores e alunos na construção social. Desta forma, é necessário o compromisso coletivo voltado para realidade educacional, de modo a trazer inovações que possam melhorar a qualidade do ensino diante dos objetivos de uma aprendizagem valorizada, começando dentro da sala de aula a introduzir conceitos de uma educação democrática, agindo com autonomia para trazer perspectiva de uma emancipação cultural e intelectual dos alunos, e para tanto o professor precisa estar saudável e feliz.

Às vezes não é preciso alto investimento, basta a adoção de estratégias que mostrem resultados que posam fazer com que os professores se tornem mais felizes, menos estressados, mais empolgados nas atividades da escola, e com participação mais efetiva nas discussões de grupo e capacitações. Desta forma se tornarão mais abertos às mudanças metodológicas e estruturais da escola, e haverá um quadro de menos ausência dos docentes por motivos de saúde e de indisposição. O Estado tem que saber que o professor precisa se sentir valorizado. Apoiar o docente traz um desempenho maior em sala de aula.

É possível pensar, também, em atividades a serem desenvolvidas nas escolas, em horários organizados pelo gestor, com a participação de todos os docentes e distribuídas durante o ano letivo. Conversas em encontros que visam propor a terapia da exposição dos problemas vividos e compartilhá-los com os demais colegas, cinema na escola, adoção de um filme que traga reflexão, mudança de comportamento e análise de mundo, atividades físicas, participação em grupos de ginástica, exercícios, jogos, que sejam orientados por um professor especialista na atividade, tudo isso pode acontecer nas reuniões pedagógicas que acontecem periodicamente na escola.

Esta pesquisa documental e investigativa é relevante em virtude de uma reconstrução de dados levantados para avaliação do efeito do trabalho exaustivo do professor contemporâneo. Além disso, esta proposta abre possibilidades para o mapeamento de necessidades e interesses que podem ser executados e com o tempo aprimorando e com certeza resultados positivos com baixos investimentos serão alcançados. Nesse sentido, observa-se que todo trabalho acadêmico relativo à saúde do professor é de grande valia, pois além dos estudos acadêmicos de competência teórica e de intervenção, as sugestões podem ser mobilizadas por meio de programas e incentivos que possibilitam uma reflexão que deve ser aprimorada e levada aos órgãos competentes para juntos pensarem nas condições futuras de trabalho do professor de sala de aula.

Diante das dificuldades detectadas é necessário que o Estado proporcione formação

adequada e constante, diminuição da sobrecarga de trabalho, resgate e valorização financeira em seu plano de carreira, além de investimentos na estrutura física das escolas, melhorando os ambientes e adequando os espaços para diminuir a superlotação em sala de aula. Assim, evita-se que os alunos reclamem das saídas dos professores doentes e da demora da substituição, pois isso atrapalha a rotina de aprendizado.

Cada professor tem seu método pedagógico e avaliativo, e a sua ausência faz com que o aluno tenha que se adequar a mudanças frequentes, ocorrendo inclusive períodos de transição em que ficam sem aulas, o que gera insegurança e prejudica o desempenho dos mesmos.

O Estado deve ter um programa com uma equipe especializada na prevenção de problemas de saúde do professor com a atuação de psicólogos, fonoaudiólogos, médicos do trabalho, terapias em grupo, assistente social, além da realização de exames periódicos. A maioria dos professores sofrem com estresse, excesso de carga horária, excesso de trabalho que levam pra casa, indisciplina dos alunos, falta de apoio da equipe gestora e das famílias.

REFERÊNCIAS

ABOS, A.; HAERENS, L.; SEVIL, J.; AELTERMAN, N.; GARCÍA-GONZÁLEZ, L. Teachers' motivation in relation to their psychological functioning and interpersonal style: A variable-and person-centred approach. **Teaching and Teacher Education**, [S.l.], v. 74, p. 21-34, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.tate.2018.04.010. Acesso em: 10 dez. 2023.

ABREU, M.; COELHO, M.; RIBEIRO, J. Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S.l.], v. 13, n. 31, p. 1-19, 2016. doi: 10.21713/2358-2332.2016.v13.1155.

ADRIÃO, S.; DE MICHELI, D. A pandemia de Covid-19 no Brasil e as relações com distúrbios comportamentais em educadores: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Momento –Diálogos em Educação**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 426-439, mai./ago., 2023.

ALMEIDA, E. S.; SANTOS, K. D. A.; SILVA, J. P. Síndrome de *Burnout* e sentido de vida em professores**:** um estudo correlacional. **Interações**, Belo Horizonte, Brasil, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/29100/20808. Acesso em: 10 out. 2023.

ALVES, M.; GODOY, S.; SANTANA, D. Motivos de licenças médicas em um hospital de urgência-emergência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 195-200, 2006. doi: 10.1590/ S0034-71672006000200014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, L. S. **Burnout e estressores ocupacionais durante a pandemia do Covid-19**: avaliação de professores da educação básica. 2022. 90 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022.

APÓSTOLO, J. L. A. *et al*. Depressão, ansiedade e estresse em usuários de cuidados primários de saúde. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, SP, v. 19, n. 2, p. 348-353, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_17.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

APPLE, M.W.Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente.**Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p. 3-14, 1987.

AQUINO, B. Professores afastados são o suficiente para 31 escolas. **Correio do Estado**, Campo Grande, 15 out. 2019. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/cidades/professores-afastados-sao-br-o-suficiente-para-31-escolas/362127/. Acesso em: 10 jan. 2024.

ARAGÃO, R. C. Uma visão sistêmica sobre emoção e reflexão na pesquisa sobre formação de professores de línguas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 270-299, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6398202218469. Acesso em: 17 jun. 2023.

ARENDT, H. **A condição hunana**. l0.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO – ANAMT. **OMS inclui a síndrome de *Burnout* na Classificação Internacional de Doenças**. 2019. Disponível em: https://www.anamt.org. br/portal/2019/05/27/oms-inclui-a-sindrome-de-*Burnout*-na-lista-de-doencas/. Acesso em: 20 ago. 2022.

AZEVEDO, K.A.A. **Rotatividade docente e suas implicações no contexto escolar**. Londrina, PR: Governo do Estado do Paraná, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uel_ped_artigo_kelly_aparecida_almeida_azevedo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARFOD, K. S. A good thing about this is probably that there's been more freedom to try some things out – Danish teachers' experience of teaching outdoors during the COVID-19 pandemic. **Journal of Adventure Education and Outdoor Learning**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 541-552, 2023.

BARRETO, M. S. *et al*. The experience of coronaphobia among health professionals and their family members during COVID-19 pandemic: A qualitative study. **Collegian**, [S.l.], v. 29, p. 288–295, 2022.

BARTHOLOMEW, K. J.; NTOUMANIS, N.; CUEVAS, R.; LONSDALE, C. Job pressure and ill-health in physical education teachers: The mediating role of psychological need thwarting. **Teaching and Teacher Education**, [S.l.], v. 37, p. 101-107, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.tate.2013.10.006. Acesso em: 10 jan. 2024.

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p.19–32, abr. 1998.

BAÚ, I. C. **Adoecimento docente em Santa Catarina**: uma análise da problemática no âmbito da Rede Estadual de Educação. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2020.

BERLIM, G. H. M.; MARTINS, P. C.; ALVES, S. A. **A saúde emocional do educador do primeiro segmento do ensino fundamental**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6742/1/40352050.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

BIANCHI, E.; SCHONFELD, I.S.; LAURENT, E. Burnout syndrome and depression. *In*: KIM, Y. K. (ed). **Understanding depression**: volume 2. Clinical manifestations, diagnosis and treatment. Singapore: Springer, 2018.

BRANDÃO, J. M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia**, Ribeirão Preto, SP, v. 21, n. 49, p. 263–271, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1999**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego-Secretaria de Políticas Públicas do Emprego. **Classificação Brasileira das Ocupações**: CBO. Brasília: MTE; 2002.

BUERGER, J. L. **Adoecimento e à falta ao trabalho dos professores num município pequeno em Santa Catarina**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Jaraguá do Sul, SC, 2021.

BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. *In*: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (org.). **A motivação do aluno**: contribuições da psicologia contemporânea. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-36.

CAMPOS, G. M.; CUNHA, D. M. Perfil do absenteísmo docente na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/ MG no período de 2011 a 2014. **Revista Pedagógica**, [S.l.], v. 19, n. 40, p. 115-135, 2017.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de Burnoute o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002.

CARROLL, A. *et al*. Teacher stress and *Burnout* in Australia: Examining the role of intrapersonal and environmental factors. **Social Psychology of Education**, [S.l.], v. 25, p. 441–469, 2022.

CARVALHO, G. F. S.; COSTA, D. A. M.; MAGALHÃES, M. T. D. A intensificação do trabalho docente no contexto da Contrarreforma Educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, [S.l.], v. 21, p. 1-14, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8657773. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657
773. Acesso em: 3 maio 2021.

CASTELLS, M.**A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, M. M. S.; FARIAS, I. M. S. Permanecer na docência: o que revelam professores iniciantes egressos do Pibid. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 58, p. 1-24, e-22474, out./dez. 2020.

CHANG, M. L.; GAINES, R. E.; MOSLEY, K. C. Effects of autonomy support and emotion regulation on teacher burnout in the era of the COVID-19 pandemic. **Frontiers in Psychology**, Pully, Switzerland, v. 13, art. 846290, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.846290. Acesso em: 12 abr. 2024.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.l.], v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.

COELHO, E. A. **Características do teletrabalho e síndrome de Burnout em professores da Educação Básica durante a pandemia da COVID-19**. 2022. 105 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Santa Maria, RS, 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE. **Transtornos emocionais são as principais causas de afastamento de professores**. 2017. Disponível em: https://www.cnte. org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-na-midia/65505--mentes-atormentadas. Acesso em: 12 jun. 2024.

CORRÊA, L. R. **Adoecimento docente**: suas causas e consequências. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2019.

COSTA, J. A. De Sadi Dal Rosso, Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 25, n. 2, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5540. Acesso em: 12 jun. 2024.

DAL ROSSO, S. Jornada de trabalho. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F (org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DAVOGLIO, T. R.; SANTOS, B. S. dos. Escala de Motivação Docente: desenvolvimento e validação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 65, p. 201-218, jul./set. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.47470. Acesso em: 18 nov. 2024.

DEFFAVERI, M.; MÉA, C. P. D.; FERREIRA, V. R. T. Sintomas de ansiedade e estresse em professores de Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 50, n. 177, p. 813–827, jul. 2020.

DELCHIARO, E. C. **Gestão escolar e absenteísmo docente**: diferentes olhares e diversas práticas: Validação de uma experiência na rede municipal de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

DELCOR, N. S. *et al*. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Q5gXtdq5pmVsCWzXTw53cJJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 3 out. 2023.

DELGADO-GALLEGOS, J. L. *et al*. Teaching Anxiety, Stress and Resilience During the COVID-19 Pandemic: Evaluating the Vulnerability of Academic Professionals in Mexico Through the Adapted COVID-19 Stress Scales. **Front Public Health**, Lausanne, v. 9, p. 1-10, 2021.

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros; revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, PR, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo. php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14

dez. 2023.

DI STEFANO, C.; MORGAN, G.B. A comparison of diagonal weighted least squares robust estimation techniques for ordinal data. **Struct Equ Model**, [S.l.], v. 21, p. 425-438, 2014.

EAGLE, D. L. **Teacher Absences in the Commonwealth of Virginia**: An Analysis of Patterns and Predictors and Implications for Policy. 2017. Dissertation (Doctor of Education In Educational Leadership and Policy Studies) - Virginia Polytechnical Institute and State University, Falls Church, Virginia. 2017. Disponível em: https://vtechworks.lib.vt.edu/bitstream/handle/10919/76724/Eagle_DL_T_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 dez. 2023.

ENGUITA, M.F. A ambigüidade da docência: Entre o profissionalismo e a proletarização.**Teoria & Educação***,* Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

EUGÊNIO, B.; SOUZAS, R.; DI LAURO, A. D. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. **Laplage em Revista**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 179-191, 2017.

FARIAS, H. S.; WAGNER, F. Condições de trabalho e adoecimento docente: causas persistenteS. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.10323. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/10323. Acesso em: 17 jan. 2025.

FERNANDES, M.A.; SOUSA, L.A.N. Sofrimento psíquico e a relação com o trabalho. *In*: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 8., 2012, Franca, SP. **Anais eletrônicos** [...]. Franca, SP, 2012. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/19.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M. Impact of the psychosocial aspects of work on the quality of life of teachers. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 15-20, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/Qch4RNbS8kf6XDGhj5MfXHM/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 8 out. 2023.

FLEURY, L. F. O. Anomia, Burnout e estratégia de Coping: um estudo com professores da Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2689/3961. Acesso em: 3 out. 2023.

FRADKIN-HAYSLIP, A. Teacher autonomy, motivation, and job satisfaction: Perceptions of elementary school teachers according to self-determination theory. **Ilkögretim Online**, [S.l.], v. 20, n. 2, 2021. Disponível em: https://ilkogretim-online.org. Acesso em: 3 out. 2023.

FONTANA, F.; PEREIRA, A. C. T. Pesquisa documental. *In*: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023. p. 71-81.

FORTNER, C. K.; CATON, K. **Teacher Absenteeism in a Metro-Atlanta School District,**

Georgia State University. Georgia Policy Labs Report, 2021. Disponível em: https://scholarworks.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=gpl_reports. Acesso em: 3 out. 2023.

FREITAS, L. G. de. Docentes, seu trabalho e a dinâmica de prazer-sofrimento. *In*: FREITAS, L.G. (org.). **Prazer e sofrimento no trabalho docente**: pesquisas brasileiras. [S.l.]: Juruá Editora, 2013. p.35-47.

G1SC. **SC tem média de 25 pedidos de afastamento de professores por dia letivo na rede estadual**. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/10/22/sc-tem-media-de-25-pedidos-de-afastamento-de-professores-por-dia-letivo-na-rede-estadual.ghtml. Acesso em: 3 out. 2023.

GARCIA, L. P.; BENEVIDES-PEREIRA, A. M. Investigando o *Burnout* em professores universitários.**Revista Eletrônica Interação Psy**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 76-89, 2003.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 189–199, 2005.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, E. (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf.Acesso em: 05 jun.2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLESSNER, M. M.; JOHNSON, S. A. The experiences and perceptions of practicing special education teachers during the COVID-19 pandemic. **The Interactive Journal of Global Leadership and Learning**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 4, 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes; 2010.

GOMES, V. A. F. M.; NUNES, C. M. F.; PÁDUA, K. C. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.l.], v. 100, n. 255, p. 277–296, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NfjgYksvFCrtdpJhkmTtRjb#. Acesso em: 9 dez. 2023.

GOUVÊA, L. A. V. N. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201611116. Acesso em: 15 dez. 2023.

GREENE, J. P.; BUTCHER, J. The Alarming Rise in Teacher Absenteeism. **Heritage Issue Brief**, [S.l.], n. 5322, p. 1-5, 2023.

GUDMUNDSDOTTIR, G. B.; HATHAWAY, D. M. Weal ways make it work: Teachers' agency in the time of crisis. **Journal of Technology and Teacher Education**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 239-250, 2020. Disponível em: https://www.learntechlib.org/primary/p/216242/. Acesso em: 3 set. 2023.

GUIMARÃES, A. M. V. *et al*. Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica. **Ciências Biológicas e da Saúde**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 115-128, 2015. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosaude/article/view/2611/0. Acesso em: 9 dez. 2023.

HAIKAL, D.S. *et al*. Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis entre professores da educação básica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.l.], v. 48, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6369/42520pt2023v48e5. Acesso em: 12 out. 2023.

HASAN, A. A study of occupational stress of primary school teachers. **Educationia Confab**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 11-19, 2015.

HAVIK, T.; INGUL, J. M. Remote education/homeschooling during the COVID-19 pandemic, school attendance problems, and school return–teachers' experiences and reflections. **Frontiers in Education**, [S.l.], v. 7, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feduc.2022.895983/full. Acesso em: 3 set. 2023.

HYPOLITO, A. M.; VIEIRA, J. S.; PIZZI, L.C. V. Reestruturação curricular e autointensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 9, 2009, p. 100-112.

INNSTRAND, S.T. *et al*. Exploring within-and between-gender differences in *Burnout*: 8 different occupational groups. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, Berlin, v. 84, n. 7, p. 813-824, 2011.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. D. O. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 177-202, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015- 0022. Acesso em: 15 dez. 2023.

JAKUBOWS, T. D.; SITKO-DOMINIK, M. M. Teachers' mental health during the first two waves of the COVID-19 pandemic in Poland. **Plos One**, San Francisco, p. 1-25, 23 set. 2021.

JEDLICKI, L. R.; YANCOVIC, M. P. Desprofissionalização docente. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

KIBICI, V. B. Analysis of Music Teachers' Job Satisfaction and COVID-19 Anxiety Levels. **International Journal of Education and Social Science**, Dhaka, Bangladesh, v. 3, n. 4. p. 752-767, 2021.

KIM, L. E. *et al*. My brain feels like a browser with 100 tabs ope: A longitudinal study of teachers' mental health and well-being during the COVID-19 pandemic. **The British Journal of Educational Psychology**, London, v. 92, p. 299–318, 2022.

KIM, L. E.; LEARY, R.; ASBURY, K. Teachers' narratives during COVID-19 partial school reopenings: An exploratory study. **Educational Research**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 244-260, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00131881.2021.1918014. Acesso em: 7. out. 2023.

KOGA, G. K. C. *et al*. Fatores associados a piores níveis na escala de *Burnout* em professores da educação básica. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 268–275, jul. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Nnf4Rp6zfprzYLVhdw7Xmch/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 out. 2023.

KRISTENSEN, T.; BORRITZ, M.; VILLADSEN, E.; CHRISTENSEN, K. The Copenhagen *Burnout* Inventory: a new tool for the assessment of Burnout. **Work Stress**, London, v. 19, p. 192-207, 2005.

KUENZER, A. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação &Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, 2011.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LEÃO, A. C. A. *et al*. Consumo de álcool em professores da rede pública estadual durante a pandemia da COVID-19. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [S.l.], v. 71, n. 1, p. 5–15, jan. 2022.

LEMOS, A. H. D. C.; BARBOSA, A. D. O.; MONZATO, P. P. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 60, n. 6, p. 388–399, nov. 2020.

LI, L. *et al*. Moderating effects of coping on work stress and job performance for nurses in tertiary hospitals: a cross-sectional survey in China. **BMC Health Services Research**, [S.l.], v. 17, p. 1-8, 2017.

LI, Q. *et al*. Prevalence and factors for anxiety during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) epidemic among the teachers in China. **Journal of Affective Disorders**, Amsterdam, Journal of Affective Disorders, v. 277, p. 153–158, 2020.

LIMA. C. F. *et al*. **Seminários**: trabalho e saúde dos professores: precarização adoecimento e caminhos a mudança. São Paulo: Fundacentro, 2023. Disponível em: https://www.adunicamp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Livro-Seminarios_Saude-Professores.pdf. Acesso em: 7. out. 2023.

LIMA, M. R. **A Pedagogia da Libertação no contexto da reestruturação capitalista**: da "escola com os pés no chão" aos desafios da educação popular no labirinto dos "Novos Movimentos Sociais". 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2018.

LIN, L.; PARKER, K.; HOROWITZ, J. M. What's it like to be a teacher in America today? **Pew Research Center**, 2024. Disponível em: https://www.pewresearch.org/social-trends/2024/04/04/whats-it-like-to-be-a-teacher-in-america-today/. Acesso em: 7. jun. 2024.

LIPP, M. E. N.; MALAGRIS, L. E. N. Estresse: aspectos históricos, teóricos e clínicos. *In*: RANGÉ, B. (org.). **Psicoterapias cognitivo-comportamentais**: um diálogo com o psiquiatra. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 616-662.

LIZANA, P. A. *et al*. Impact of the COVID-19 Pandemic on Teacher Quality of Life: A Longitudinal Study from before and during the Health Crisis. **International Journal of Environmental Research** and **Public Health**, [S.l.], v. 18, n. 7, p. 3764, 2021.

LOMBARDI, J. C. **Educação e Ensino na Obra de Marx e Engels**. Campinas, SP: Átomo & Alínea, 2011.

LYNCH, Charles J.; GUNNING, Faith M.; LISTON, Conor. Causes and Consequences of Diagnostic Heterogeneity in Depression: Paths to Discovering Novel Biological Depression Subtypes. **Biological Psychiatry**, [S.l.], n. 20, [Epub ahead of print], 2020.

MACAIA, A. A. S.; FISCHER, F. M. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. **Saúde e Sociedade**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 841–852, jul. 2015.

MAIA, E. G.; CLARO, R. F.; ASSUMPÇÃO, A. A. Múltiplas exposições ao risco de faltar ao trabalho nas escolas da Educação Básica no Brasil. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, Sup 1, e00166517,2019.

MAITLAND, J.; GLAZZARD, J. Finding a way through the fog: School staff experiences of the covid-19 pandemic. **Cambridge Journal of Education**, Cambridge, UK, v. 52, n. 5, p. 555–577, 2022.

MARIN, T. Doentes, quase 500 professores da Reme pediram para deixar sala de aula. **Campo Grande News**, 2019. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/educacao-e-tecnologia/doentes-quase-500-professores-da-reme-pediram-para-deixar-sala-de-aula. Acesso em: 20 jul. 2024.

MARTINS, M. D. G. T. Sintomas de stress em professores brasileiros. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 10, n. 10, p. 109-128, 2007. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/637. Acesso em: 11 dez. 2023.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. Understanding the *Burnout* experience: recent research and its implications for psychiatry. **World Psychiatry**, [S.l]. v. 15, n. 2, p. 103-111, 2016.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job *Burnout*. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, CA, v. 52, p. 397–422, 2001.

MAZIDI, M.*et al*. A Study of the Relationship Between Demographic Factors and Elementary School Teacher *Burnout*: The Iranian Case. **Educational Research Quarterly**, [S.l.], v. 41, n. 1, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=EJ1166638. Acesso em: 12 out. 2023.

MELO, M. T.; DIAS, S. R.; VOLPATO, A. N. **Impacto dos fatores relacionados a pandemia de Covid 19 na qualidade de vida dos professores atuantes em SC**. Florianópolis, SC: Contexto Digital, 2020.

MELO, R. *et al*. Assessment of *Burnout* among primary teachers in confinement during the COVID-19 period in Morocco: case of the Kenitra. **Pan African Medical Journal**, Kampala, Uganda, v. 35, Supp 2, p. 1-5, 2020.

MELLO, J. **112 professores são afastados por dia em SP por problemas de saúde mental**: aumento de 15% em 2023. **G1**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml. Acesso em: 20 jan. 2024.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. 2 ed. São Paulo: Hucitec,1999.

MENDES, M. L. M. **A tradução do fracasso**: *Burnout* em professores do Recife. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MENEZES, I.; GOMES, A. C. Clima organizacional: uma revisão histórica do construto. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 158-179, abr. 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, Editora Hucitec, 2004.

MORAIS, C. M. **Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística**. Bragança: Escola Superior de Educação, 2005. Disponível em: http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/estdescr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOURA, D. H. A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES,** Vitória, ES, v. 19, n. 39, p. 30-49, 2014.

NABE-NIELSENN, K. *et al*. The effect of COVID-19 on schoolteachers' emotional reactions and mental health: longitudinal results from the CLASS study. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, Berlin, v. 95, p. 855–865, 2022.

NASCIMENTO, I. P.; RODRIGUES, S. E. C.. Representações sociais sobre a permanência na docência: o que dizem docentes do ensino fundamental? **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 44, 2018.

NUNES, B. O. **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho na educação básica em Pernambuco**. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco; prefácio Heleno Araújo Filho. Camaragibe: CCS, 2014.

OLIVEIRA, R. G. **Readaptação funcional de docentes na rede estadual paulista**: a necessidade de uma compreensão complexa. / Rosemary Gonçalves de Oliveira. 2021. 171 f. Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, T. Considerações Sobre o Trabalho na Idade Média: Intelectuais Medievais e Historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 109–128, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/48491. Acesso em: 15 ago. 2024.

OZAMIZ-ETXEBARRIA, N. *et al*. Estado emocional del profesorado de colegios y universidades en el norte de España ante la Covid-19. **Revista Española de Salud Pública**, Madrid, v. 95, p. 1-8, 2021.

PAIXÃO, M. A cada dia, mais de 100 professor são afastados por transtornos mentais em SP. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 out. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/especiais/a-cada-dia-mais-de-100-professores-sao-afastados-por-transtornos-mentais-em-sp. Acesso em: 10 jan. 2024.

PAIVA, R. S. O adoecimento do professor da educação básica: Uma análise à luz das ciências do trabalho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p. 74820-74840, 2021.

PANADERO, E. *et al*. Teachers' Well-Being, Emotions, and Motivation During Emergency Remote Teaching Due to COVID-19. **Frontiers in Psychology**, [S.l.], v. 13, e826828, 2022.

PARRA, M. Condições de trabalho e saúde no trabalho docente.**Revista PRELACE**, Santiago, n. 1, p.135-145, 2005.

PEREIRA, A. Em 3 anos, mais de 7,7 mil professores não aguentam pressão e pedem licença. **RD News**, Cuiabá, 16 fev. 2020. Disponível em: https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/124139. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREIRA, E. F. *et al*. Associação entre o perfil de ambiente e condições de trabalho com a percepção de saúde e qualidade de vida em professores de educação básica. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 113–119, abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/YqXmbJxKynW8dQkZV6xVK8P/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2023.

POKHREL, S.; CHHETRI, R. A literature review on impact of COVID-19 pandemic on teaching and learning. **Higher Education for the Future**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 133-141, 2021.

PROCENTESE, F.; GATTI, F.; CEGLIE, E. Protective and risk social dimensions of emergency remote teaching during COVID-19 pandemic: A multiple mediation study. **Journal of Community Psychology**, [S.l.], v. 51, p. 67–83, 2022.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

PUCCI, B.. OLIVEIRA, N.R.; SGUISSARDI, V. O processo de proletarização dos trabalhadores em educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 91-108, 1991.

QUEIROZ, A. J.; MARINHO, T. A. S. Profissão docente e saúde de professores da rede municipal de ensino da cidade de Manaus. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, SP, v. 16, n. 2, p. 575-593, 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13807. Acesso em: 15 out. 2023.

QVORTRUP, A.; LOMHOLT, R.; CHRISTENSEN, V.; LUNDTOFTE, T. E.; NIELSEN, A. Playful learning during the reopening of Danish schools after COVID-19 closures. **Scandinavian Journal of Educational Research**, [S.l.], v. 67, n. 5, p. 725-740, 2023.

RAMAKRISHNA, M.; SINGH, P. The Way We Teach Now: Exploring Resilience and Teacher Identity in School Teachers During COVID-19. **Frontiers in Psychiatry**, [S.l.], v. 7, p. 1-9, 2022.

RAMOS, D. K. *et al*. Professores na pandemia: fatores e condições associados à Síndrome de Burnout. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 34, p. e20210100, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/TzVN5KzbW4vqPG5Hq8ksFTL/. Acesso em: Acesso em: 3 mar. 2024.

REIS, E. J. F. B. *et al*. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1480–1490, set. 2005.

RIBEIRO, B.M. *et al*. Associação entre a síndrome de *Burnout* e a violência ocupacional em professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, p. eAPE01902, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/Ts85qpLxCSj6wLLyd3YrjNM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 out. 2023.

RIBEIRO, C. V. S. Trabalho intensificado de professores da educação básica e superior: confluências e especificidades. **Trabalho (En)Cena**, [S.l.], v. 1, n. 1, Janeiro a Junho de 2016, p. 50 –68, 2016. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2398/9072.Acesso em: 18 out. 2023.

RIBEIRO, C. V. S.; LEDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 76-83, 2004.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/v5tv3/pdf/ribeiro-9788575412824.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

RIBEIRO, T. A. **Estresse em professores do ensino fundamental**: estudo em uma escola social no sul do estado de Minas Gerais. 2015. (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www. unihorizontes.br/mestrado2/estresse-em-professores-do-ensino-fundamental-estudo-em-escola-social-no-sul-do-estado-deminas-gerais/. Acesso em: 17 mar. 2018.

RIBEIRO, V. B. *et al* . Alteração do estado emocional de professores da educação básica brasileira. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 40, n. 121, p. 28-37, abr. 2023 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862023000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2024.

ROBINET-SERRANO; A. L.; PÉREZ-AZAHUANCHE, M. Estresse em professores em tempos de pandemia Covid-19. **Polo del Conocimiento**: Revista científico - profesional, [S.l.], v. 5, n. 12, p. 637-653, 2020.

RODRIGUES, C. C. F. M.; SANTOS, V. E. P.; TOURINHO, F. Estresse: normal ou patológico? **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2016. Disponível em: http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4110. Acesso em: 15 dez. 2023.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. Oeiras, Portugal: Celta, 2002.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions. **Contemporary Educational Psychology**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 54-67, 2000.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. Self-regulation and the problem of human autonomy: Does psychology need choice, self-determination, and will? **Journal of Personality**, [S.l.], v. 74, n. 6, p. 1557-1586, 2006.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. **Compêndio de psiquiatria**. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n. 3.338, de 23 de junho de 2010**. Aprova o Manual de Normas Técnicas Médico-Periciais - Segunda Edição do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010a. Disponível em: http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/003338-005-0-2010-003.htm#:~:text=Aprova%20o%20Manual%20de%20Normas,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 05 jun. 2022.

SANTA CATARINA (Estado). Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**. Arquivos/Manuais**. 2024. Disponível em: https://sigrhportal.sea.sc.gov.br/SIGRHNovoPortal/#/arquivos. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTA CATARINA (Estado). Manual de normas técnico-administrativas dos benefícios analisados e/ou concedidos pela Gerência de Perícia Médica no âmbito da Prefeitura Municipal de Florianópolis.**Diário Oficial do Município de Florianópolis**: n. 463, p. 1-240, 26abr. 2011. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/26_04_2011_18.34.40.f9bb05bf6cfbf8fe8b2223623d5458be.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTA CATARINA (Estado). **Manual de Procedimentos Técnicos da Junta Médica Oficial de Santa Catarina**.Florianópolis, 1991.

SANTA CATARINA (Estado). **Manual do Servidor**.Florianópolis, 2010b. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_05_2015_14.35.19.90ad9e7453c564ccd4a7c633081aac2f.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTA CATARINA (Estado). **Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2008.

SANTA CATARINA (Estado). **Secretaria**. Florianópolis. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/secretaria.Acesso em: 5 jun.2022.

SANTANA, T.; GONÇALVES, S. S. P.; BORTOLINI, M. R. Precarização do Trabalho e Saúde do Trabalhador: *Burnout* e Resiliência Entre Professores. **Intervozes**: trabalho, saúde, cultura. Petrópolis, v.4, n. 1, p 20-39, 2019. Disponível em: https://www.fmpfase.edu.br/Intervozes/Content/pdf/Artigo/Artigo_04_01_02.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTOS, B. S.; ANTUNES, D. D.; SCHMITT, R. E. O processo motivacional na Educação Universitária. *In*: SANTOS, B. S. dos; CARREÑO, A. B. (org.). **A motivação em diferentes cenários**. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2010. p. 21-31.

SANTOS, I. N. *et al*. Carga de trabalho docente e suas consequências à saúde durante a pandemia: uma revisão sistemática. **Educação em Revista**, [S.l.], v. 24, p. 1-21, 2023.

SANTOS, K. D. A. *et al*. Diferença entre os níveis dos perfis da Síndrome de Burnout em professores da educação básica: um estudo comparativo por sexo. **APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, BA, v. 18, n. 31, p. 89-102, 2024.

SANTOS, K. D. A.; CALDAS, C. M. P.; SILVA, J. P. Saúde mental, autocompaixão e sentido de vida em professores da educação básica na pandemia da Covid-19. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, p. e277678, 2024. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/10334/7058. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTOS, L. A. Caminho da Razão e da Esperança: O Pensamento Social de Celso Furtado– Desenvolvimento, Planejamento e Educação no Brasil.**Educação em Revista**, Marília, SP, v.18, n.1, p.73-92, 2017.

SANTOS, P. I.; MACHADO, L. B. Professores readaptados em escolas públicas: adoecimento e perspectivas de retorno à sala de aula. **Educ. Form**., Fortaleza, v. 9, e12619, 2024.

SATO, M.; OYANEDEL, J. Teacher Motivation and *Burnout* of English-as-a-Foreign-Language Teachers: Do Demotivators Really Demotivate Them? **Frontiers in Psychology**, [S.l.], v. 13, 891452, 2022.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHONFELD, I. S.; BIANCHI, R.; PALAZZI, S. What is the difference between depression and Burnout? An ongoing debate. **Riv Psichiatr**, [S.l.], v. 53, n. 4, p. 218-219,2018.

SHEN, B. *et al*. The relationship between teacher Burnout and student motivation. **British Journal of Education**, London, v, 85. p. 519–532, 2015.

SHIROM, A. Reflections on the study of Burnout. **Work & Stress**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 263-270, 2005.

SILVA, A. V. C. **Coping e *Burnout* em professores da Educação Básica**. 2012. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás,

GOIÂNIA, 2012. Disponível em: https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/1813/1/Aline%20Vanessa%20Coriolano%20Jesuino%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, F. C.; SIMONETTO, K. C. C. **Análise de produções científicas sobre a saúde mental do professor na educação**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015. Disponível em http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20556. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, J. P.; FISCHER, F. M. Multiform invasion of life by work among basic education teachers and repercussions on health. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 3, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/dzLGwkzC4Vp9Hd8gcT6C5hd/?lang=pt#. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, L. B.; CUNHA, A. G. Experiências de trabalho de professores experientes da Educação Básica: qualidade de vida e esgotamento profissional. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 76-95, 2017.

SIMÕES, E. C.; CARDOSO, M. R. A. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1039-1048, 2022.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – APEOESP. **Aumentam os casos de violência nas escolas públicas**. 2020. Disponível: http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/aumentam-os-casos-de-violencia-nas-escolas-publicas/#. Acesso em: 12 dez. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - SINTE-SC. **Nós saudamos uma vida mais digna**: Pesquisa sobre saúde docente. Florianópolis: SINTEC , 2021. Disponível em: https://sinte-sc.org.br/files/1081/sinte_sc_campanha_saude_do_trabalhador_livreto_v02.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SØREBØ, Ø.; HALVARI, H.; GULLI, V. F.; KRISTIANSEN, R. The role of self-determination theory in explaining teachers' motivation to continue to use e-learning technology. **Computers & Education**, [S.l.], v. 53, n. 4, p. 1177-1187, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.compedu.2009.06.001. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOUZA, A. N.; LEITE, M. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105–1121, out. 2011.

SOUZA, J. B. R.; BRASIL, M. A. J.; NAKADAKI, V. E. P. Desvalorização docente no contexto brasileiro: entre políticas e dilemas sociais. **Ensaios Pedagógicos**, Sorocaba, SP, v. 1, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/40. Acesso em: 25 ago. 2019.

SOUZA, M. C. L. **Síndrome de *Burnout* em Professores do Ensino Básico**. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1165970. Acesso em: 13 out. 2023.

SOUZA, M. C. L.; CARBALLO, F. P.; LUCCA, S. R. Fatores psicossociais e síndrome de *Burnout* em professores da Educação Básica. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 27, p. e235165, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/KywSvctFmmvwV9bFmpfTy3K/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 out. 2023.

SOUZA, V. S. S. **Saúde organizacional e Síndrome de *Burnout* em docentes da Educação Básica da Rede Municipal de São José dos Campos (SP)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2016. Disponível em: http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/3928. Acesso em: 13 out. 2023.

STACHTEAS, P; STACHTEAS, C. The psychological impact of the COVID-19 pandemic on secondary school teachers. **Psychiatriki**, Athēna, v. 31, p. 293–301, 2020.

SYLVESTRE, A. A. G. **Burnout e qualidade de vida de professores da educação básica durante a Covid-19**. 2023. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Sâo Paulo, 2023.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, P.; HONDA, L. Absenteísmo docente em escolas públicas paulistas: dimensão e fatores associados. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 601-635, 2021.

TEIXEIRA, L. **66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde**. Nova Escola, São Paulo, 16 ago. 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude. Acesso em: 10 jan. 2024.

TOSTES, M. V. *et al*. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103- 1104201811607. Acesso em: 15 dez. 2023.

TROITINHO, M. C. R. *et al*. Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. e00331162, jan. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/W93PH7nPTTMtYpDDC3bZXTR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 dez. 2023.

VALE, P. C. S.; AGUILLERA, F. Estresse dos professores de ensino fundamental em escolas públicas: uma revisão de literatura. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 86-94, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17267/2317- 3394rpds.v5i1.712. Acesso em: 15 dez. 2023.

VENTURA, M. M. O Estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de janeiroro, v.20,n.5,p.383-386, 2007.

VERHAVERT, Y. *et al*. Associations of lifestyle with *Burnout* risk and recovery need in Flemish secondary schoolteachers: a cross-sectional study. **Nature Scientific Reports**, London, v. 14, n. 1, p. 1-14, 2024.

WAKUI, N. *et al*. Psychological and Physical Changes Caused by COVID-19 Pandemic in Elementary and Junior High School Teachers: A Cross-Sectional Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S.l.], v. 19, p. 1-13, 2022.

WANG, R. **Understanding Teacher Absences**: A Comparison with Non-Teaching Professionals. Shanghai: Shanghai University of Finance and Economics, 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3913772. Acesso em: 13 jun. 2023.

WIEBUSCH, A.; KORMAN, R. F.; SANTOS, B. S. Motivação docente: permanência ou desistência na profissão? **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 11, p. 1-16, 2020.

WOOD, R.; CRANE, L.; HAPPÉ, F.; MOYSE, R. Learning from autistic teachers: Lessons about change in an era of COVID-19. **Educational Review**, [S.l.], v. 76, n. 5, p. 1209–1231, 2024.

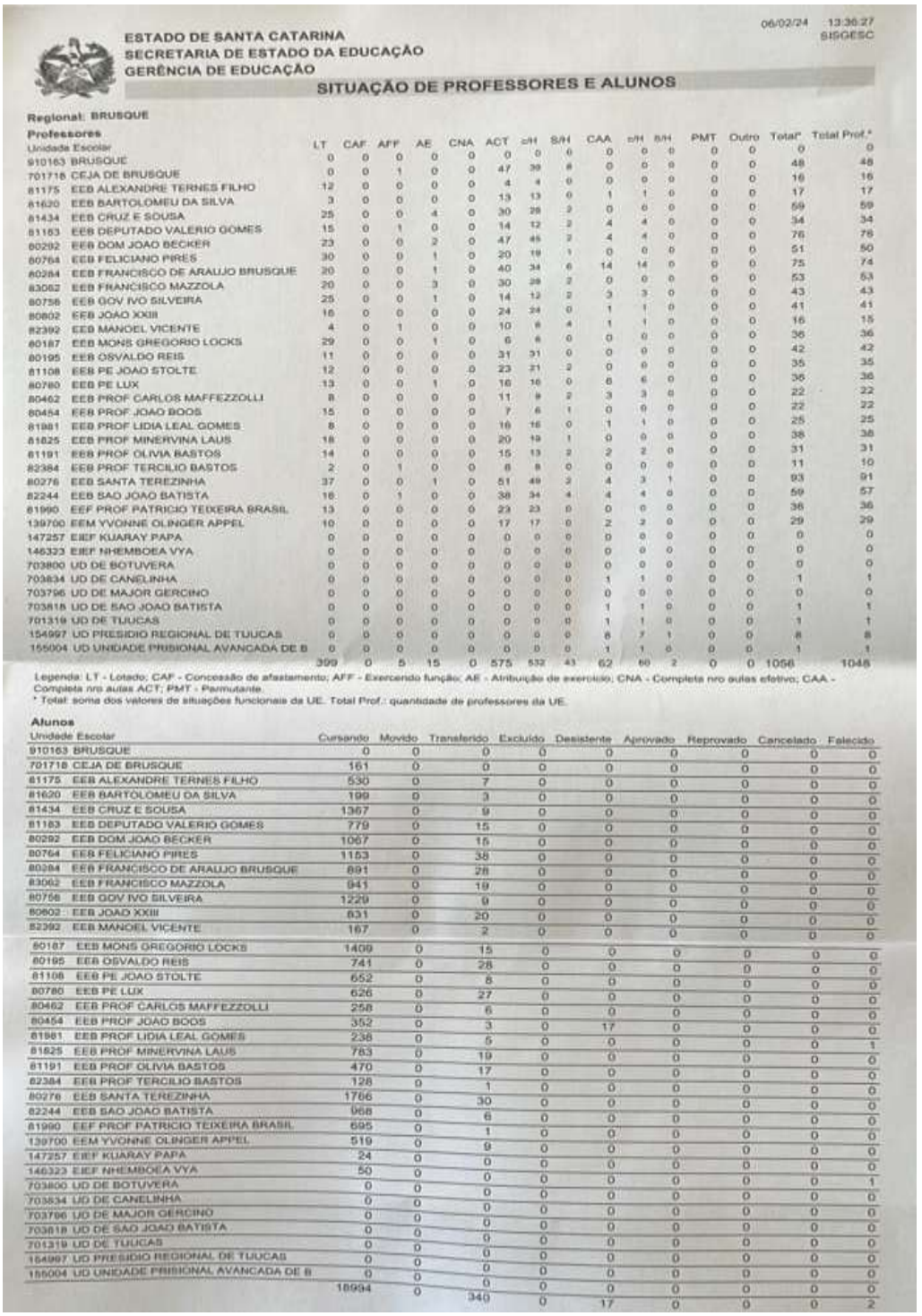
WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Constitution**. 2023. Disponível em: https://www.who.int/about/accountability/governance/constitution, online. Acesso em: 12 dez. 2023.

YIN, R. **Case study research**: design and methods. 4 th ed. Thousand Oaks, California: SAGE Inc, 2009.

ZAPONI, M.; SILVA, R. Absenteísmo docente: uma análise diagnóstica da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24., 2009, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, 2009. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/ simposio2009/215b.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

ANEXOS

ANEXO A–NÚMERO DE PROFESSORES E ALUNOS POR UNIDADE ESCOLAR



06/02/24 13:36:27
SISGESC

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS

Regional: BRUSQUE

Professores

Unidade Escolar	LT	CAF	AFF	AE	CNA	ACT	c/H	S/H	CAA	c/H	S/H	PMT	Outro	Total*	Total Prof.*
910163 BRUSQUE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
701718 CEJA DE BRUSQUE	0	0	1	0	0	47	39	8	0	0	0	0	0	48	48
81175 EEB ALEXANDRE TERNES FILHO	12	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	16	16
81620 EEB BARTOLOMEU DA SILVA	3	0	0	0	0	13	13	0	1	1	0	0	0	17	17
81434 EEB CRUZ E SOUSA	25	0	0	4	0	30	28	2	0	0	0	0	0	59	59
81183 EEB DEPUTADO VALERIO GOMES	15	0	1	0	0	14	12	2	4	4	0	0	0	34	34
80292 EEB DOM JOAO BECKER	23	0	0	2	0	47	45	2	4	4	0	0	0	76	76
80764 EEB FELICIANO PIRES	30	0	0	1	0	20	19	1	0	0	0	0	0	51	50
80284 EEB FRANCISCO DE ARAUJO BRUSQUE	20	0	0	1	0	40	34	6	14	14	0	0	0	75	74
83062 EEB FRANCISCO MAZZOLA	20	0	0	3	0	30	28	2	0	0	0	0	0	53	53
80758 EEB GOV IVO SILVEIRA	25	0	0	1	0	14	12	2	3	3	0	0	0	43	43
80802 EEB JOAO XXIII	16	0	0	0	0	24	24	0	1	1	0	0	0	41	41
82392 EEB MANOEL VICENTE	4	0	1	0	0	10	6	4	1	1	0	0	0	16	15
80187 EEB MONS GREGORIO LOCKS	29	0	0	1	0	6	6	0	0	0	0	0	0	36	36
80195 EEB OSVALDO REIS	11	0	0	0	0	31	31	0	0	0	0	0	0	42	42
81108 EEB PE JOAO STOLTE	12	0	0	0	0	23	21	2	0	0	0	0	0	35	35
80780 EEB PE LUX	13	0	0	1	0	16	16	0	6	6	0	0	0	36	36
80462 EEB PROF CARLOS MAFFEZZOLLI	8	0	0	0	0	11	9	2	3	3	0	0	0	22	22
80454 EEB PROF JOAO BOOS	15	0	0	0	0	7	6	1	0	0	0	0	0	22	22
81981 EEB PROF LIDIA LEAL GOMES	8	0	0	0	0	16	16	0	1	1	0	0	0	25	25
81825 EEB PROF MINERVINA LAUS	18	0	0	0	0	20	19	1	0	0	0	0	0	38	38
81191 EEB PROF OLIVIA BASTOS	14	0	0	0	0	15	13	2	2	2	0	0	0	31	31
82384 EEB PROF TERCILIO BASTOS	2	0	1	0	0	8	8	0	0	0	0	0	0	11	10
80276 EEB SANTA TEREZINHA	37	0	0	1	0	51	49	2	4	3	1	0	0	93	91
82244 EEB SAO JOAO BATISTA	16	0	1	0	0	38	34	4	4	4	0	0	0	59	57
81990 EEF PROF PATRICIO TEIXEIRA BRASIL	13	0	0	0	0	23	23	0	0	0	0	0	0	36	36
139700 EEM YVONNE OLINGER APPEL	10	0	0	0	0	17	17	0	2	2	0	0	0	29	29
147257 EIEF KUARAY PAPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
146323 EIEF NHEMBOEA VYA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
703800 UD DE BOTUVERA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
703834 UD DE CANELINHA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
703796 UD DE MAJOR GERCINO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
703818 UD DE SAO JOAO BATISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
701319 UD DE TIJUCAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
154997 UD PRESIDIO REGIONAL DE TIJUCAS	0	0	0	0	0	0	0	0	8	7	1	0	0	8	8
155004 UD UNIDADE PRISIONAL AVANCADA DE B	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
	399	0	5	15	0	575	532	43	62	60	2	0	0	1056	1048

Legenda: LT - Lotado; CAF - Concessão de afastamento; AFF - Exercendo função; AE - Atribuição de exercício; CNA - Completa nro aulas efetivo; CAA - Completa nro aulas ACT; PMT - Permutante.
* Total: soma dos valores de situações funcionais da UE. Total Prof.: quantidade de professores da UE.

Alunos

Unidade Escolar	Cursando	Movido	Transferido	Excluído	Desistente	Aprovado	Reprovado	Cancelado	Falecido
910163 BRUSQUE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
701718 CEJA DE BRUSQUE	161	0	0	0	0	0	0	0	0
81175 EEB ALEXANDRE TERNES FILHO	530	0	7	0	0	0	0	0	0
81620 EEB BARTOLOMEU DA SILVA	199	0	3	0	0	0	0	0	0
81434 EEB CRUZ E SOUSA	1367	0	9	0	0	0	0	0	0
81183 EEB DEPUTADO VALERIO GOMES	779	0	15	0	0	0	0	0	0
80292 EEB DOM JOAO BECKER	1067	0	15	0	0	0	0	0	0
80764 EEB FELICIANO PIRES	1153	0	38	0	0	0	0	0	0
80284 EEB FRANCISCO DE ARAUJO BRUSQUE	891	0	28	0	0	0	0	0	0
83062 EEB FRANCISCO MAZZOLA	941	0	19	0	0	0	0	0	0
80758 EEB GOV IVO SILVEIRA	1229	0	9	0	0	0	0	0	0
80802 EEB JOAO XXIII	831	0	20	0	0	0	0	0	0
82392 EEB MANOEL VICENTE	167	0	2	0	0	0	0	0	0
80187 EEB MONS GREGORIO LOCKS	1409	0	15	0	0	0	0	0	0
80195 EEB OSVALDO REIS	741	0	28	0	0	0	0	0	0
81108 EEB PE JOAO STOLTE	652	0	8	0	0	0	0	0	0
80780 EEB PE LUX	626	0	27	0	0	0	0	0	0
80462 EEB PROF CARLOS MAFFEZZOLLI	258	0	6	0	0	0	0	0	0
80454 EEB PROF JOAO BOOS	352	0	3	0	17	0	0	0	0
81981 EEB PROF LIDIA LEAL GOMES	238	0	5	0	0	0	0	0	1
81825 EEB PROF MINERVINA LAUS	783	0	19	0	0	0	0	0	0
81191 EEB PROF OLIVIA BASTOS	470	0	17	0	0	0	0	0	0
82384 EEB PROF TERCILIO BASTOS	128	0	1	0	0	0	0	0	0
80276 EEB SANTA TEREZINHA	1766	0	30	0	0	0	0	0	0
82244 EEB SAO JOAO BATISTA	968	0	6	0	0	0	0	0	0
81990 EEF PROF PATRICIO TEIXEIRA BRASIL	695	0	1	0	0	0	0	0	0
139700 EEM YVONNE OLINGER APPEL	519	0	9	0	0	0	0	0	0
147257 EIEF KUARAY PAPA	24	0	0	0	0	0	0	0	0
146323 EIEF NHEMBOEA VYA	50	0	0	0	0	0	0	0	0
703800 UD DE BOTUVERA	0	0	0	0	0	0	0	0	1
703834 UD DE CANELINHA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
703796 UD DE MAJOR GERCINO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
703818 UD DE SAO JOAO BATISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
701319 UD DE TIJUCAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
154997 UD PRESIDIO REGIONAL DE TIJUCAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
155004 UD UNIDADE PRISIONAL AVANCADA DE B	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	18994	0	340	0	17	0	0	0	2

ANEXO B–SITUAÇÃO DE PROFESSORES AFASTADOS PÓS PANDEMIA.

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIO AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/02/2023 a 31/12/2023
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:
ACT, LTS e Readaptação

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

Quadro de benefícios concedidos

Tipo de Benefício/Afastamento	2021	2022	2023
ACT	190	285	427
LTS	127	190	285
Resdaptação	23	34	52

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:19:10 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO C–SITUAÇÃO DE PROFESSORES ACT AFASTADOS EM 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:AUXILIO DOENCA RGPS - ATE 15 DIAS

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES		SOLICITAÇÕES POR PARECER							DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	190	190	1.324	212	8	1.544	0	0	0	1.544	10.992		10.992
Total	190	190	1324	212	8	1544	0	0	0	1544	10992		10992

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:35:10 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO D–SITUAÇÃO DE PROFESSORES ACT AFASTADOS EM 2022

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:AUXILIO DOENCA RGPS - ATE 15 DIAS

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES					SOLICITAÇÕES POR PARECER				DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	286	286	1.340	252	32	2.624	0	0	0	2.624	20.800		20.800
Total	286	286	1340	252	32	2624	0	0	0	2624	20800		20800

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:36:09 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO E–SITUAÇÃO DE PROFESSORES ACT AFASTADOS EM 2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento: AUXILIO DOENCA RGPS - ATE 15 DIAS

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES						SOLICITAÇÕES POR PARECER				DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	427	427	3.340	321	82	4.578	0	0	0	4.624	31.800		31.800
Total	427	427	3340	321	82	4678	0	0	0	4624	31800		31800

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:36:09 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO F–SITUAÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS AFASTADOS EM 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:LICENCA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES					SOLICITAÇÕES POR PARECER				DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	127	127	730	144	12	886	0	4	0	890	26.662	0	26.662
Total	127	127	730	144	12	886	0	4	0	890	26662	0	26662

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:23:47 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO G–SITUAÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS AFASTADOS EM 2022

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/02/2022 a 31/12/2022
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:LICENCA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES					SOLICITAÇÕES POR PARECER				DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	190	190	922	268	32	2.010	0	0	0	2.018	41.396		41.396
Total	190	190	922	268	32	2010	0	0	0	2018	41396		41396

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:21:27 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO H–SITUAÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS AFASTADOS EM 2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/02/2023 a 31/12/2023
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:LICENCA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES					SOLICITAÇÕES POR PARECER				DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	286	286	1.987	268	128	2.019	0	0	0	2.019	61.396		61.396
Total	286	286	1987	268	128	2019	0	0	0	2.019	61396		61396

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:21:27 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO I–SITUAÇÃO DE PROFESSORES READAPTADOS EM 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/02/2021 a 31/12/2021
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:READAPTACAO

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES			SOLICITAÇÕES POR PARECER						DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	23	23	92	0	0	92	0	0	0	92			
Total	23	23	92	0	0	92	0	0	0	92			

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:14:19 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO J –SITUAÇÃO DE PROFESSORES READAPTADOS EM 2022

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/02/2022 a 31/12/2022
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:READAPTACAO

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES		SOLICITAÇÕES POR PARECER							DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	34	34	110	0	0	110	0	0	0	110			
Total	34	34	110	0	0	110	0	0	0	110			

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:19:10 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1

ANEXO L –SITUAÇÃO DE PROFESSORES READAPTADOS EM 2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
1501-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

09.EMITIR RELATORIO DE BENEFICIOS/AFASTAMENTOS
Agrupamento Geral do Poder Executivo

Órgão: 2001-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
Período: 01/02/2023 a 31/12/2023
Tipo de Relatório: Regional DSAS
Tipo de Benefício/Afastamento:READAPTACAO

Reg. de Atend.: UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE
Reg. de Proced.:
Gênero:

	SERVIDORES		SOLICITAÇÕES POR PARECER							DIAS		
REGIONAL DSAS	ATE.	BEN.	CON.	RED.	AUM.	TOT.CON.	INC.	NEG.	ND.CON.	TOTAL	CON.	NEG.	TOTAL
UNIDADE DE SAUDE DO SERVIDOR BRUSQUE	52	52	124	0	0	124	0	0	0	124			
Total	52	52	124	0	0	124	0	0	0	124			

Legenda: ATE = Atendidos, BEN = Beneficiados, CON = Concedidos, RED = Concedidos com redução, AUM = Concedidos com aumento, TOT.CON = Total concedidos, INC = Inconclusivos, NEG = Negados, ND.CON = Nada a conceder.

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina
Módulo de PREVIDENCIA
Relatório Emitido em 14/03/2024 às 16:19:10 por MARCELO JACOB

Página: 1 de 1